

Inquietudes sobre a Graduação

2^a Edição

Tito Spadini

2022

Este livro foi escrito, editado e distribuído de forma totalmente independente e gratuita por **Tito Spadini**.

Caso deseje contribuir financeiramente, envie um **Pix** da quantia que desejar para a seguinte chave:

tito.spadini@gmail.com

Visite <https://spadini.info> para mais informações.

Esta obra está licenciada com uma licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**.



Lembre-se de que, para ter o direito de compartilhar este material, você concorda que:

- preservará a autoria da obra de forma idêntica à original;
- não modificará a obra original;
- não distribuirá versões modificadas da obra;
- não cobrará (nem pedirá qualquer doação de qualquer natureza) pelo compartilhamento da obra.

Em caso de dúvidas, prefira entrar em contato pelo endereço de e-Mail **tito.spadini@gmail.com** antes de prosseguir com qualquer coisa que envolva este livro.

Prefácio

Neste livro são trazidas questões acadêmicas ou educacionais sobre as quais me peguei pensando em diversas ocasiões enquanto cursava a graduação, e não posso dizer que parei de me sentir incomodado — e ainda sem respostas — mesmo após a conclusão do Mestrado e o início do Doutorado, pois, ao menos até hoje, jamais me deparei com quem expusesse argumentos suficientemente convincentes para que eu me desse por satisfeito com as respostas. No fim, sempre parece ser tudo mais um conjunto de diferentes pontos de vista. Sendo assim, decidi expor aqui tais questões e, quem sabe, fornecer alguns de meus próprios pontos de vista.

Este livro, no entanto, não tenta, de modo algum, afirmar peremptoriamente qual é o único jeito correto de as coisas funcionarem; em vez disso, apenas reúne um conjunto de visões obtidas ao longo de vários anos vividos a partir de um mesmo ponto de vista de um aluno que até tentou dialogar a respeito de tais temas com diversos outros alunos, e até mesmo muitos docentes, mas que enfrentou significativas dificuldades quanto à busca por respostas que não fossem vazias e que não fossem meras imposições.

É óbvio que ninguém é obrigado a concordar com as visões que serão apresentadas aqui. A bem da verdade, devido aos tópicos trazidos e ao já conhecido *modus operandi* da instituição e de vários dos docentes responsáveis por definir ou aplicar certas regras, seria até mesmo uma grande surpresa se eu encontrasse alguma receptividade com as propostas expostas neste livro.

Ainda assim, penso ser importante que a leitura seja feita com o interesse legítimo em tentar compreender a visão diferente e, se possível, refletir por mais de uma vez sobre o assunto. Se não concordar, não há problema; apenas não chegue ao início da leitura já tentando encontrar falhas, com o intuito de recusar as propostas apenas por serem diferentes daquelas que lhe pareçam mais confortáveis e práticas hoje.

Toda mudança demanda algum esforço, e esse esforço nem sempre é muito bem aceito; por isso, compreendo que haja certa resistência, até mesmo quanto à mera leitura de ideias divergentes, mas não posso enxergar com bons olhos as resistências que sejam praticadas já desde antes de uma primeira reflexão genuína que tenha sido iniciada apenas após uma primeira leitura que tenha sido

feita de maneira desapegada de ideias pré-definidas como indiscutivelmente corretas.

Em relação a muitos dos assuntos abordados neste livro, é natural que haja muita resistência por parte de quase todos aqueles que se sentirem como parte do objeto de crítica, mas recomendo que, ao menos durante a leitura e as reflexões, tentem deixar de lado aspectos que sejam estritamente pessoais.

Tal como já observei durante muitas das conversas que tive ao longo desses anos quando abordava tais assuntos, quase nunca as pessoas reconhecem que são parte do problema e, também, parte da solução; era muito corriqueiro alegar que tudo só era feito daquele jeito porque alguma regra, norma, portaria, lei ou afim obrigava, ou mesmo que, ainda que não chegasse a obrigar, quase que tornava impraticável qualquer abordagem melhor do que aquela que ali era adotada.

O problema é que essa postura deixava implícito que tudo o que ocorria de errado era sempre culpa de terceiros, mas isso não é verdade, pois sempre parecia haver algo que poderia ser feito para ao menos amenizar os problemas ali detectados. A pergunta, então, passava a ser: *“Por qual*

motivo essas pessoas, mesmo tendo constatado problemas, nada faziam para sequer tentar atenuá-los, ainda que não pudessem, de fato, solucioná-los?”

Eu sou um dos que não sabem o motivo de tantos envolvidos em tais cenários nem ao menos aparentarem estar tentando fazer com que a situação melhore em relação aos tópicos abordados. Cada capítulo do livro aborda todo um conjunto de questões interligadas, e são questões muito problemáticas que impactam nocivamente a sociedade de muitas formas.

Algo sobre isso que causa repulsa é perceber que, para toda uma série de questões tão sérias e importantes que precisariam de mudanças de postura muito significativas por parte de diversos indivíduos envolvidos no processo, quase nada — ou, efetivamente, nada — é feito, quase sempre sob a alegação de que há algum elemento burocrático que impede ou dificulta em demasia a sua implementação; no entanto, para determinadas questões, ainda que haja muitos elementos dificultadores — até mesmo elementos jurídicos impeditivos —, observa-se uma postura muito mais engajada, chegando a ser até impetuosa.

É bastante evidente que, ainda que realmente haja

elementos burocráticos que dificultem a implementação de melhorias e a correção de diversos problemas observados na instituição, em abordagens de sala de aula, em métodos de ensino-aprendizagem, em visões sobre a gestão da instituição, em comportamentos de membros da comunidade, e em tantos outros pontos, ainda é preciso que haja, por parte dos envolvidos, o reconhecimento de que a situação atual não é aceitável e que ela precisa, sim, de mudanças. E digo isso porque, ao que me parece, por mais que diversos dos envolvidos sejam flagrados, sobretudo via redes sociais, expondo seu descontentamento quanto a um ou outro desses pontos, pouco — ou nada — se vê em termos de atitudes quanto a uma mudança de postura no dia a dia, que é o que realmente importa neste caso.

Sumário

1	A divulgação sobre os cursos	1
2	O sistema quadrimestral	13
3	Notas e Conceitos	37
4	Objetividade e Subjetividade	52
5	Abordagens de ensino-aprendizagem	70
6	Matrículas em disciplinas	93
7	A duração das aulas	132
8	O conhecimento compartimentado	151

9	A ascensão por meio do estágio	167
----------	---------------------------------------	------------

10	A consagração socioidentitária multi-ocupacional	199
-----------	---	------------

Capítulo 1

A divulgação sobre os cursos

Já que falarei sobre alguns pontos que muito me incomodavam, decidi trazer primeiro um dos mais antigos de que me lembro de ter aparecido em rodas de conversas de amigos e colegas meus da graduação: a forma equivocada — para não dizer enganosa — com que alguns indivíduos divulgavam informações sobre os cursos de graduação aos potenciais interessados em suas vagas em eventuais processos seletivos.

Antes que eu comece a dissertar sobre os pontos mais

específicos aqui, é bom deixar bem claro que este não é um problema exclusivo da *Universidade Federal do ABC* (UFABC). A UFABC não foi a primeira *Instituição de Ensino Superior* (IES) pela qual eu havia passado; na verdade, foi a quarta. Em todas as instituições que conheci, tal problema esteve presente. Eu até me atrevo a dizer que em algumas das outras em que estive havia um grau bem maior desse problema. Contudo, o meu foco agora não está nas demais instituições; por isso, falarei mais especificamente dos casos que vivenciei — ou, no mínimo, sobre os quais tomei conhecimento — na UFABC.

A própria instituição é bastante nova. As primeiras aulas foram iniciadas na segunda metade de 2006. Eu havia ingressado em maio de 2011 por meio do *Sistema de Seleção Unificada* (SiSU), o que significa que realizei o *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) em 2010, já com a intenção de ingressar na UFABC. Naquele ano, salvo engano, ainda sequer havia uma turma formada no curso pelo qual eu havia me interessado — Engenharia de Informação.

Considerando o fato de que vários dos cursos encontrados na UFABC eram únicos, ao menos em nível de gra-

duação, isso significava que ainda não havia profissionais formados para conversar sobre o que de fato eram tais cursos, quais as verdadeiras qualificações que eles atribuíam aos egressos, como o mercado enxergava tais egressos e seus respectivos cursos, ou mesmo como era o desempenho dos egressos de tais cursos em outras carreiras, como na academia, no empreendedorismo ou em concursos públicos.

Colocando-me no lugar de quem fazia parte da comunidade universitária da UFABC, e queria atrair novos alunos para fortalecer a instituição, devo dizer que consigo compreender que tal posição não devia ser simples, tampouco fácil. Como será que deve ser falar sobre um curso que sequer existia até pouquíssimo tempo atrás e que ainda não possuía qualquer aluno formado? Será que o projeto pedagógico, que é responsável pelos caminhos obrigatórios e opcionais a serem trilhados pelos alunos, era adequado para formar um bom profissional, fosse para a indústria, fosse para a academia? Muitos diriam que, para isso, bastaria pesquisar. Pesquisar o quê? Pesquisar onde? Não havia um único livro específico sobre esse curso, nem uma palestra, nem um professor que tivesse sido formado no curso.

Quando se fala sobre cursos mais clássicos, sempre há diversos docentes que já haviam sido formados justamente no curso de graduação em que atuarão como docentes, e isso facilita muito todo o processo, pois já existe uma boa noção sobre como proceder e sobre qual é o objetivo final, sendo possível até mesmo fazer aferições ao longo do tempo e, se necessário, introduzir mudanças que venham a causar melhorias na formação dos alunos. Isso não era possível no caso de diversos cursos de graduação da UFABC, como a Engenharia de Informação. Certamente, essa não era uma tarefa fácil.

A dificuldade da tarefa, contudo, não pode — e não deve — ser utilizada como desculpa para se rebaixar ao nível de um vendedor imoral, que simplesmente se preocupa em vender o seu produto, independentemente de quais supostos argumentos tenha que utilizar, ainda que seja preciso mentir da forma mais desavergonhada e descomprometida possível; afinal, o que vale é sempre vender o produto e, com isso, conseguir o que se quer. Isso deveria ser visto como algo antiético e simplesmente inadmissível. Mentir deliberadamente sobre um curso apenas para conseguir mais alunos é, também, algo cruel para com os alunos, contraproducente para com a instituição e irres-

ponsável para com a sociedade; eu me explicarei quanto a isso.

É cruel para com o aluno porque, dada a sua incipiência e, devido à realidade social vivenciada na relação entre o jovem potencial graduando e o divulgador do curso, é natural que haja um sentimento de relativa confiança unilateral do potencial aluno sobre o divulgador do curso. Sendo o divulgador um aluno veterano ou um docente — o que pode se acentuar ainda mais, dependendo da forma como for feita a comunicação —, esse vestibulando tenderá a enxergar o divulgador como uma figura que, de alguma forma, é digna de alguma confiança e respeito, o que faz com que o potencial graduando se torne um alvo fácil.

Ainda que não se trate de um caráter permanente, estamos falando do futuro de tal jovem. Tratar isso como se tivesse pouco ou nenhum significado, sendo que isso pode causar toda uma série de complicações vocacionais, profissionais, econômicas, sociais e psicológicas no tal jovem — talvez, até mesmo em amigos e parentes mais próximos e que interajam mais assiduamente e intensamente com tal jovem —, e ainda mais com tal ato partindo de alguém normalmente mais velho e experiente — portanto,

ciente de seus atos —, não há como não enxergar, em algum grau, a presença do que se entende por crueldade.

Ê, também, contraproducente para com a instituição, dado que, se o intuito de lutar tão vorazmente pela conquista de novos alunos assim ocorre para que se consiga atrair o maior número possível de novos alunos e, com isso, fazer a instituição crescer mais rapidamente, essa abordagem passa a ser questionável, dada a sua tamanha ineficácia, que se comprova com uma grande evasão a posteriori, e que não há como dizer que não se imagina o porquê de existir, é claro; afinal, os alunos não são obrigados a continuar no mesmo curso em que se sentem infelizes e com o sentimento de que haviam sido enganados. Quando se sentem assim, os alunos trocam de curso ou, o que é muito pior, abandonam a instituição. Há até aqueles que chegam a desistir da própria ideia de seguir com o ensino superior, por pensarem que não é para eles; este é, sem dúvida, um dos mais lamentáveis casos.

E, como havia dito, é irresponsável para com a sociedade como um todo, por causa de dois pontos: estamos nos referindo a uma instituição pública, que, portanto, é inteiramente mantida com recursos advindos dos impostos

tão cruel e vorazmente cobrados de cada um dos diariamente explorados e tão maltratados cidadãos deste país; e, além disso, também estamos lidando com uma universidade, que, como tal, é responsável por todo um enorme conjunto de papéis diante da sociedade, que são pertencentes a alguma combinação de seus três pilares, que são a pesquisa, o ensino e a extensão, sendo todos, de alguma forma, interligados e igualmente importantes.

Uma divulgação irresponsável do curso que acabe prejudicando o aluno, de algum modo, acabará prejudicando o curso, a instituição e a própria sociedade, ainda que em menor grau. Por isso, não faz sentido fazer propaganda falsa sobre o curso e sobre a instituição. Isso não quer dizer que você deva apenas mostrar os “podres” do curso e da instituição; apenas diga a verdade da forma mais completa que couber no tempo e no nível de interesse que todos os envolvidos tiverem.

E aqui vale lembrar que omitir conscientemente uma informação sabidamente relevante implica distorcer conscientemente a narração da realidade, ou seja, deliberadamente, contar uma história diferente da verdadeira, e isso é o mesmo que mentir; neste caso, dizer que a omissão

consciente se trata meramente de uma “forma diferente” de contar a mesma história não passa de uma tentativa frustrada de auto enganação, o que culmina em uma triste combinação azeda de mau-caratismo com incompetência.

Trocando em miúdos aqui: se o curso não prepara os alunos para atuarem com uma atividade X, jamais atreva-se a afirmar categoricamente que ele prepara; e, caso o mercado não esteja realmente propício para aquela área — o velho papinho do “mercado aquecido” —, não diga que está ou que você confia que estará em breve. Da mesma forma, evite ao máximo o uso de qualquer palavreado vago demais ou que se trate apenas de conteúdo marqueteiro da mais baixa espécie, como “prepara para o mercado de trabalho”, “formação sólida”, “aprende na prática”, “aprende fazendo”, “educação de qualidade”, e tantas outras frases prontas que pouco ou nada dizem, ou mesmo frases de efeito que são puramente alegóricas, vagas, demagógicas e dispensáveis.

Particularmente, eu nunca gostei muito das formas como os cursos são mostrados, e isso inclui até mesmo algumas das abordagens que eu mesmo adotei por alguns anos. Tendo passado pelo que passei, visto o que vi, vi-

venciado o que vivenciei, e refletido sobre isso tudo, não consigo aceitar que faça sentido um aluno comprar a ideia de que um dado curso realmente é o que ele espera apenas com base em uma palestra e uma sessão aberta para perguntas. Esses recursos têm o seu valor, e eu incentivo os alunos a participarem desses eventos para que possam ter mais chances de acertar em suas escolhas; contudo, é preciso ir muito além disso para que o risco de errar não seja tão elevado.

A estratégia de convidar os alunos a assistir a algumas aulas de disciplinas do curso não é ruim, mas também pode ser algo extremamente arriscado, caso isso seja feito de forma inadequada; afinal, dependendo de qual disciplina o aluno escolher para assistir a aula, e dependendo de quem for o professor responsável pela turma em questão, é perfeitamente possível que o aluno tenha uma impressão horrorosa sobre o curso e sobre a área, o que pode ocorrer de uma forma altamente equivocada. Por outro lado, caso aquela triste impressão represente mesmo o que é o curso, é eticamente questionável despendar energia tentando convencer os alunos do contrário, só para vender o curso.

Não posso deixar de comentar sobre a famigerada história que contam sobre poder fazer quantos cursos quiser na UFABC sem precisar prestar vários vestibulares; com a mesma matrícula, você cursa vários cursos de graduação. Pela regra, se não me engano, os alunos podem solicitar reserva de vaga e, após a colação de grau do *Bacharelado Interdisciplinar (BI)* ou da *Licenciatura Interdisciplinar (LI)*, manterem-se matriculados em até três cursos de formação específica ao mesmo tempo, mas isso não significa que o aluno só possa se formar em até três cursos.

Na verdade, desde que respeite o prazo de permanência máxima com base em sua data de matrícula, poderá cursar e colar grau em tantos cursos quanto conseguir cursar e concluir, respeitando também o limite de três cursos concomitantes, o que nada impede o aluno de seguir cursando as disciplinas mesmo sem ter a matrícula ou mesmo a reserva de vaga.

Essa é uma das maiores aberrações que contam aos alunos, porque entra naquela categoria de informações intencionalmente omitidas na hora de divulgar a instituição e os cursos com o intuito de atrair os alunos, mesmo

que à base de uma enganação. Caso estejam se perguntando quais seriam essas tais informações que omitem, saibam que dificilmente dizem que, mesmo que estejamos falando sobre alguns dos nossos melhores alunos, concluir um único curso já não é uma tarefa fácil; imagine o quão mais complexo é concluir um segundo curso, e ainda mais um terceiro.

Outra informação que não passam é que boa parte dos alunos que começam um segundo curso não chega realmente a concluí-lo. Mais uma informação que não divulgam é que muitos dos alunos que cursam mais de um curso estão mais interessados na dupla diplomação quanto ao que se refere ao diploma e ao título em si, e não realmente à gama de conhecimentos a serem desenvolvidos e aprimorados por tais alunos, que é o que se deveria entender como, de fato, a formação.

Na verdade, existem muitos outros pontos muito fortes que não divulgam aos alunos; porém, justamente por serem pontos muito fortes, eu prefiro abordá-los com mais calma e incluindo mais informações a respeito deles em outra oportunidade; talvez, em capítulos dedicados, ou até mesmo em outro livro. Apenas para exemplificar, um dos

pontos envolve o sistema quadrimestral, que é tão elogiado por alguns, mas tão criticado por outros; outro dos pontos é a não existência de pré-requisitos para realizar matrículas em disciplinas; e um outro ponto é o uso de conceitos em vez de notas numéricas.

Só tenha em mente que eu não estou dizendo que esses pontos sejam realmente problemas; os problemas são as formas como eles são utilizados ou administrados. Falarei mais sobre isso oportunamente.

Capítulo 2

O sistema quadrimestral

Ao contrário de como funciona a maioria das demais universidades brasileiras, a UFABC segue um sistema quadrimestral, e não um sistema semestral para as suas atividades. Há quem goste e há quem não goste desse formato, tanto entre alunos quanto entre professores.

Muitos argumentos já foram levantados; porém, principalmente por parte de quem é contra, raramente se ouve algum que pareça ser verdadeiramente convincente; quase sempre é mais uma pessoa supondo o que ela acredita que seria melhor com base em falas “soltas” que ela ouviu, ou o preconceito dela reforçado por sua falta de vontade de

realmente experimentar um formato diferente, e que demandaria modificações para que funcionasse.

Quem define praticamente tudo dentro da Universidade são os Conselhos, majoritariamente formados por professores, e é extremamente difícil de encontrar algum professor que tenha se formado em uma instituição tradicional, com muitas décadas — ou mesmo séculos — de existência, e que funcionasse com um sistema que não fosse semestral; ou seja, quase todos os docentes vieram de instituições que não seguem calendários quadrimestrais. Foram muitos anos estudando e, nos casos de professores que já haviam lecionado em outras instituições antes de virem à UFABC, também lecionando. Foram muitas anotações, muitos materiais preparados, muitas listas, muitos cronogramas e muitos planejamentos de disciplinas. No caso de uma parcela dos docentes, também foram muitas discussões e muito envolvimento quanto às particularidades de certos cursos, certos campi e certas instituições com projetos muito distintos dos da UFABC, mas com muitas similaridades entre esses outros lugares.

Não é difícil entender que havia já um certo *modus operandi* dominante — e engessado — que fazia com que

muitos acreditassem que se tratava da melhor forma de se organizar, mesmo não necessariamente sendo esse o caso. Depois de tanto tempo fazendo as coisas de um mesmo jeito, após ter aprendido com diversos outros professores que já faziam daquele mesmo jeito, fica mesmo difícil de acreditar que fazer de uma forma diferente será melhor, ainda mais por sabermos que sua alma matter, que é tão respeitada, segue aquele já conhecido padrão que, nas opiniões de tantos “especialistas”, tem dado tão certo.

Contudo, é preciso ter muita cautela ao acusar o sistema quadrimestral de ser o culpado pelos problemas que a Universidade enfrenta. Quase tudo o que se aplica em salas de aula na UFABC é advindo de instituições de ensino que não seguem o sistema quadrimestral, mas, sim, o semestral. Dessa forma, fica muito difícil de querer acusar o sistema quadrimestral de ser o “grande culpado”.

Para que seja razoável a implementação de tais conteúdos na UFABC, o mínimo que se espera por parte de professores munidos de algum bom senso é que, indubitavelmente, será necessária alguma adaptação. E é importante deixar bem claro que “adaptação” aqui não quer dizer que o conteúdo deva ser “dado pelas metades”, como

já ouvi alguns dizendo pelo campus, usando sempre algum tom de deboche. Simplesmente quer dizer que até mesmo os próprios projetos pedagógicos completos dos cursos precisarão ser repensados.

Disciplinas lecionadas em um sistema semestral, obviamente, terão uma carga horária de trabalho a cada etapa que será maior do que teriam no sistema quadrimestral. Por isso, não faz sentido algum pensar que o mesmíssimo conteúdo de uma dada disciplina em sistema semestral poderá, sem qualquer prejuízo, ser ensinado em uma única disciplina no sistema quadrimestral. Simplesmente não haverá tempo para passar uma parcela substancial do conteúdo, e isso é inaceitável. Porém, não é isso que o sistema quadrimestral propõe.

Em vez de tentarem forçar que uma única disciplina em formato quadrimestral se responsabilize por toda a completude do conteúdo de uma dada disciplina originalmente pensada para o sistema semestral, um dos possíveis caminhos corretos seria o de distribuir o conteúdo da disciplina originalmente em formato semestral por duas ou mais disciplinas em formato quadrimestral. Ainda abordarei melhor sobre isso neste capítulo; porém, antes disso,

prefiro tratar de um outro ponto que julgo ser ainda mais importante, e que pode ser compreendido com uma simples pergunta retórica: *“Desde quando os projetos pedagógicos precisam ser tão similares entre todas as instituições?”*

Não existem “fórmulas mágicas” na formação de profissionais, independentemente de sua área de atuação e de quais sejam suas intenções quanto à escolha entre academia e indústria. Para todos os cenários há mais de uma forma de se preparar excelentes profissionais, e não há verdades absolutas quanto aos melhores caminhos para se fazer isso. É muita ingenuidade acreditar que, apenas pelo fato de uma instituição ter produzido uma boa parcela de excelentes profissionais de uma dada área, passaria a ser verdadeira a ideia de que se teria encontrado a única receita para se fazer isso, ou mesmo que se teria encontrado a melhor receita.

Mais do que não haver uma só forma de se formar excelentes profissionais e que, portanto, as instituições poderiam, sim, elaborar diferentes projetos pedagógicos para cursos já pré-existentes e de grande sucesso em outras instituições mais tradicionais, eu diria que as demais institui-

ções poderiam explorar melhor a ideia de dar o seu próprio toque com identidade própria ao projeto pedagógico, fazendo as devidas considerações que, por alguma razão, fossem consideradas convenientes para o curso, para a instituição e para a região onde se localiza o campus.

Isso poderia, por exemplo, ser feito com base em disciplinas de opção limitada ou disciplinas livres; assim, a base do curso poderia permanecer a mesma, o que faria sentido para preservar as características essenciais do curso, mas sem deixar de introduzir uma agradável liberdade aos alunos. Só devo acrescentar aqui a ideia de que, a meu ver, o número de disciplinas obrigatórias deveria ser sempre o menor possível.

Com isso, os alunos poderão projetar sua formação de uma maneira muito mais flexível, assim como também poderão montar projetos de formação mais originais e mais compatíveis com suas intenções profissionais, oferecendo a possibilidade de o profissional preparar sua própria caixa de ferramentas e permitindo que tais profissionais elaborem para si mesmos o que antes era conhecido como ênfase, mas sem dependerem de formalismos e burocracias, preocupando-se apenas com quais serão suas próprias es-

colhas para compor o que lhes facilitará seguir pelos caminhos profissionais que quiserem.

Só para deixar claro aqui: eu acredito, sim, na necessidade de um conjunto de disciplinas obrigatórias que componham o currículo de qualquer curso de graduação; contudo, não concordo com a proporção que as disciplinas obrigatórias assumem em relação às de opção limitada e às livres, e concordo menos ainda com a ideia de que um dado curso precisaria ser composto exatamente de todas as mesmas disciplinas em instituições distintas de localidades diferentes. A base, composta de poucas disciplinas, deve ser a mesma; o resto, opcionalmente diferente, com um amplo leque de opções à livre escolha do aluno, para que ele seja o responsável pelo “sabor” a ser dado à sua formação.

Agora, é importante reconhecer que isso, por si só, também não seria suficiente para resolver o problema. As próprias disciplinas precisariam ser repensadas, uma a uma, para que não houvesse casos de ementas que fossem simplesmente inexecutáveis, ou mesmo para que não houvesse casos que causassem demasiado esgotamento incoerente em professores e alunos para que fosse possível colocar em

prática o que seria exigido.

Pode ser uma boa oportunidade para repensar até que ponto faz sentido injetar quantidades tão questionáveis de conteúdos com pouca ou nenhuma preocupação com aspectos didáticos, como se o conhecimento pudesse ser interpretado como um sinal que parte da mente do professor — essa verdadeira fonte inesgotável de abundante e inquestionável sapiência absoluta — e se dirige até ao arremedo de mente de cada aluno. É claro que não é assim que funciona, e esta seria uma maneira absurda de interpretar essa realidade.

Eu não me atreveria a dizer que conheço bem todo o catálogo de disciplinas da UFABC, tampouco que conheço a completude das minúcias do projeto pedagógico da instituição; mas, a meu ver, conheço suficientemente bem o *Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT)*, a *Engenharia de Informação* (muitas vezes, abreviada como *Info*, ou *Eng. Info*, ou similar) e o *Bacharelado em Ciência da Computação (BCC)* para afirmar que parte das ementas das disciplinas dos cursos não parece ter sido adequadamente projetada quanto ao sistema quadrimestral.

O que acaba acontecendo é uma sobrecarga sobre os

ombros dos docentes e dos discentes, pois, apenas para ser possível que todo o conteúdo previsto seja mesmo “dado” pelo professor, inicia-se ali uma corrida com o conteúdo, sendo necessário ver de forma bastante superficial uma parte da ementa, e os alunos acabam não tendo tempo suficiente para lidar harmoniosamente bem com o conteúdo a ser estudado.

Muito do que consta nas ementas não precisaria estar ali em caráter obrigatório; poderia, de uma forma muito mais agradável, entrar como algo opcional, que o professor recomendaria aos alunos que quisessem se aprofundar mais, assim como poderia entrar como conteúdo de uma disciplina extra para tratar de tais questões. E isso também é algo que precisa ser discutido aqui, pois tem total relação com a questão do sistema quadrimestral.

Caso a desculpa para quererem espremer tão agressivamente uma quantidade tão nociva de conteúdo em uma única disciplina seja a falta de outras disciplinas para comportar todo esse conteúdo, então que sejam criadas mais disciplinas; e, caso ter mais disciplinas crie um problema de falta de “espaço” onde encaixar tais disciplinas, então talvez seja hora de repensar o fato de o quadrimestre ideal

dos cursos não contemplar aulas em período integral, além de repensar a veracidade das durações esperadas para os cursos. Mas isso é outra questão, que será tratada oportunamente.

Até mesmo os diferentes métodos de avaliação precisam ser repensados para a elaboração dos projetos pedagógicos de modo a contemplar o sistema quadrimestral de forma adequada. Tenho consciência de que o projeto pedagógico não inclui instruções minuciosas sobre os métodos de avaliação, mas eles deveriam ser discutidos pelos professores para que os responsáveis pela elaboração dos projetos pedagógicos pensassem se a forma como o curso está sendo desenhado no projeto é realmente coerente com o que se possui em termos de infraestrutura, corpo docente, possíveis metodologias de ensino-aprendizagem (dentro e fora de sala de aula), metodologias de avaliação, e tantas outras questões de grande importância aqui.

Embora haja diversos casos distintos deste, a maior parte das disciplinas da UFABC possui 4 créditos, o que resulta em duas aulas por semana de 2 horas cada. A maior parte dos professores opta por utilizar duas provas, conhecidas como *Prova 1 (P1)* e *Prova 2 (P2)*.

Além disso, os professores são obrigados a oferecer uma avaliação substitutiva àqueles que, por algum motivo verificável e comprovável segundo determinadas regras e normas que tratem desta questão, tenham sido impedidos de realizar alguma das provas, e isso tipicamente é uma terceira prova, conhecida como *Prova Substitutiva* (popularmente chamada apenas de *Sub*). E, também por força de normas, o professor é obrigado a fornecer algum recurso de recuperação àqueles que não tenham atingido o conceito suficiente para serem aprovados na disciplina, o que quase sempre é uma prova que abrange todo o conteúdo dado na disciplina, e é chamada de *Prova de Recuperação* (ou, simplesmente, *Rec*).

Considerando o cenário trazido no parágrafo anterior, vamos tentar entender quanto tempo o professor e os alunos têm para trabalhar todo o conteúdo da disciplina, pegando um cenário hipotético de uma disciplina típica de 4 créditos. Vamos começar explicando que todos os feriados devem ser repostos, então haver muitos feriados em dias de aula não pode ser considerado desculpa.

O quadrimestre letivo, apesar do nome “quadrimestre”, possui um total de 12 semanas úteis, que podem ser

utilizadas para atividades das disciplinas. Tratando-se de um cenário com uma disciplina de 4 créditos, que é tipicamente dada em duas aulas de 2 horas cada por semana, isso dá um total de 24 dias de atividades.

Como todas as atividades avaliativas devem ser marcadas em dias letivos, sendo P1, P2, Sub e Rec, que devem ser, necessariamente, em dias distintos, então sabemos que haverá 4 dias a menos para serem utilizados para qualquer fim que não seja avaliação. Então, haverá 20 dias de aulas.

No caso da Rec, é possível que ela seja realizada até mesmo no início do quadrimestre seguinte, mas vamos considerar que o docente se preparou para permitir que houvesse ali um dia específico para realizar a Rec no mesmo quadrimestre.

Normalmente, é comum que haja um trecho no início e um trecho ao final das aulas que são utilizadas para preparativos, dúvidas e afins, então o tempo realmente disponível para passar conteúdo cai bastante; digamos que diminua em 15 minutos por aula, o que, considerando 20 aulas, faz com que haja 5 horas a menos ao final do quadrimestre. Assim, até aqui, sendo até 2 horas por aula, em vez de 40 horas de aulas, passamos a 35 horas de aulas.

Também há os casos de pequenos atrasos e dificuldades técnicas que produzem ainda mais atrasos, então podemos considerar aí, digamos, mais 2 horas desses atrasos ao final do quadrimestre, indo de 35 horas para 33 horas. E não podemos nos esquecer do tempo de aula tomado pelas vistas de prova, que costumam ocupar cerca de metade do tempo de uma aula a cada prova, sendo isso para a P1 e para a P2; então, ao final, terão sido utilizadas mais 2 horas. Assim, já fomos de 33 horas para 31 horas.

Caso o professor goste de utilizar a aula anterior a cada prova para uma revisão de conteúdo e para tirar dúvidas, serão ainda mais dois dias utilizados, então mais 4 horas a serem descontadas do total. Ou seja, haverá um total de 27 horas de conteúdo. Esse é o intervalo de tempo que o professor terá para trabalhar todo o conteúdo da ementa em sala.

Não me entendam mal, pois eu não acho pouco tempo; na verdade, sou um grande defensor da ideia de reduzir significativamente o tempo de duração das aulas expositivas para algo entre 30 e 45 minutos cada, sendo o restante do tempo a ser destinado a atividades mais interativas com os alunos. Contudo, falando do cenário atual, a ementa

precisa ser compatível com essas 27 horas, tanto para os professores quanto para os alunos. Não adianta seguir a ideia de simplesmente enfiar tudo o que se desejaria na ementa e deixar o professor e os alunos se virarem na sala de aula para que isso seja colocado em prática.

Ao contrário do que talvez esteja aparentando, nada disso é prova de que o sistema quadrimestral seria ruim. Todas essas falhas são produzidas por maus planejamentos, que não respeitam as delimitações impostas pela infraestrutura, pelo corpo docente, pelas metodologias de ensino, pelo corpo discente, além de tantos outros elementos. Se algum desses fatores for desconsiderado, ou se for erroneamente interpretado, certamente haverá alguma consequência negativa advinda disso, e depois não adianta colocar a culpa no sistema quadrimestral, que é o que tantas pessoas acabam fazendo.

Até mesmo para o descanso, o sistema quadrimestral não é pior que o semestral, pois há mais períodos de recesso entre os quadrimestres, que costumam durar ao menos 3 semanas, que é tempo mais que suficiente para descansar; fora o tempo bem mais prolongado entre o último quadrimestre de um ano e o primeiro quadrimestre

do ano seguinte, que chega a cerca de 2 meses. Embora talvez não pareça, essa forma de distribuir o tempo de recesso faz muita diferença, e eu já estudei em instituições semestrais e quadrimestrais; a meu ver, o modelo quadrimestral, desde que bem-organizado e executado, pode ser até mesmo mais humano, pois o descanso dos alunos e dos professores será mais bem distribuído.

Eu compreendo que quem ler este trecho talvez sinta que isso é uma loucura, e talvez acredite que o sistema quadrimestral, ao contrário do que eu acabei de dizer, torna tudo ainda muito mais cansativo, mas não é bem assim. Em geral, essa sensação ocorre porque as pessoas pensam no quão cansativos os quadrimestres na UFABC costumam ser, e eles são mesmo cansativos, mas eles assim o são porque o próprio planejamento das disciplinas não costuma ser bom, e quase sempre é elaborado com base no que esses planejadores aprenderam em suas instituições de origem, que são quase todas semestrais e, mais do que isso, em muitos dos casos, projetam os cursos para casos em que o regime de trabalho é em período integral, o que não deveria ser o caso na UFABC, visto que não há cursos que sejam realmente em período integral nesta IES.

Mesmo que eles tenham boas intenções e que alguns deles já tenham vários anos de experiência dentro da UFABC, quase nenhum deles foi aluno de graduação na UFABC desde os primeiros quadrimestres, sem fazer equivalências, enfrentando algum dos BIs por completo. Hoje em dia, até existem docentes que fizeram graduação na UFABC, mas são pouquíssimos até agora; conta-se nos dedos de uma só mão. Embora alguns se recusem a reconhecer isso, trata-se de algo que dificulta muito a realização de um planejamento mais coerente com a maneira que deveria funcionar a instituição e que seja mais respeitável com os próprios docentes e discentes. Em vez de reconhecerem essa característica como uma característica dificultadora, infelizmente, ainda percebo uma clara tendência a tentar simplesmente colocar a “culpa” nos alunos, alegando que não se planejam e não estudam de forma adequada.

Desse jeito, realmente, fica difícil conseguir fazer um planejamento que verdadeiramente respeite o sistema quadrimestral, e é claro que todos ficarão exaustos tentando cumprir em 12 semanas o que havia sido planejado para ser feito em 16 ou 17 semanas; o ponto é que não é isso que deveria ser feito, e é por isso que o quadrimestre aparenta

ser tão mais cansativo.

Sei que também haverá quem pense que o conteúdo já não é o mesmo em várias das disciplinas, querendo alegar que isso, então, deixaria de ser um argumento válido, mas isso não é bem uma verdade; afinal, a maior parte das disciplinas aborda, sim, quase o mesmo conteúdo que se vê em instituições tradicionais. Remover apenas um tópico aqui e outro ali não faz com que a disciplina mereça ser vista como se tivesse uma ementa adequadamente planejada para o tempo que se possui durante o quadrimestre, e é justamente pensando no período disponível ao longo de um quadrimestre que a disciplina precisa ser planejada desde o início, senão o planejamento nem ao menos merecerá ser considerado razoável.

Alguns colegas professores provavelmente ficarão zangados com o que eu direi agora — se é que já não estão há bastante tempo —, mas eu não estou tentando criar qualquer confusão com isso, de modo algum. De qualquer forma, há, sim, muitos casos de professores que simplesmente não respeitam a ementa oficial das disciplinas em sua completude. Certos assuntos, por entenderem ser importantes, acabam sendo adicionados extraoficialmente,

assim como também há os casos de conteúdos que são deixados de lado porque os professores os consideraram menos importantes.

As disciplinas possuem suas ementas, mas nem sempre o que se vê é uma fiel execução do que há nas ementas. Muitas vezes, a ementa varia de acordo com as interpretações e vontades do professor. A própria composição das bibliografias básica e complementar pode interferir significativamente no cronograma e, com isso, certos conteúdos podem ser dados de formas diferentes, dando-se muito mais atenção a certos pontos do que a outros, e isso tudo precisa ser pensado considerando-se o tempo disponível para a execução de tudo, e isso nem sempre é bem-feito.

Há casos de disciplinas cujas ementas oficiais podem até ter um significado fraquíssimo. A ementa real depende muito de quem será o professor. Em um mesmo quadrimestre, se tentar acompanhar duas turmas que estejam sendo conduzidas por diferentes professores, é perfeitamente possível que aparentem ser até mesmo disciplinas distintas, de tão diferentes que os conteúdos poderão aparentar ser. Isso não é mera força de expressão para fazer algum tipo de brincadeira; realmente, a diferença pode ser

tanta, que as disciplinas aparentarão ser diferentes.

Devo alertar aqui que esta crítica nada tem a ver com o que eu havia criticado a respeito da necessidade de uma redução da proporção que os créditos obrigatórios assumem diante do total de créditos para se formar. Uma coisa é a flexibilização da formação por meio de uma seleção ainda mais livre de disciplinas do que já é; outra coisa, muito diferente da primeira mencionada, é querer fazer com que uma mesma disciplina possa ser dada de formas tão distintas, que faça com que elas possam até ser consideradas disciplinas diferentes, pois isso faria com que não houvesse confiabilidade alguma a respeito do que se aprenderia, pois é a ementa que permite que os alunos saibam o que aprenderão ali.

Eu me lembro bem dos casos de disciplinas como *Natureza da Informação, Comunicação e Redes* e *Transformadas em Sinais e Sistemas Lineares*. Dependendo de quem for o professor, a disciplina pode mudar radicalmente. No caso de *Natureza da Informação*, creio que a variação seja a maior de todas as disciplinas da Universidade. Enquanto alguns professores falam de probabilidade e estatística, há quem fale sobre o cérebro, há quem fale

sobre circuitos lógicos, há quem fale sobre programação, há quem fale sobre microeletrônica, há quem fale sobre biologia, há quem fale sobre linguística, e por aí vai. Cada um tenta puxar a brasa para a sua sardinha, mesmo que involuntariamente, e eu não me refiro somente à parte dos exemplos para ilustrar aplicações, não; refiro-me ao próprio conteúdo teórico em si.

No caso de *Comunicação e Redes*, eu me lembro bem do fato de que muitos colegas que haviam cursado com outros professores chegavam a ter quase que exclusivamente o conteúdo sobre grafos, e isso só deveria ser uma pequena parcela da disciplina. Pouco ou nada era dito sobre comunicação, que ocupa, oficialmente, uma enorme parcela da ementa. Quando fazíamos uma análise sobre quem haviam sido os professores responsáveis por isso, víamos que eram quase sempre os mesmos, do mesmo curso X. E pareciam fazer isso intencionalmente, pois os alunos desse curso X não dependeriam dessa parcela do conteúdo que era deixada de lado, mas os demais alunos, de outros cursos, eram, sim, prejudicados, principalmente se quisessem cursar Engenharia de Informação, *Engenharia de Instrumentação*, *Automação e Robótica (IAR)*, ou mesmo *Engenharia Aeroespacial* (também chamada de *Aero*); ainda

assim, essa prática não mudou.

E com a disciplina de *Transformadas* ocorria algo mais ou menos na mesma linha. Como o próprio nome da disciplina indica, parte da disciplina se refere às transformadas. Uma parte da disciplina deveria trabalhar as *Transformadas de Laplace*; outra parte, *Transformadas de Fourier*. Mas não era assim que a disciplina era trabalhada. Havia professores que quase que exclusivamente tratavam de *Laplace*, e isso prejudicava muito quem pretendia seguir por cursos que dependiam tanto de *Laplace* quanto de *Fourier*, ou que dependiam quase que apenas de *Fourier*.

Novamente, ao fazer uma breve avaliação, constatava-se facilmente que eram sempre os mesmos professores, que eram do mesmo curso Y (distinto de X), e que sempre faziam isso para terem mais tempo para falar sobre o que eles julgavam ser mais importante, sendo que isso sempre era avaliado com base no que eles queriam que os alunos do curso Y aprendessem para as disciplinas avançadas do curso Y, da mesma forma como ocorria com Comunicação e Redes quanto ao curso X.

Sou a favor de os professores terem, sim, alguma

liberdade para trabalharem o conteúdo de formas que sejam mais flexíveis, mas deve haver limites para isso. Não se pode incluir e remover o que bem se entende sem passar por algum tipo de discussão prévia sobre isso, e tal discussão precisa, necessariamente, contar com a participação de docentes responsáveis por cada um dos cursos envolvidos, independentemente de as disciplinas serem obrigatórias ou de opção limitada para tais cursos. A liberdade para modificações deve existir, sim, mas para elementos mais pontuais.

Não posso concordar com a ideia de o professor poder simplesmente ignorar (ou tratar com enorme nível de negligência) 50% do conteúdo previsto pela ementa, e colocar em seu lugar algo que ele próprio pense ser mais útil sem qualquer discussão com outros docentes de cursos cujos projetos pedagógicos envolvam tal disciplina, de modo obrigatório ou de opção limitada. E ressalto aqui a necessidade de incluir, sim, os casos de opção limitada, porque a disciplina de opção limitada, embora não seja obrigatória, devido à sua própria natureza, leve a crer que pode ser vista como um possível caminho cuja importância, dependendo dos objetivos do discente, pode ser tal qual a de diversas disciplinas obrigatórias, podendo até ser ainda

maior.

Percebam o quão complexa pode ser a situação toda, e percebam também o quanto isso pode afetar a própria boa condução das aulas e das avaliações ao longo do sistema quadrimestral.

Valorizo muito a busca que muitos docentes enfrentam por melhores abordagens, e admito ter um grande respeito e até certa admiração por parte de alguns docentes que vi se esforçando tanto para tentar elaborar os melhores materiais para seus alunos, além da imensa satisfação que tenho ao ver que o docente pelo menos tenta substituir provas por projetos e atividades que estimulem mais os alunos a “brincar” com os conhecimentos de formas mais práticas; porém, é preciso ter cuidado com a carga de atividades, pois tal carga é mais uma conhecida vilã. Não adianta haver uma imensa carga de atividades se os alunos não estiverem conseguindo administrar esses processos de aprendizagem com o tempo e com a energia que têm.

De um modo geral, pelo que vi e ouvi ao longo de todos esses anos, no final das contas, infelizmente, quem acaba levando a culpa é o sistema quadrimestral, e não os

autores dos planejamentos inadequados das disciplinas, ou os autores das modificações irresponsáveis do conteúdo a ser trabalhado com os alunos.

Capítulo 3

Notas e Conceitos

A utilização de conceitos pela UFABC é outra questão que levanta toda uma série de discussões infundáveis. Dada a possibilidade de uma parcela dos leitores não conhecer como funciona esse modelo, pode ser interessante que eu explique aqui, ainda que um tanto superficialmente; então, vamos lá.

Diferente de como costumam fazer na enorme maioria das demais instituições de ensino no Brasil, oficialmente, a UFABC não utiliza aquela típica escala de 0 a 10 para atribuir as notas dos alunos; em vez disso, estão ali os conceitos, designados por letras específicas, que carre-

gam consigo determinados significados trazidos no projeto pedagógico e no guia da graduação.

Os conceitos **A**, **B**, **C** e **D** se referem a níveis diferentes de avaliação em que o aluno tenha sido aprovado, embora haja toda uma complexidade envolvendo o conceito **D**, por se tratar de um caso interpretado como o de um aluno com severas dificuldades em relação à disciplina, apesar de seu desempenho não ter sido suficientemente ruim a ponto de precisar refazê-la, a não ser que queira refazê-la se o próprio aluno julgar viável. O conceito **F** se refere ao simples caso de uma reprovação por desempenho insuficiente na disciplina. Já o conceito **O** se refere ao caso de uma reprovação por faltas. Há, também, o conceito **E**, que é o de uma equivalência.

Por fim, introduziram o conceito **I**, que é utilizado nos casos de avaliações que não tenham sido efetivamente concluídas até a data limite para se lançar os conceitos no sistema, então esse conceito entra como uma forma de sinalizar que haverá uma atualização após uma avaliação a ser realizada posteriormente. É muito comum esse conceito ser utilizado em casos de alunos que tenham solicitado ao professor o direito de fazer uma prova de recupera-

ção que será realizada no início do quadrimestre seguinte. Outro caso comum é o de alunos que não tenham concluído a disciplina de *Trabalho de Graduação* (**TG**) na qual estavam matriculados e, portanto, precisariam de mais algum tempo para efetivar tal conclusão em uma data que poderia passar do limite para lançamento de conceitos.

Para quem está acostumado com alguns modelos norte-americanos e europeus, não deve haver qualquer novidade no que foi dito até aqui. Mas isso é porque não é aí que está o problema. Existem, na verdade, vários problemas associados à má utilização dos conceitos. Então vamos abordar um de cada vez, começando pelo fato de que, embora o projeto da UFABC alegue utilizar o modelo baseado em conceitos, é raríssimo encontrar algum professor que o utilize realmente. Na verdade, até hoje eu só me lembro de ter tido um único professor que realmente o utilizou fielmente.

Como eu havia dito, a imensa maioria dos professores — e alunos — chega à Universidade já com diversos vícios e preconceitos sobre diversas questões, como o fato de ser um sistema quadrimestral, a existência dos cursos interdisciplinares de ingresso, a inexistência de pré-requisitos

para realizar matrículas em disciplinas, e por aí vai; com isso, o preconceito relacionado à forma de avaliar os alunos não é uma exceção.

Eles estão acostumados com o uso de notas de 0 a 10 para avaliar cada uma das atividades. Gostam da ideia de se poder atribuir valores numéricos a cada questão de uma atividade e poder simplesmente calcular quanto o aluno terá de nota com base na soma dos pontos de cada questão. Essa soma acaba sendo algo mais simples de se fazer; é algo mais direto. E sempre há professores que gostam de dizer, em tom de deboche, que “não se pode somar letras” e, por isso, não gostam de utilizar conceitos nas avaliações dos alunos. É uma desculpa bastante questionável.

De qualquer forma, mesmo com a instituição tendo esse modelo baseado em conceitos, os professores acabam utilizando números para avaliar as atividades e, ao final, dado que são obrigados a lançar conceitos no sistema da instituição, mapeiam as notas dos alunos de acordo com uma quantização, convertendo o número referente à nota final do aluno para uma letra, que será o conceito final. Esse processo de quantização é feito de acordo com o que cada professor estabelece, e aqui começa todo um novo

conjunto de problemas a serem discutidos, e que têm relação com a já velha discussão sobre subjetividades em métodos avaliativos.

Cada professor possui a sua própria visão de mundo, que influencia de uma maneira bastante particular a sua forma de ensinar e a sua forma de avaliar seus alunos. Caso sejam avaliadas as prioridades de cada professor, é possível que cada um dos professores da instituição tenha uma visão um tanto diferente de quase todos os demais. A meu ver, existe nisso uma certa beleza, mas também há certos problemas que podem acabar prejudicando bem mais do que ajudando na formação dos alunos e, também, na composição de um conjunto de futuros profissionais e pensadores que farão parte da sociedade em um futuro bastante próximo, o que significa que essas escolhas feitas pelo professor poderão, sim, em algum grau, impactar a sociedade em que viveremos.

Alguns professores acham que seus alunos devem aprender exorbitantes quantidades de conteúdo em um breve intervalo de tempo. No caso desses professores, por mais que seus alunos aprendam, quase nunca parece ter sido o bastante, e tais professores costumam se incomodar

quando percebem que seus alunos não estão conseguindo aprender, ao longo de um quadrimestre, o conteúdo que eles próprios levaram longos anos para terem aprendido. Muitos deles, aliás, parecem não se lembrar mais do fato de que, durante a época em que cursavam suas graduações, eles próprios não haviam conseguido aprender tão bem a completude dos conteúdos que seus respectivos professores cobravam, e só passaram a se aperfeiçoar mais durante a pós-graduação e a docência.

Outros, por outro lado, acreditam que, desde que o aluno saia com algum conhecimento sobre a matéria que supere o que possuía quando havia iniciado o quadrimestre, isso já é considerado uma vitória. Entre o primeiro caso e o segundo caso, há vários outros casos que mesclam um pouco disto com um pouco daquilo. A meu ver, é aí onde está a maioria dos professores que conheci.

Além da questão da quantidade de conteúdo trabalhado durante o quadrimestre, há a questão da forma. Inclusive, eu penso que isto é algo de enorme importância — a forma. Não adianta o conteúdo ser bom se a forma não for boa. A própria avaliação dos alunos influencia a maneira como os alunos se portarão ao longo de todo

o processo de ensino-aprendizagem. Eu não entrarei em muitos detalhes quanto a isto agora, mas é importante que saibam que isto é, sim, um fator influente em toda esta discussão. A forma de avaliar deve, sim, ser levada em consideração quando o professor for elaborar a quantização dos conceitos.

Porém, há ainda a questão do rigor. Alguns professores são bastante rigorosos quanto ao nível de qualidade que seus alunos devem apresentar em cada uma das avaliações, enquanto outros são altamente tolerantes quanto a quase quaisquer equívocos que seus alunos possam cometer em avaliações. Dependendo de quem for o professor, um mesmo aluno, com um mesmo nível de dedicação à disciplina, poderia finalizar com **A** ou com **F**. Isso, por si só, já é um problema grave, mas há ainda outra questão associada a isso.

Para quem pretende seguir uma carreira acadêmica, quase tudo gira em torno do histórico do aluno, como a disputa por uma bolsa de *Iniciação Científica (IC)*, a disputa por uma vaga e uma bolsa de Mestrado ou de Doutorado, a disputa em um processo seletivo internacional para um programa “sanduíche” ou de cotutela, ou mesmo para um

curso de verão ou de inverno. Mesmo que estejamos falando de um caso de processo seletivo para uma vaga de emprego como docente em uma IES, o histórico do aluno poderá — e provavelmente será — considerado.

É importante lembrar que professores mais rigorosos não necessariamente são identificáveis a partir de suas preferências na quantização dos conceitos. Este, aliás, é um erro bastante comum entre alunos ainda incipientes na instituição. Muitos cometem o erro de pensar que os professores que exigem notas muito maiores para os melhores conceitos são necessariamente os mais rigorosos, os mais “carrascos”, os temidos “Cavaleiros do Apocalipse”, ou simplesmente os “Cavaleiros”, mas não é bem assim.

Há, sim, diversos professores que colocam, por exemplo, o conceito **A** no intervalo de notas entre 9,5 e 10, mas toda a sua avaliação pode ser bastante leve, com métodos bem mais convidativos, amenos e com um olhar muito mais tranquilizador, amigável e flexível, além de aulas de revisão de conteúdo, aulas projetadas para tirar dúvidas, e múltiplas oportunidades de recuperação e de obtenção de pontos extras.

Também há casos de professores que chegam a co-

locar o mesmo conceito **A** em um intervalo entre 7,5 e 10, mas com toda uma metodologia bem mais rígida, engessada, tenebrosa e amedrontadora. No fim, conseguir a nota 9,5 com o caso anterior pode ser bem mais tranquilo do que conseguir 7,5 com o segundo. Vale lembrar que estamos falando de professores de uma mesma disciplina e que, teoricamente, deveriam seguir uma mesma ementa.

Já ouvi o argumento de que essa quantização não importa; o que importa mesmo é o conhecimento desenvolvido pelo aluno ao longo do quadrimestre, e não a nota que ele tirou ao final. Eu mesmo já fui um adepto dessa visão de mundo; tanto é, que cheguei a apresentá-la a alguns de meus alunos com o intuito de tranquilizá-los com base na ideia de pensarem mais no futuro, acreditando que a única coisa que importaria seria mesmo o conhecimento que ficaria com eles depois que aquela breve fase passasse.

Descobri depois que não é bem assim que o mundo funciona, e admito que me arrependi de ter feito aquela interpretação fantasiosa e romantizada, porque deixei de lado um fator de extrema relevância: processos seletivos que se baseiam em notas ou conceitos. Por causa disso, deixo aqui até mesmo um pedido de desculpas àqueles que

seguiram minha equivocada ideia de focar no aprendizado e deixar de lado a preocupação fria com as notas (ou, no caso da UFABC, conceitos). E não é verdade que as notas são uma consequência direta do conhecimento do aluno; essa é uma visão muito ingênua dos sistemas educacionais, e totalmente baseada em um ridículo e já tão batido mito da meritocracia.

Eu lamento informar, mas o mundo ainda se vale muito do histórico de notas (ou conceitos) dos alunos, sobretudo o mundo acadêmico; felizmente, no mercado, são poucas as empresas que ainda se utilizam desse critério atrasado e preguiçoso. É atrasado porque há anos já são conhecidos critérios muito melhores para se avaliar mais fidedignamente um candidato, e é preguiçoso porque, de fato, os demais métodos tendem a ser mais complexos e trabalhosos; porém, nem considerando os melhores resultados colhidos com base nesses outros critérios, a academia ao menos tenta repensar suas estratégias. É bem mais simples — apesar de bem menos acurado — só olhar um número ou um conceito e, com base em algum tipo de referência, ou um limiar, definir se é bom ou não é, se está aprovado ou não está, e pouco — ou nada — se importando realmente com qualquer tentativa de se alcançar

algo justo ou minimamente coerente.

Para progredir é preciso esforço, mas esse esforço parece ser algo indesejável, sobretudo aos olhos de quem já se sente, de alguma forma, beneficiado pelos critérios vigentes, por mais atrasados e questionáveis que sejam. Não deixa de ser a velha história de se escolher critérios e métricas que, de alguma forma, acabem beneficiando quem já está em alguma posição de mando, mesmo havendo alternativas tão melhores e já exequíveis. A própria pessoa às vezes identifica e reconhece que há métodos melhores, mas, assim que ela se dá conta de que haverá algum tipo de problema ou prejuízo a ela própria ou a quem pertence à sua classe, ela se arrepende e volta preferir manter tudo como já está.

Internacionalmente, utiliza-se uma métrica sem tradução direta amplamente aceita, conhecida como *Grade Point Average* (**GPA**), que pode ser entendida como o já bastante conhecido *Coeficiente de Rendimento* (**CR**) na UFABC. Em geral, assim como ocorre com o CR, o GPA pode variar entre 0 e 4, e é contabilizado segundo uma média ponderada que considera o conceito obtido pelo aluno em cada disciplina e o número de créditos da respectiva

disciplina, lembrando que o número de créditos considera as horas semanais de atividades de teoria e prática, mas não as horas individuais. O conceito **D** vale 1 ponto; **C**, 2 pontos; **B**, 3 pontos; e **A**, 4 pontos. Claramente, **F** e **O** não pontuam.

Em processos internacionais, é bastante comum exigir um GPA superior a 3.0; há até casos que pedem mais que isso. Já vi casos pedindo mais que 3.5, o que eu, sinceramente, considero uma bobagem sem tamanho — aliás, o próprio GPA em si, tal como o CR, eu também considero bobagem. Já vi uma enormidade de excelentes alunos com notas baixas e uma vastidão de alunos com notas altíssimas que mais parecia uma legião de completos perdidos que mal sabiam amarrar os próprios sapatos e que não tinham uma mínima condição de trabalhar com qualquer outro ser humano ao seu lado, ainda que isso fosse uma condição inegociável para se realizar o trabalho.

Mesmo dentro da UFABC, há um pouco dessa visão preguiçosa na hora de avaliar alunos. Perdi a conta do número de vezes que ouvi professores “pregando” perante os alunos, dizendo que as notas não dizem nada sobre os alunos; de repente, via-os em seus grupos (mais “fechados”),

onde se sentem mais livres para expressar o que realmente pensam, dizendo que *Fulano* é bom aluno e que *Beltrano* não é bom aluno, apenas com base nos conceitos que obtiveram em suas disciplinas. O indivíduo tira um **A** em sua disciplina, e já é considerado “bom aluno”; outro, um **C**, então não é tão “bom aluno”; e outro, um **F**, então é um “péssimo aluno”. É um jeitinho bem medíocre de se avaliar o desempenho acadêmico de alguém.

Aliás, muito mais do que apenas medíocre, é também uma maneira até mesmo muito arrogante, porque a pessoa nem ao menos leva em consideração qualquer mínimo resquício de possibilidade de ela cometer algum erro em suas avaliações. Aos seus olhos, sua metodologia de trabalho é simplesmente infalível; ela sequer precisa perder seu precioso tempo pensando na possibilidade de talvez ter cometido alguma falha em alguma etapa. Há até mesmo uma espécie de fé cega nos seus próprios processos avaliativos.

Não importa quem é mais assíduo quanto às aulas, quem mais procura o professor, quem mais se dedica aos estudos, quem mais procura a monitoria, quem mais visita a biblioteca para pegar livros, quem mais busca sobre suas

dúvidas pela Internet e entre colegas, quem mais tenta ajudar colegas com dificuldades, quem mais tenta colocar em prática os conhecimentos sobre a disciplina, quem mais se envolve com projetos relacionado à disciplina, quem mais havia melhorado ao longo do quadrimestre, quem mais faz as perguntas mais interessantes, quem procura melhor relacionar os conhecimentos desenvolvidos em outras disciplinas, quem tenta explorar mais a sua criatividade para resolver problemas, quem mais demonstra conseguir sintetizar muito bem o que deveria ter aprendido na disciplina em atividades fora do campus. Nada disso importa.

Ao final, certos professores hipócritas julgarão a qualidade dos alunos — inclusive, por mais absurdo que isso seja, até mesmo quanto a questões morais que transcendem o ambiente educacional — utilizando somente o conceito (ou a nota), mas continuarão dizendo que, para eles, a nota do aluno não diz qualquer coisa, pois sabem que admitir o que realmente pensam sobre isso pode “pegar mal”. E o mais triste nisso é que não adianta o professor dizer que valoriza todos os pontos levantados no parágrafo anterior, ou mesmo outros pontos, se depois ele for só mais um que utiliza apenas o critério do CR para avaliar se um dado aluno é melhor ou pior que outro. E a desculpa da

objetividade não é aceitável. Mas eu falarei mais sobre a objetividade, a subjetividade, e sobre outros aspectos educacionais em outros capítulos.

Capítulo 4

Objetividade e Subjetividade

Muito se fala sobre as notas serem critérios mais objetivos. Desde quando objetividade é sinônimo de fidedignidade em um processo avaliativo? E desde quando a objetividade de uma métrica individual implica ganho de verossimilhança? A objetividade, assim como a subjetividade, também pode ser utilizada como critério de abstração ou — o que é muito pior — de alienação. Além disso, a objetividade pode ser utilizada para camuflar intenções obscuras.

Muitos enchem a boca para falar, cheios de orgulho, que utilizam critérios objetivos para avaliar seus alunos (ou candidatos), como se isso fosse alguma garantia de que não haveria ali alguma injustiça ocorrendo. Quando a pessoa não é da área, eu até consigo simplesmente ignorar isso, pois sei que as chances de ela saber o que está fazendo são menores, mas muito me entristece ver professores compartilhando dessa questionável visão de mundo, negligenciando o fato de que pode haver um enorme número de atributos que poderiam ser utilizados para se avaliar o quão bem os alunos se saíram, mas continuam querendo utilizar meramente uma média ponderada de seus conceitos (ou notas) de seus históricos.

Sabendo dessas — e de muitas outras — injustiças existentes no meio, muitos alunos desistem de priorizar suas formações e passam a priorizar o CR (ou GPA). Quando é esse o caso, não é difícil de concluir que os alunos preferirão optar por se matricular em turmas cujos professores adotarão posturas mais facilitadoras quanto à obtenção do conceito A.

Com isso, talvez os alunos até não consigam ter uma formação tão boa quanto poderiam ter com outros profes-

sores, mas garantirão conceitos bem mais desejados, como A e B, com muito mais facilidade e, conseqüentemente, terão um CR mais alto, o que fará com que tenham vantagens na hora de disputar vagas em todos os períodos de matrícula a cada quadrimestre, o que, por si só, já faz com que muitos sintam que vale a pena, além de serem mais valorizados aos olhos de professores preconceituosos e preguiçosos, que valorizarão mais o histórico de conceitos do aluno do que suas qualidades como aluno e aprendiz de cientista ou engenheiro.

Apenas para lembrar aos poucos acadêmicos que pensam ser a nata do supprassumo da elite intelectual no mundo, tal como boa parte deles mesmos diz: não são as notas do aluno (como são hoje calculadas) que dirão o quão bom aluno (ou cientista) ele é. Parece-me que a habilidade de refletir tem andado muito distante dos hábitos de muitos que acreditam poder utilizar número de citações, fator de impacto dos periódicos em que publicam e a “marca” da agência de fomento que financia sua bolsa de pesquisa como critérios para avaliar o quão geniais eles próprios são.

A vaidade e a postura estupidamente elitistas — além, é claro, do grande delírio relinchante que é a fé cega

na fantasiosa meritocracia — parecem ter prejudicado a capacidade de raciocínio em áreas que vão além daquelas em que tais indivíduos atuam; basta dar um passinho para o lado para caírem em um abismo de ignorância.

Por muitas vezes, ouvi a desculpa de que utilizar critérios objetivos ajuda a proteger os candidatos de eventuais injustiças que poderiam ser cometidas por parte de avaliadores mal-intencionados. Eu lamento informar, mas processos que sejam plenamente objetivos simplesmente inexistem; são, na verdade, uma utopia.

É, sim, possível utilizar métricas que sejam isoladamente objetivas, mas os critérios em si não são; inclusive, a própria escolha dos critérios e das métricas já é, por si só, um processo necessariamente subjetivo, porque não há um só critério, e não há uma só métrica para se mensurar tal critério, mas, sim, vários critérios e várias métricas; quem escolhe quais serão os critérios a serem considerados e quais serão as métricas a serem utilizadas está fazendo uma escolha, e essa escolha é feita da maneira que for desejada por quem estiver no comando.

Se o indivíduo na borda do sistema, na etapa final, tiver apenas de seguir ordens, e não couber a ele a to-

mada de qualquer decisão, pode até ser que ele possa alegar que, aos seus olhos, aquele sistema é objetivo, mas isso não torna o sistema realmente objetivo; isso apenas faz com que o tal indivíduo seja alienado quanto a como o sistema realmente funciona, pois enxerga o sistema como uma caixa preta na qual ele, de certa forma, é obrigado a confiar; porém, como havia dito, isso não torna o sistema realmente objetivo.

A subjetividade sempre esteve e sempre estará presente em nossas vidas, independentemente do que nós acharmos disso. Fingir que ela não está presente não fará com que ela desapareça. Penso que o melhor, então, é aprendermos a conviver harmoniosamente com ela, e a utilizarmos como algo benéfico, começando por pararmos com a mania de querermos fingir que ela não está presente. A subjetividade pode, por exemplo, ajudar a impedir que ocorram injustiças provocadas por resultados questionáveis de sistemas que não tenham considerado determinados fatores em suas avaliações.

Se quiserem um exemplo de subjetividade positiva, posso mencionar como costumam ser feitos atendimentos de emergência. O simples fato de haver atendimentos

qualificados como “de emergência” já mostra que a subjetividade está presente, pois o que é emergência para algumas pessoas pode não ser para outras. Existem, sim, alguns poucos casos que talvez se encaixem em um consenso quanto a ser ou quanto a não ser uma emergência, mas boa parte dos que estão entre os extremos entra em uma região digna de discussão, e aí mora a subjetividade por parte de quem define o que passa a ser classificado como emergência a ser considerada para este caso.

Neste momento, alguém poderia dizer que isso se resolveria criando um documento oficial que definisse o que é considerado uma emergência. Isso ajudaria de alguma forma? Dependendo de como fosse feita tal definição, e de tal documento, sim, isso poderia ajudar; contudo, isso não tornaria o processo objetivo, porque teria sido necessário que alguém criasse uma definição de “emergência” para o tal contexto, e isso poderia ter sido feito de muitas formas diferentes, e não necessariamente havendo apenas uma correta.

De qualquer forma, o tal atendimento de emergência serviria para permitir que casos considerados emergências pudessem ser atendidos com uma urgência maior do que

os demais casos, podendo até mesmo utilizar um critério diferente, como o de ser atendido com base em, por exemplo, uma fila paralela, em que todos os indivíduos da fila de emergência precisariam ser atendidos para que, só então, os indivíduos da fila comum pudessem voltar a ser atendidos.

Em um hospital, caso você tenha ido ao *Pronto Atendimento* (ou *Pronto Socorro*) com o objetivo de pedir que um médico faça seu atendimento por você estar com um pouco de febre e de coriza, é muito provável que você seja temporariamente colocado de lado na fila de atendimentos se chegar um paciente que acabou de levar um tiro, ou que acabou de sofrer um ataque cardíaco, ou que caiu de uma altura de vários metros, ou que foi vítima de uma descarga elétrica, ou que sofreu um corte muito profundo.

Até mesmo para tirar um passaporte os prazos não são todos iguais. Há uma fila para os casos corriqueiros e há uma fila para casos emergenciais. Alguém definiu quais são os motivos que fazem com que uma pessoa passe a ter o direito de usufruir da fila de casos emergenciais, e isso é muito bom, pois há casos legítimos de emergências que fazem com que haja uma real necessidade de que o

documento seja emitido rapidamente.

Sabe aquelas filas preferenciais em vários estabelecimentos? Isso só existe porque alguém se utilizou de critérios subjetivos para tentar amenizar um sofrimento de várias pessoas. Ninguém gosta de ficar em uma fila, ainda mais se for por longos intervalos de tempo; porém, se ficar em uma fila qualquer já é ruim, imagine ficar na fila em pé enquanto possui algum tipo de comorbidade ou de condição que intensifique ainda mais o seu sofrimento. Haver uma regra que permita que pessoas com específicas condições ou comorbidades possam ser atendidas com algum tipo de vantagem que permita que possam sair logo da fila é algo muito positivo, além de um sinal de empatia.

E aquela multa de trânsito que você levou, mas que, ao menos segundo sua própria opinião, você tem o melhor motivo do mundo para que ela não seja aplicada a você? Garanto que você gosta da ideia de poder explicar o que aconteceu para que talvez sua multa seja revista e, quem sabe, você não precise mais pagá-la e nem perca os pontos na carteira, certo? Parece-me que nessas horas você não gosta de critérios objetivos, pois um critério rígido como estar acima de X velocidade poderia significar que

quem estivesse, digamos, a 1 km/h a mais já mereceria ser multado, mas garanto que, caso você recebesse uma multa por estar a 1 km/h além do limite, você faria de tudo para recorrer, não?

Em todos os exemplos que eu forneci, perceba que existem métricas individualmente objetivas envolvidas, sim. Na questão do hospital, pode haver uma lista de casos considerados de emergência, e esses casos podem ser avaliados com um “sim” ou um “não”, dependendo de como forem definidas as características que permitam determinar se é um daqueles casos. Sobre as filas, podem utilizar métricas como a idade da pessoa, a condição de gravidez ou de lactante, o fato de se tratar de uma *Pessoa com Deficiência* (**PcD**), ou mesmo estar portando consigo um número igual ou inferior a N itens. E até para o caso da multa poderiam considerar que recorrer seria apenas uma oportunidade para apresentar dados que comprovassem que ela tenha sido errada. Porém, nada disso remove os elementos de subjetividade envolvidos em todos esses cenários.

Voltando ao próprio meio acadêmico, acredito que seja muito importante trazer essa pergunta: se você não gosta de critérios subjetivos, por que você aprova o uso de

cartas de recomendação para avaliar se alguém merece ou não merece algo que dependa de sua aprovação? Poucas coisas são mais subjetivas do que sua interpretação, suas reflexões e sua decisão final a partir da leitura de uma carta de recomendação.

Outra pergunta muito válida é: se você não vê com bons olhos os critérios subjetivos, por que você gosta de entrevistar um eventual candidato antes de aprová-lo em um dado processo seletivo, sendo que você já tem acesso à nota que ele obteve na prova e ao seu currículo completo? Será que é pelo fato de haver certas nuances que a prova não mostra? Será que é porque o currículo do candidato não exprime toda a completude de quem é o tal candidato e do que há a ser oferecido por ele?

A entrevista, então, ajuda a obter mais informações, que talvez até mesmo façam com que um potencial vencedor passe para uma posição menos vantajosa, certo? Então, se for assim, por que quem estava em uma posição menos vantajosa devido a um primeiro olhar, apenas baseado na nota da prova e na pontuação do currículo, não poderia ser convidado para a entrevista, visto que na entrevista poderia ocorrer de o candidato mostrar toda uma

série de pontos positivos que teriam chances de convencer o avaliador de que ele mereceria ser aprovado?

É óbvio que, no fim das contas, sempre haverá a possibilidade de o detentor do poder na situação fazer algo que é popularmente conhecido como “apelar”, e dizer que quem manda no processo é ele, e que é ele quem define como devem ser feitas as escolhas ali; então, se ele quiser que o processo seja de um determinado modo, é ele quem decide, e não outra pessoa. Mas isso não muda o fato de que todas essas decisões são altamente subjetivas, apesar de isso ser feito de forma camuflada, pois essas pessoas foram treinadas para pensar que a subjetividade é sinônimo de “algo feito sem amparo científico”, ou até mesmo de “algo ilícito” ou “algo antiético”.

Um dos pontos que eu também noto é que, ao usar critérios que pensam ser objetivos, muitas pessoas pensam que estão “fazendo justiça” e, ao utilizar critérios subjetivos, estão tentando impor suas próprias visões de mundo e próprias vontades aos demais. Porém, não se trata de “fazer justiça” ou de “impor vontades”; em vez disso, trata-se de reconhecer que, por mais que uma regra seja muito bem elaborada, e por mais que todos os cálculos das mé-

tricas sejam muito bem realizados, pode haver casos de injustiça, e pode, sim, ocorrer de algumas situações não serem consideradas da maneira que deveriam ter sido, seja para melhor, seja para pior.

Por que existem menções honrosas? Não são critérios subjetivos que fazem com que certos trabalhos sejam considerados dignos de algum tipo de prestígio, embora não tenham pontuado tão bem quanto outros? Por que tantas instituições pelo mundo levam em consideração o que as pessoas fizeram ao longo de suas vidas, e não apenas as notas que obtiveram, quantos trabalhos publicaram, ou qual é o seu *índice h*?

Os próprios acadêmicos já utilizam, e sempre utilizaram, todo um enorme leque de recursos fortemente baseados em critérios subjetivos; apenas ficam receosos em utilizá-los de forma mais explícita e aberta porque pensam que “pega mal”. É muito mais sutil dizer que uma etapa do processo seletivo é composta de uma entrevista do que dizer que, caso o docente não vá com a cara do candidato, ele poderá cair muito na lista de prioridades, podendo até mesmo não ser aprovado, ainda que diversos critérios supostamente objetivos tivessem-no apontado como um forte

candidato.

Francamente, eu gosto de pensar que é apenas uma minoria dos docentes que encara a situação dessa formação negativa, mas essa minoria é bem barulhenta e faz um estrago que chama muito a atenção, além de contribuir para que seus demais colegas da mesma categoria fiquem com a reputação um pouco abalada, mesmo que sem qualquer culpa direta sobre a situação.

Eu só faço questão de dizer “sem qualquer culpa direta”, porque “culpa indireta”, por outro lado, eu penso que têm, sim; como em situações em que haveria total possibilidade de criticar a conduta de quem age dessa forma, ou mesmo em situações em que tal ato mereça até mesmo alguma investigação, que talvez resulte em uma eventual penalidade administrativa, vejo que há vistas grossas, como se fosse até mesmo um absurdo querer avaliar ou criticar o *modus operandi* de um colega, o que é bem típico de quem segue uma visão corporativista, embora goste de criticar essa mesma conduta quando observada em outras categorias.

E volto a reforçar: objetividade é algo que existe, sim; porém, dentro deste contexto em que estamos inseri-

dos, ela existe na forma de métricas isoladas, mas não na forma de critérios, e a alegação por parte dos defensores da objetividade está justamente na questão dos critérios, pois defender objetividade em métricas não os ajuda a obterem o que almejam, que é a imagem pública de benfeitores, de justiceiros, de meritocratas, de imparciais, de honestos, e por aí vai, porque as métricas, por si só, não têm qualquer valor moral intrínseco — até mesmo porque, caso tivessem, já não poderiam ser vistas como objetivas —, o que não pode ser dito a respeito da escolha das métricas, pois isso é uma tomada de decisão que pode sofrer influência por parte de todo um enorme leque de possíveis fatores subjetivos, e isso é algo definido a partir dos critérios.

Mas, voltando um pouco ao tema do capítulo anterior, há algo de muito especial na situação específica da UFABC em relação a isso. Digo isso porque eu compreendo que seja algo até um pouco complexo fazer com que toda uma universidade migre de um sistema baseado em notas para um sistema baseado em conceitos; porém, a UFABC é uma universidade cujo sistema já é oficialmente baseado em conceitos em vez de notas desde que foi concebida, mas, mesmo assim, existe uma relutância sem igual para que os docentes efetivamente abracem a ideia dos

conceitos.

Infelizmente, a única coisa que acontece por parte de quase a totalidade dos que ali atuam, o que, lamentavelmente, inclui aí até mesmo a grande quantidade de excelentes docentes — muitos desses sendo pessoas de um coração que não cabe no peito — que tive o privilégio e o prazer de ter conhecido, é a mera conversão de um número para uma letra, mas a avaliação efetivamente é feita ainda de forma numérica. Converter a nota para um conceito ao final do quadrimestre não equivale a utilizar os critérios do sistema de conceitos.

A própria maneira de avaliar não é igual; não é nem ao menos parecida. Para um sistema baseado em notas, o professor atribui um valor máximo à atividade e parte de um dos seguintes pontos: 1) o aluno começa a atividade com nota zero, e vai pontuando conforme vai acertando o que é corrigido; ou 2) o aluno começa a atividade com nota máxima, e vai perdendo pontos conforme vai errando ou respondendo de forma incompleta.

Por outro lado, para um sistema baseado em conceitos, o docente precisa elaborar uma estratégia diferente, e que pode ser bem mais trabalhosa e complexa, embora

possa ser bem menos fria, bem menos mecanicista e bem menos injusta do que parece. O docente pode, por exemplo, definir quais são os conhecimentos-chave a serem demonstrados pelo aluno em relação a cada tópico abordado na disciplina, pode manter-se atento para o fato de que o aluno pode demonstrar conhecimentos sobre tais tópicos (e sobre tópicos adjacentes) a qualquer momento, o que pode incluir situações fora dos horários das aulas.

Algumas disciplinas que já temos na UFABC, e diversas disciplinas similares em outras universidades, já trazem consigo grandes porções de subjetividade de forma intrínseca, como *Introdução às Engenharias*, *Engenharia Unificada* (I e II), *Estágio Supervisionado* e *Trabalho de Graduação* (I, II e III), que costumam ter muito disso. Perceba que essas disciplinas geralmente não se utilizam de provas, tampouco avaliam apenas se o aluno acertou ou errou questões específicas ao longo do quadrimestre. As avaliações muitas vezes são baseadas em apresentações, discussões, relatórios, redações, seminários, projetos etc. Há sempre muitos pontos distintos a serem levados em consideração, e sempre há muito o que ser ponderado sobre o trabalho como um todo.

O olhar mais subjetivo para a avaliação permite que o docente não precise se preocupar com o preciosismo do número específico que descreverá o percentual exato de acerto que o aluno obteve na atividade que realizou. Isso é uma grande bobagem. Tentar quantificar isso sempre causa mais injustiças do que justiça, sempre deixa mais desentendimentos do que entendimentos, sempre cria mais problemas do que resolve. Isso é dificultar o que não precisa ser difícil.

Em vez de perder tempo com isso, ainda mais por se tratar de um objetivo tão pouco relevante, principalmente por estar muito distante de ser minimamente acurado e preciso, a subjetividade permite que o docente fique mais livre para que possa, por exemplo, prestar maior atenção a oportunidades em que o aluno tenha demonstrado habilidades que, de alguma forma, sejam relacionadas à disciplina, ainda que de maneira adjacente, pois até mesmo as habilidades adjacentes deveriam ser vistas como relevantes nas avaliações, ainda que tivessem um peso um pouco menor.

Falarei mais sobre isso quando tratar das abordagens de ensino-aprendizagem ainda tipicamente utilizadas por

docentes em cursos de graduação de áreas de exatas em
nosso país.

Capítulo 5

Abordagens de ensino-aprendizagem

Aqui eu falarei a respeito de diversos pontos relacionados às abordagens de ensino-aprendizagem com as quais, de alguma maneira, tive contato em parte de minha formação. Vale lembrar que se trata de uma combinação composta de relatos, discussões e devaneios com bastante liberdade para abordar tais pontos de maneira despreocupada e livre de amarras técnico-científicas quanto a preciosismos e eventuais rigores da área. Assim sendo, este texto não deve ser utilizado como uma referência técnica

sobre a área, e sequer existe qualquer pretensão de que tais visões fossem um norte nessa área.

Lembro-me de minhas aulas de laboratório de quase todas as disciplinas. Quase sempre era feito do mesmo jeito: um grupo de 3 a 6 alunos reunidos ao redor de uma bancada com um conjunto de equipamentos, materiais e insumos, um pré-relatório do experimento, que geralmente era entregue ao professor ao final daquela mesma aula, e uma correria danada para garantir que as específicas perguntas feitas no pré-relatório fossem corretamente respondidas, pois o relatório, que era feito e entregue em outro dia, não poderia ter informações que divergissem do que tivesse sido entregue no pré-relatório, então não adiantaria tentar corrigir um erro que tivesse sido identificado após já ter feito a entrega do pré-relatório.

Aquela metodologia fazia com que todos nós apenas nos preocupássemos em responder as perguntas do relatório corretamente e com rapidez, pois era muito comum que as aulas de laboratório não tivessem tempo o bastante para garantir que a atividade completa pudesse ser feita e entregue ao professor, e isso fazia com que alguns professores simplesmente se recusassem a aceitar a tarefa e

considerassem-na como não entregue, o que resultava em conceito **F**.

Outros docentes, um pouco mais flexíveis, mas ainda um pouco rigorosos, permitiam que os alunos continuassem no laboratório, caso houvesse essa possibilidade por parte dos próprios alunos e por parte do *Técnico Administrativo* (**TA**) responsável pelo laboratório, o que quase nunca era o caso. Caso não fosse possível continuar logo em seguida, o docente geralmente recomendava aos alunos que agendassem um horário para concluir o experimento em outro momento, dentro de um prazo quase sempre apertadíssimo.

Até cheguei a ter, sim, alguns laboratórios que eram bastante simples e rápidos, e eu não estou sugerindo que isso os tornava melhores e mais corretos. Meu ponto não está na ideia de que o que é mais rápido é melhor; isso nem ao menos faz sentido em casos como o que estamos abordando aqui. O meu ponto é que temos que ter razoabilidade em nossos planejamentos e em nossas ações.

Não podemos simplesmente impor que certas atividades precisem ser feitas dentro de intervalos de tempo que não sejam coerentes com os recursos disponíveis e com o

nível de conhecimento dos envolvidos. Nos casos em que as atividades eram quase que resumíveis a meras correrias que mais pareciam ser gincanas, quase ninguém ali tinha qualquer interesse legítimo em aprender; a ideia era não deixar de entregar a resposta dentro do prazo, sobretudo se tivesse alguma atividade em seguida que não permitisse que fosse tomado mais tempo com o laboratório.

E até mesmo nos relatórios a sensação às vezes era a mesma, pois era notório que até no relatório havia um *modus operandi* similar, o que reforça a ideia de que aquilo se tratava realmente de um estilo de trabalho, e não de um mero acaso, ou uma mera inconveniência. Os anos foram se passando, os alunos iam mudando, mas a maneira como as disciplinas eram conduzidas parecia ser sempre mais ou menos a mesma, então ocorria justamente de os resultados serem os mesmos dos anos anteriores. A única surpresa estava no fato de haver quem se surpreendesse com isso.

Às vezes era muito curioso como a avaliação era feita nessas aulas de laboratório, pois cheguei a ter colegas que praticamente dominavam os equipamentos, manuseavam tudo que ali estava com muita habilidade, demonstravam que realmente sabiam o que estavam fazendo ao utilizar

os equipamentos, os acessórios, os materiais e os insumos.

Alguns dos colegas até sabiam muito bem tudo o que tinha relação com questões de segurança, não apenas quanto à segurança das pessoas no laboratório, mas também quanto à proteção dos próprios equipamentos e demais dispositivos, de modo a reduzir as chances de que acidentes ocorressem e de que houvesse gastos desnecessários com manutenções e reposições de peças, que, como sabemos, graças a como funcionam as licitações, significaria gastar uma espantosa quantidade de dinheiro, muito além da que realmente custariam os equipamentos no mercado, além de aquilo também resultar em equipamentos que prejudicariam o andamento de parte das aulas e quem mais dependesse de tais equipamentos.

No caso de disciplinas cujas aulas experimentais eram realizadas em laboratórios de informática, havia casos em que era muito nítido que alguns colegas realmente estavam dominando o assunto, sobretudo por chegarem ao ponto de eles próprios se disporem abertamente a ajudar os colegas com mais dificuldade. Quando havia algum erro cometido em um código, quando um programa apresentava uma falha, quando havia algum equívoco de sintaxe, ou

mesmo um erro conceitual na implementação, vi diversas vezes algum aluno se levantando e indo até o colega com dificuldade para ajudá-lo, sendo que as explicações eram evidentemente acompanhadas pelo professor.

Esses alunos eram, de alguma maneira, “recompensados” em suas avaliações por essas notórias demonstrações de correto desenvolvimento de aprendizado em sala de aula? Claro que não. Absolutamente nada do que mencionei parecia ser levado em consideração por parte de qualquer um dos docentes em qualquer uma das disciplinas que já cursei na vida.

A sensação era a de que absolutamente nada daquilo merecia ser levado em consideração. Até mesmo os casos de colegas que iam muito além e, não satisfeitos com apenas saber fazer uso daquilo tudo, até chegavam ao ponto de sacrificar boa parte do seu já escasso tempo para realizar a atividade em nome de explicar diversos detalhes sobre os equipamentos aos seus colegas; detalhes esses, aliás, que muitas vezes não pareciam ser do conhecimento de diversos dos TAs responsáveis pelos laboratórios e diversos dos próprios docentes responsáveis pelas turmas naquelas disciplinas.

Até hoje eu só me lembro de uma única vez que vi um docente parabenizando um aluno por isso, e nunca soube de qualquer caso que fosse de aluno que teve algum tipo de bônus em suas avaliações de laboratório por ter demonstrado tantos conhecimentos tão relevantes para as práticas nas disciplinas, ou mesmo por ter dedicado boa parte de seu tempo e de sua energia para ajudar vários dos colegas em situações em que nem mesmo quem deveria ter ajudado havia realmente ajudado.

Porém, eu não posso colocar essa culpa toda em cima dos docentes, como se eles fossem pessoas malvadas que querem apenas prejudicar os alunos; nem é assim que eu enxergo, pois sei que há muitos docentes muitíssimo interessados em fazer o que puderem para ajudar, mesmo que nem sempre consigam. Pode até ser que haja um ou outro que tenha essa cabeça mal-intencionada, mas não seria correto pensar que é a maioria.

Essas pessoas, de um modo geral, são de outra época, e quase ninguém ali teve qualquer tipo de preparo quanto ao que diz respeito a questões didáticas. São pessoas que passaram os últimos vários anos de suas vidas focando quase que exclusivamente em pesquisa. Até mesmo, de um

modo indireto, e por mais irônico que isso soe, foram quase que ensinadas que ensino e extensão têm uma importância menor do que a pesquisa.

Muitas dessas pessoas cresceram com uma cabeça fielmente crente na ideia de meritocracia, e pensam que só não consegue quem não “tenta de verdade”, quem não se esforça tanto quanto deveria, quem “só quer moleza”, quem é “braço curto”, quem é preguiçoso; afinal, aos seus olhos, quem “tenta de verdade” sempre consegue. E até mesmo vários dos que reconhecem que não é bem assim às vezes caem no erro de pensar que são raríssimos os casos de exceções que não se encaixam nessa ideia da meritocracia, então essas pessoas realmente pensam que podem continuar observando o mundo com seu olhar fiel à ideia da meritocracia, e elas pensam que seu sucesso no mundo se deve apenas a elas próprias.

Por isso, quando chega um aluno que não consegue lidar com algo que, aos seus olhos, ela conseguiria lidar se estivesse no lugar daquele aluno, logo enxerga fraqueza, incompetência, falta de vontade legítima, ou qualquer outra qualidade ruim e depreciativa no aluno.

Aproveito para mencionar aqui que é preciso tomar

cuidado para não confundirmos a ideia da suposta meritocracia com a ideia da abordagem baseada em aprendizagem ativa; vejo muito essa confusão em discussões sobre a aplicação dessa metodologia ativa em salas de aula de disciplinas de *ciência, tecnologia, engenharia e matemática* (**STEM**, de *Science, Technology, Engineering, and Mathematics*).

Apesar de não se tratar de algo realmente tão novo assim, por conta de uma enorme resistência por parte de muitos docentes e muitos gestores de instituições de ensino em STEM, mesmo a aprendizagem ativa já tendo mostrado chamativos resultados positivos em múltiplas oportunidades, ainda tem sido algo pouquíssimo visto de forma oficialmente adotada em universidades públicas brasileiras.

Mas não vamos confundir as coisas. A aprendizagem ativa considera o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem, mas isso não quer dizer que o aluno será completamente abandonado à sua própria sorte, também não quer dizer que o professor passaria a ser um completo inútil nesse processo, e também não quer dizer que alunos que conseguem desempenhar muito bem o seu

papel são os heróis por mérito exclusivamente próprio, enquanto os que têm mais dificuldades são os vagabundos da história, e que só não deram certo por terem preguiça ou incompetência. Não é isso que é aprendizagem ativa. Dificuldades podem fazer parte do processo em muitos casos, e isso não embute culpa no aluno, tampouco caracteriza incompetência ou desinteresse. É preciso ter muito cuidado com essas questionáveis visões de mundo.

A aprendizagem ativa também não deve ser confundida com uma mera forma de terceirizar as responsabilidades do professor. Nessa abordagem, o professor não é o detentor da verdade, da sabedoria e do conhecimento, mas, sim, um provocador de melhorias, um orientador, um consultor e um guia; e, por sua vez, os alunos também não são apenas compartimentos errantes inicialmente vazios e que devem aguardar passivamente pelo trabalho de preencher esses compartimentos com conhecimento que seria, supostamente, oriundo da rica mente do professor.

Aqui, inclusive, é onde começa a parcela da resistência por parte dos próprios alunos, porque, devido ao fato de estarem acostumados às abordagens clássicas, os alunos passam a acreditar na ideia de que o professor bom é o que

carrega consigo uma imensa quantidade de informação e que consegue transferir ao menos uma parcela dessa informação para as mentes de seus alunos, e isso faz com que esses alunos com tal visão de mundo passem a interpretar que docentes que se utilizem de metodologias baseadas em aprendizagem ativa estejam apenas terceirizando suas responsabilidades.

Existem limitações que são, direta ou indiretamente, impostas pelo próprio *Ministério da Educação* (MEC) e, dependendo do curso, também por órgãos reguladores, conselhos ou afins, e que fazem com que a IES não tenha tanta liberdade para elaborar um currículo da forma que bem entender. Há restrições que obrigam que haja a presença de certas disciplinas, e há até mesmo algumas obrigações relacionadas à carga horária, além de haver a exigência da cobrança de presença em sala de aula de uma forma tradicional, bastante autoritária, e que já se sabe há muito tempo que não faz sentido, principalmente por não significar o que boa parte dos leigos da área pensam que significa, sobretudo pelo fato de que passar mais tempo em sala de aula não implica aprender mais. Com tantas amarras, fica difícil criar algo realmente inovador e que não esbarre em algum tipo de proibição e não infrinja alguma

norma, alguma regra, ou alguma regulamentação.

Além disso, também seria preciso que os profissionais envolvidos nesse processo fizessem algo que, infelizmente, é bem menos comum do que deveria ser: aperfeiçoar-se e atualizar-se quanto aos avanços de suas áreas, o que inclui a área da educação em si, e não somente conhecimentos técnicos sobre suas áreas específicas. Não importa se você é engenheiro, físico, químico, biólogo, matemático, ou de qualquer outra área; gostando ou não, se você quiser ser eficiente e eficaz, você precisa se atualizar também sobre a área da educação; afinal, você é um professor, e pouco importa se seu interesse principal é pesquisa, e não ensino ou extensão.

Dado o fato de que o próprio sistema educacional impõe todo um enorme número de barreiras e amarras, e dado o fato de que os profissionais gestores de instituições de ensino e, também, os próprios docentes, de um modo geral, não se mantêm suficientemente bem atualizados e aperfeiçoados, é de se esperar que haja pouquíssimo esforço no sentido de mudar o sistema educacional para algo que poderia ser tão melhor; afinal, demanda um esforço enorme, e pode até depender de todo um grande

grupo de pessoas que talvez nem estejam realmente interessadas nisso. Isso, aliás, fica até um pouco evidente, pois muitos “torcem o nariz” quando ouvem falar em educação, didática, pedagogia e assuntos correlatos; no entanto, concordam plenamente que precisam se manter atualizados quanto aos assuntos ultra específicos de suas próprias linhas de pesquisa, o que reforça que existe um reconhecimento evidente quanto à importância de se atualizar, desde que isso ajude em suas pesquisas; quanto às abordagens em sala de aula e aos métodos de ensino-aprendizagem, tal como as próprias avaliações, que se lasquem.

Mantendo tudo como já está, é de se esperar que haja pouco interesse em aderir a um modelo que seja diferente de tudo o que o indivíduo conheceu em seu dia a dia durante quase toda a sua vida. Mesmo sabendo que há diversas instituições de ensino pelo mundo que se utilizam de conceitos em vez de notas, sempre a pessoa tenta encontrar alguma desculpa (esfarrapada) para alegar que não é uma boa ideia aderir aos conceitos. Infelizmente, apenas fazem aquelas brincadeirinhas (sem graça) de dizer que não há como fazer operações algébricas com as letras de modo que o resultado seja automaticamente uma letra; não encaram

a situação com seriedade, e nem mesmo tentam aderir de verdade, pois nem parecem querer que essa mudança de fato ocorra. Muitos, na verdade, até falam que seria ótimo se a instituição abandonasse por completo, e de forma oficial, os conceitos, podendo partir logo para as notas em valor numérico.

É possível que uma metodologia como a aprendizagem baseada em problemas (**PBL**, *Problem-Based Learning*) ajude muito em vários sentidos, e isso favorece a adoção dos conceitos em vez das notas, pois boa parte dessa mesma abordagem já traz consigo, intrinsecamente, a liberdade de diversos olhares fortemente subjetivos. Essa é, também, uma metodologia muito conveniente para cursos de engenharia, embora pouco (ou nada) se ouça a respeito disso pelos corredores do campus.

Salvo engano, a PBL, na forma como hoje é mais disseminada, é uma metodologia que foi proposta entre as décadas de 1960 e 1970, tendo se iniciado na *Faculdade de Medicina da Universidade de McMaster*, no Canadá, e, logo em seguida, já adotada pela *Universidade de Maastricht*, na Holanda. Apesar de ter sido inicialmente adotada por faculdades de medicina, devido aos seus notáveis re-

sultados em diferentes países, faculdades de outras áreas começaram a aderir à metodologia e observaram significativos aprimoramentos nos resultados da formação dos estudantes.

Com essa metodologia, o professor deve estimular os alunos a serem os principais responsáveis por seu próprio aprendizado. Isso não é algo fácil de se compreender, tampouco é simples de se implementar. Existe muita resistência por parte de todos os envolvidos, e é muito comum que quem já esteja fortemente acostumado com as abordagens tradicionais tenda a ver com maus olhos as abordagens que fazem essa quebra de paradigma, mas é preciso que os responsáveis pela implementação da metodologia tenham persistência e paciência, assim como é preciso que os alunos sejam gradativamente preparados para enxergar isso como uma interessante oportunidade de aprendizado de uma forma que será bem mais convidativa a partir de suas próprias opiniões, embora talvez não aparente ser o caso num primeiro momento.

Mesmo assim, com tantas décadas de existência, e já tendo sido amplamente testado em tantos cenários de tantos diferentes países em instituições tão rigorosas e de forte

tradição, continuamos a observar por estas terras a insistência no uso de metodologias que são, já há muitas décadas, consideradas ultrapassadas, mas que, por aqui, insistem em endeusar e em achar lindo persistir nessa mesma estrada sem rumo.

Existe uma carência fortíssima de atividades experimentais e práticas, e isso ocorre quanto a quase todas as disciplinas. Eu sou um defensor da ideia de que a teoria sempre terá a sua importância, que não é pequena, mas jamais deixarei de valorizar a importância dos experimentos e das demais atividades práticas. Conversando com colegas de diferentes cursos, e até mesmo de diferentes instituições, percebo que isso não é um problema de um ou outro curso, assim como também não é um problema só da UFABC; todos com quem conversei confirmaram que sentiam falta de mais aulas experimentais e mais atividades práticas.

Conversando com alguns docentes, a explicação mais corriqueira é a falta de verbas, que, de fato, é algo escancaradamente evidente aos olhos de qualquer um que conheça as instituições públicas mais de perto, e nem precisa conhecer tão detalhadamente assim.

Ainda assim, é importante lembrar que nem tudo é uma questão que se limita apenas às verbas. É claro que há muitos casos que são irremediáveis, mas será que é mesmo o caso de todos? Aliás, será que chega a ser ao menos o caso da maioria? Eu realmente tenho minhas dúvidas. Não estou tentando dizer aqui que a insuficiência de verbas é irrelevante, ou que tudo é uma questão de boa vontade; não é isso, de modo algum. Porém, será que não haveria alguma forma de pelo menos tentar atenuar um pouco essa severa escassez de atividades práticas e de aulas experimentais? Eu penso que há, sim, e que nem seria algo tão complicado de ser implementado em muitos dos casos.

Caso a instituição não disponha de verbas para montar os laboratórios, de fato, haverá, em algum grau, um prejuízo causado à qualidade da formação dos estudantes, mas esse prejuízo pode ser ao menos um pouco atenuado por práticas computacionais, simulações e participações em projetos, que podem até partir de entidades estudantis e de parcerias com outras instituições.

Em vez de desistirem dos experimentos e das práticas por não terem laboratórios adequados, podem ao menos

exercitar nessas atividades o que aprendem com a teoria; é incomensuravelmente melhor do que apenas ficar resolvendo listas de exercício no papel e ouvindo alguém falar monotonamente por duas horas lá na frente.

Mas a instituição e os próprios docentes também precisam incentivar que essas atividades ocorram, e esse incentivo deve vir não apenas dizendo que acham isso uma atitude bacana, mas incluindo essas atividades em seus planejamentos, aceitando a utilização de tais atividades como forma de demonstrar conhecimentos — inclusive para fins avaliativos —, reconhecendo, por meio de créditos, que a participação nessas atividades é, sim, considerada de grande valor para a formação do estudante, e até mesmo catalisando a criação e a manutenção de eventos e de grupos que produzam atividades assim, como é o caso de grupos como *Harpia*, *Rocket*, *Scuderia*, *Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)*, *Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Aeroespacial (GPDA)*, e diversos outros grupos.

Imaginem o quão ridículo é ver um grupo de estudantes ir competir em um torneio acadêmico-científico internacional da mesma área de uma determinada disci-

plina e, mesmo com a equipe tendo sido campeã mundial naqueles mesmos assuntos supostamente trabalhados na disciplina, demonstrando em múltiplas oportunidades que essas pessoas aprenderam, sim, e muito, sobre os assuntos ali trabalhados, e a equipe, ao retornar, não ganhar nem ao menos 1 mísero ponto extra na disciplina, tendo de ser avaliada com base em uma prova teórica “fria”, “rasa” e sem qualquer sentido.

Tratando-se de alguns poucos específicos docentes, é bem capaz que, caso algum membro da equipe vá mal em sua prova, o docente até critique a equipe e duvide do mérito da equipe quanto àquela vitória no torneio internacional da área, apenas porque, em sua prova, um membro da equipe respondeu algo que, aos seus olhos, seria incorreto. Nem se passaria pela sua limitada cabeça a ideia de que talvez ele tivesse cometido um equívoco quanto àquela condução de suas aulas e de suas atividades avaliativas, ou mesmo que tivesse cometido algum equívoco nas correções; é claro que, aos seus olhos, o errado seria o aluno, e até seria uma bobagem perder tempo refletindo sobre isso.

O aluno conseguiu produzir um combustível inteiramente novo e que melhorou significativamente a eficiência

de um veículo automotor? Que bom para ele, mas não vai levar ponto algum nesta disciplina aqui, pois o docente alegará que não era uma atividade da disciplina, mesmo havendo uma infinidade de tópicos daquela disciplina envolvidos em todo o processo.

Enviou um foguete para o espaço? Que bom, caro aluno, mas essa não era uma atividade da disciplina, mesmo ela sendo da mesma área na qual você atuou na equipe. Projetou e implementou um programa de computador que você embarcou em um hardware que você mesmo projetou e construiu? Muito bacana, mas, apesar de esta disciplina ser justamente da área do projeto no qual você provou ter vários conhecimentos até bem mais avançados do que os trabalhados ao longo do quadrimestre, esta disciplina só avalia com base em duas provas teóricas.

Eu já até consigo imaginar um grupo de indivíduos tentando defender “por A mais B” que isso não seria possível, mas não por ser algo realmente ruim e que precisaria ser evitado; em vez disso, é só porque não querem que essa mudança ocorra e que esse tipo de abordagem passe a ser colocada em prática de maneira mais disseminada, porque esse pessoal realmente acha que suas provas teóricas dizem

muito sobre o quanto o aluno aprendeu em suas disciplinas. Infelizmente, alguns indivíduos, realmente, têm uma visão muito limitada da vida, com a profundidade de um copo de uísque.

Também é importante considerar a existência do fenômeno do *Pseudoteaching*, que ainda é tabu entre diversos docentes e discentes, principalmente por algumas pessoas interpretarem isso como se fosse uma espécie de desrespeito, mas eu não vejo dessa maneira.

Acredito que, com base em tudo o que escrevi nos livros *“Primeiros Contatos com a Graduação”*, *“Tropeços em Disciplinas da Graduação”* e *“Histórias da Graduação”*, já esteja mais do que claro que eu me importo muito com a presença de características de empatia, gentileza, respeito ao próximo e afins na conduta do docente; então, não gastarei mais linhas aqui tentando reforçar este ponto, pois penso que já esteja muito mais do que apenas evidente, o que me permite dizer algo que poderia soar um pouco questionável: por mais importante que sejam as características do docente relacionadas a uma boa convivência com seus alunos, e por mais que os alunos amem o docente, isso não garante que tal docente esteja realmente

cumprindo muito bem o seu papel.

O que eu quero dizer com isso é que, ainda que o aluno saia da aula do docente com um fortíssimo anseio pela próxima aula, de tão divertida, animada e entusiasmante que a anterior tenha sido, isso não necessariamente quer dizer que o objetivo central da questão, que é o aprendizado do aluno, tenha sido alcançado; na verdade, pode até ser que nem um único passo tenha sido dado nessa direção, mas, sim, em uma outra direção qualquer. Por causa disso, é muito perigoso tirar conclusões precipitadas sobre o quão bom é um docente apenas por ele ser alguém que dá uma aula muito animada e divertida, ou mesmo por ele ser muito carismático e muito próximo aos alunos.

Eu não vejo problemas graves em um docente adicionar os alunos em suas redes sociais, ou jogar videogame com os alunos, ou ir às cervejadas dos alunos da universidade, ou participar de grupos de alunos. Na verdade, desde que haja profissionalismo por ambas as partes, vejo isso como algo que pode até ter alguns pontos positivos; vejo, sim, alguns problemas minoritários envolvidos, mas creio que sejam administráveis. Esse não é o ponto. O ponto é simplesmente o fato de que esse indivíduo pode ser

muito agradável em relação a todos os momentos de convivência com os alunos e, ainda assim, pode não cumprir muito bem o seu papel de docente; por isso, não se deve pensar que o docente é bom ou ruim apenas com base no quanto os alunos gostam ou deixam de gostar dele quanto a aspectos interpessoais.

Capítulo 6

Matrículas em disciplinas

Na UFABC, as pessoas não fazem realmente uma matrícula nas disciplinas que cursarão no período seguinte. Em vez disso, o que é feito é uma solicitação de matrícula (ou requisição de matrícula), que é apenas a primeira parte do processo de matrícula. Durante essa fase, que dura alguns poucos dias, os alunos devem acessar o sistema de matrículas e escolher quais turmas desejam que compo-
nham o seu próximo quadrimestre. Caso o CR do aluno seja inferior a 3, a escolha será limitada superiormente, ou seja, haverá um número máximo de créditos em disciplinas nas quais poderá se matricular no quadrimestre seguinte.

Com o sistema de matrículas aberto, os alunos acessam o site designado utilizando-se do login institucional, aguardam um tempo de carregamento para que o site exiba as turmas e, então, o aluno pode escolher quais disciplinas deseja. É uma lista imensa que possui uma turma em cada linha, dizendo o código da turma, o nome da disciplina, o nome da turma, o período, o horário, o campus, e talvez mais alguma informação da qual eu esteja me esquecendo neste instante.

Quando o aluno seleciona uma turma, todas as demais turmas que tiverem algum conflito de horários ficarão com uma cor diferenciada. Após ter selecionado as turmas que gostaria, o aluno deve ir até o final da página e salvar a sua solicitação, não se esquecendo do *Captcha* que pode aparecer, e não se esquecendo de utilizar a opção de enviar por e-mail o comprovante de matrícula que aparecerá na tela de confirmação ao final.

Chamo aqui a atenção de todos os alunos para que jamais se esqueçam de utilizar esse recurso de enviar o comprovante por e-mail e, além disso, após algum tempo de tolerância, verifiquem se o e-mail chegou mesmo à caixa de entrada (ou se foi para o SPAM); pois, sem esse com-

provante, caso haja algum problema no processo de matrícula, fica quase impossível provar que a solicitação de matrícula (ou a matrícula de fato) havia sido efetuada, e isso pode gerar uma dor de cabeça bastante indesejada.

Nessa primeira fase, não há qualquer garantia a favor do aluno. Ele não sabe se conseguirá realmente se matricular naquelas turmas escolhidas e, ainda que consiga a matrícula nas disciplinas, a *Pró-Reitoria de Graduação* (**ProGrad**) poderá, sem qualquer consulta prévia, alterar as turmas nas quais os alunos tenham solicitado a matrícula, fazendo os remanejamentos que julgar necessários para organizar as turmas, desde que sejam as mesmas disciplinas e que sejam no mesmo turno escolhido pelo aluno.

Turmas também podem ser canceladas por questões pertinentes à ProGrad ou à coordenação do curso responsável. Porém, é compreensível que haja a necessidade de eventuais cancelamentos de turmas e certos remanejamentos; apenas devem ser feitos com muita cautela para não causarem males que poderiam ser evitados. Quando isso não é feito da maneira correta, é comum que haja casos de alunos prejudicados em algum aspecto, e esse prejuízo quase sempre envolve — mas não se limita a — algum

aumento na duração de sua formação.

Após terem feito as solicitações de matrícula, que é algo que costuma ocorrer, tipicamente, no meio do quadrimestre, os alunos aguardam até a próxima fase, que é conhecida como ajuste de matrículas. Nessa fase, a Pro-Grad publica um arquivo PDF com a lista de chutes, que nada mais é do que um documento que lista as solicitações de matrícula que tenham sido indeferidas; ou seja, é uma lista das requisições que não foram atendidas. Pelo que me lembro, esse mesmo documento informa também o motivo do indeferimento de cada caso.

Um pouco antes de cada período de ajuste, os alunos procuram por esse documento em busca de informações sobre suas requisições, sempre torcendo para que não tenham sido chutados de qualquer disciplina que seja, pois, dependendo do caso, pode ser muito complicado — em alguns casos, impossível — conseguir uma vaga na turma desejada.

Uma forte evidência da importância dessa informação aos olhos dos alunos é o fato de que os alunos mais ansiosos, para não precisarem aguardar pela divulgação oficial, exploravam um *Bug* do próprio site de matrículas

para terem um acesso informal a essa informação ainda antes de elas serem oficialmente divulgadas no site da Pro-Grad. Funcionava assim: alguns dias antes da data do ajuste — às vezes, mais de uma semana antes —, caso o aluno acessasse a página de resumo da solicitação de matrículas, que é aquela última página que se abre depois de realizar a solicitação, onde aparecem listadas as turmas solicitadas, estariam agora apenas as turmas em que a solicitação de matrícula tenha sido deferida; caso uma turma para a qual tenha sido feita a solicitação não apareça listada agora, é provável que a sua solicitação para ela tenha sido indeferida.

É importante ter o cuidado de dizer apenas que “é provável”, porque, embora não fosse comum ocorrer o erro de não aparecerem turmas em que as solicitações tenham sido aprovadas, o fato de uma turma não ter sido removida da página de resumo não garante que a solicitação teria sido deferida, pois poderia ser apenas um caso em que aquela solicitação ainda não teria sido sequer avaliada, mas que, eventualmente, seria avaliada, e isso poderia resultar em indeferimento. Não era bom “cantar vitória antes do tempo”, pois era um método muito frágil; ainda assim, devido à ansiedade, era comum utilizarmos tal mé-

todo para sabermos se havíamos sido chutados.

Durante o ajuste, diferente de como ocorre com o período de solicitação, todos os alunos estão sob a regra da ordem de chegada para se conseguir pegar a disciplina em um sistema web extremamente instável, esteticamente questionável e nada intuitivo. É um sistema ultrapassado e cheio de falhas graves que muito dificultam todo o processo para os alunos. É verdade que mudanças têm sido implementadas de tempos em tempos, e pode ser que tudo já esteja muito melhor no momento em que você estiver lendo isto, mas garanto que era precário na época em que eu havia cursado a graduação.

Nota-se aí uma ineficiência até mesmo ridícula, pois um grupo de alunos chegou a desenvolver uma simples extensão para o navegador que já ajudava, extraoficialmente, a atenuar diversos problemas que o sistema oficial de matrículas possuía, e fez isso em um intervalo de tempo significativamente menor do que a instituição teve, além do fato de os alunos não terem sido pagos para desenvolver essa solução tão melhor e tão menos custosa.

Ainda sobre o ajuste, não posso deixar de lembrar que, após terem implementado mudanças no sistema de

matrículas há alguns anos, turmas cujo número de requisições atinja 150% do número de vagas não fazem parte do ajuste; ou seja, quem havia conseguido se matricular nessas turmas não pode “soltá-las” no ajuste e, assim, quem deseja conseguir uma dessas vagas não terá a chance de consegui-la no ajuste.

As principais questões problemáticas associadas à matrícula têm total relação com alguns dos principais problemas da Universidade. Para compreender isso, é fundamental saber quais são os critérios utilizados para escolher quem ficará com cada vaga requisitada; pois, sim, caso não saibam, há um ranqueamento dos alunos que requisitam cada uma das vagas em turmas de qualquer disciplina a ser cursada, e só faz sentido falar em ranqueamento se isso significar que haverá critérios de ordenação.

Tal como costuma ser divulgado pela ProGrad em um PDF com orientações sobre a matrícula, que deveria ser lido por qualquer aluno antes de realizar seu processo de matrícula, para disciplinas obrigatórias dos BIs, os critérios considerados para ranquear os alunos são, nessa ordem: 1) o turno (da turma requisitada ser igual ao de ingresso do aluno); e 2) o CR (mais alto). Para as demais

disciplinas, são, nessa ordem: 1) o turno (da turma requisitada ser igual ao de ingresso do aluno); e 2) o CP, que, neste caso, na verdade, trata-se do CP dos cursos específicos aos quais a disciplina estiver vinculada, ou seja, é o CPk.

Fora isso, quem tiver matrícula ou reserva de vaga em cursos de formação específica tem prioridade em toda e qualquer disciplina obrigatória ou de opção limitada em seus respectivos cursos. Isso faz com que alunos que ainda não tenham conseguido obter a reserva de vaga em seu curso de formação específica almejado fiquem sempre em segundo plano.

Independentemente do desempenho dos alunos envolvidos na disputa, sempre quem tiver reserva de vaga (ou matrícula) passará à frente de quem não tiver. Isso faz com que alunos com reserva ou matrícula fiquem protegidos dessa parte da disputa pelas vagas e, com isso, passem a disputar por elas apenas entre outros alunos que também possuam reserva ou matrícula.

Este sistema está realmente muito distante de poder ser considerado bom. Alunos com excelente desempenho e que estejam seguindo tudo direitinho mas que

ainda não tenham conseguido a reserva são prejudicados, e isso ocorre dessa mesma forma, ainda que quem tenha reserva seja um aluno cujo desempenho seja péssimo, seja um aluno que falte muito, que não participe da vida universitária, que tenha obtido tais notas por ser simplesmente alguém que decora as coisas com muita facilidade — uma imensa vantagem em um sistema quase que exclusivamente baseado em provas tradicionais para avaliar alunos —, que tenha muitos colegas que aceitem colocar seu nome nos trabalhos com os quais ele não contribuiu de verdade, que seja uma pessoa que sempre escolheu seus professores com base no quão fácil é obter conceitos mais altos com eles etc. e, ainda, pode ser alguém que simplesmente tem a reserva por estar há muitos anos na instituição “garimpando” pontos de CPk.

O primeiro dos critérios, que é o turno, às vezes é uma barreira para muitos dos alunos, pois, devido a um enorme represamento de alunos em muitas das disciplinas do BCT — e das gerais das engenharias —, que é causado por diversos motivos distintos que vão muito além dos tópicos abordados neste livro, os alunos acabam não conseguindo se matricular, e é preciso tomar cuidado para não cair na armadilha de tentar encontrar “O Culpado”,

como se houvesse um único indivíduo responsável por isso. A responsabilidade é, em maior ou menor grau, de todos os envolvidos, o que inclui os próprios alunos, mas não se limita apenas a eles.

Trabalhando (ou estagiando), passa a ser muito comum o aluno reduzir agressivamente a quantidade de créditos cursados a cada quadrimestre, então, à medida do possível, é necessário que os alunos tenham muito cuidado com seus planejamentos; porém, aproveito para mencionar que a Universidade também poderia ser mais cuidadosa quanto a isso e, de alguma forma, não dificultar tanto o cenário para quem precisa sair do tal quadrimestre ideal. Enquanto um aluno com dedicação exclusiva à graduação consegue cursar um número de créditos que varia entre 16 e 24 sem precisar fazer loucuras para isso, um aluno do mesmo nível, caso trabalhe, dependendo de quais forem as disciplinas envolvidas, sofrerá muito para cumprir 12 créditos; por isso, é relativamente comum encontrar alunos que trabalham preferindo cursar apenas 8 créditos — ou até menos — em vários quadrimestres que tenham disciplinas que eles julguem ser mais trabalhosas ou mais complexas.

Caso esses mesmos alunos optem por cursar todas as disciplinas do quadrimestre ideal, não me atrevo a dizer que seria impossível obter a aprovação, pois não é bem assim, mas, caso sejam alunos que não tenham um desempenho assombrosamente acima da média, posso afirmar que, muito provavelmente, esses alunos dormirão muito mal, farão refeições às pressas, não terão qualquer vida social minimamente saudável, ficarão limitados a uma rotina diária que envolve apenas trabalho e estudo intensos, terão severas chances de desenvolver algum tipo de problema psicológico ao longo de sua formação, tenderão a ser pessoas que têm algum tipo de raiva da instituição de ensino e de seus professores, além de terem altíssimas chances de serem mais exemplos de alunos que, embora sejam aprovados nas disciplinas, não terão realmente aprendido o conteúdo, então terão uma formação bastante afetada por deficiências de múltiplos tipos. Ou seja, fazer isso, ainda que possível, é altamente desaconselhável.

Como todo o sistema de matrículas em disciplinas obrigatórias para os BIs é baseada, principalmente, em um rígido critério de desempenho, que é o CR, esses alunos, que geralmente não conseguem obter tantos bons conceitos ao longo de sua formação — algo que ocorre principal-

mente por sempre estarem muito sobrecarregados e muito cansados —, tendem a ser marginalizados no processo seletivo, sendo obrigados a passar toda a sua formação dependendo do estressante período de ajuste para conseguir se matricular nas “melhores turmas”.

É importante ter o cuidado de explicar que aqui, ao dizer “melhores turmas”, quase sempre se trata das turmas cujos docentes já são amplamente conhecidos por utilizarem abordagens que agradem a maioria dos alunos, o que quase pode ser resumido à ideia de que haverá chances significativamente maiores de se obter uma aprovação na disciplina e, mais do que isso, um expressivo aumento na chance de que o conceito final será maior do que simplesmente um **D**, que seria o mínimo para ser aprovado; então, além da aprovação, haveria a vantagem de não ter medo de seu CR ser ainda mais prejudicado.

Também é verdade que há alunos que entendem que as “melhores turmas” também podem ser as dos professores que são conhecidos por terem uma abordagem muito mais atraente, ainda que não necessariamente sejam professores tão “fáceis” assim. Se o docente for muito carismático, for muito agradável de se conviver, for muito gentil,

for muito respeitoso, for muito alegre, for muito tolerante, for muito empático... e por aí vai, é provável que, mesmo que seja relativamente raro encontrar quem consiga obter um **A** ou um **B** em suas turmas, sua turma também poderá ser classificada como pertencente a esse tal grupo das “melhores turmas”; em casos assim, depende da visão de “melhores turmas” que os alunos tiverem.

Agora, como já era de se esperar, pode ter a certeza de que todas essas “melhores turmas” serão significativamente mais concorridas durante os períodos de matrículas. Sempre serão turmas muito disputadas, é claro, porque sempre serão conduzidas por docentes com características muito desejadas. As turmas mais lotadas costumam ser, sim, as dos professores menos rigorosos e menos exigentes, mas as turmas dos professores mais habilidosos e agradáveis em sala de aula também são muito disputadas; quando o docente reúne ambas as características, a disputa por uma vaga em sua turma passa a ser ainda mais alta.

Por causa disso, dado o fato de disciplinas obrigatórias considerarem o CR como critério de ranqueamento, é natural que alunos com CR mais alto tenham maiores

chances de conseguir uma vaga, enquanto os que têm CR mais baixo ficam sempre às margens. Como o pessoal que trabalha costuma enfrentar muito mais dificuldades para conseguir se dedicar aos estudos, é natural que seja um grupo de alunos que tenham chances menores de manter um desempenho elevado no CR e, portanto, sejam justamente os alunos mais prejudicados nessas disputas por vagas nas melhores turmas. A consequência disso não poderia ser mais óbvia: mais um ciclo vicioso.

O aluno tem dificuldades para conseguir vagas nas “melhores turmas”, então precisa se sujeitar a ficar com as “piores turmas”, nas quais os docentes são rigorosíssimos, ou têm uma didática péssima, ou pedem toneladas de atividades como se suas disciplinas fossem as únicas que seus alunos cursam; dependendo do azar do aluno, é possível até que consiga a façanha de se matricular em turmas cujos docentes reúnam todas essas características, e até outras mais. Essas, na verdade, até que nem chegam a ser as piores de todas as características, pois já testemunhei casos — que, deixando bem claro aqui, felizmente, não representam a maioria — de docentes com comportamentos perceptivelmente racistas, homofóbicos, machistas, elitistas, xenófobos etc.

No caso das disciplinas do curso de formação específica, a situação não é melhor, pois, dado que esses alunos costumam cursar menos disciplinas por quadrimestre, eles demoram bem mais para atingir bons valores de CPk e, com isso, passam a sofrer para se matricular inclusive nessas disciplinas, aumentando ainda mais as chances de dependerem do período de ajuste, lembrando que lá é por ordem de chegada, o que torna tudo muito mais tenso e ainda mais injusto, pois é óbvio que terão vantagens aqueles que estiverem confortavelmente sentados em suas casas, em frente a uma enorme tela de um poderoso computador com uma conexão com a Internet cabeada via fibra óptica, além de poder contar com uma outra conexão, em 5G, para o caso de a principal apresentar instabilidades.

Como de praxe, em disciplinas mais concorridas, uma parcela realmente grande dos alunos acaba ficando de fora, vendo-se obrigada a se contentar com disciplinas que muitas vezes não são as que eles desejariam cursar para compor a sua formação, mas são as disciplinas nas quais eles conseguiram obter alguma vaga. Isso prejudica ainda mais a formação desses jovens, pois, ou eles escolherão, à medida do possível, o caminho de menor tempo de permanência na instituição, aceitando ficar sem as várias disciplinas

que gostariam de ter feito, mas nas quais não haviam conseguido matrícula, ou eles escolherão cursar essas disciplinas que julgam ser importantes, mesmo com isso significando um aumento substancial no tempo demandado para a sua formação.

Quase sempre, a preferência acaba sendo a de irem embora antes, pois já não aguentam mais “perder tempo” com a graduação, que muitas vezes nem parece mais fazer sentido para eles, sobretudo para aqueles que acabaram já sendo efetivados em algum cargo da empresa e que trabalham com algo que pouco ou nada tem a ver com o que seu curso o ajuda a aprender; esses são os casos de alunos que passam a olhar para a Universidade como se ela fosse a grande culpada por todos (ou quase todos) os seus problemas, e que é muito melhor terminar logo com isso.

Em outras palavras, esses jovens terão sua formação prejudicada, seja por um atraso para a conclusão, seja por uma perda de qualidade. Mas o problema não está somente na questão que envolve os alunos que precisam trabalhar. Existe, sim, uma diferença muito grande entre o grau de rigor e complexidade em algumas disciplinas e o nível de desempenho que a média do corpo discente

consegue apresentar.

Disciplinas como *Bases Matemáticas (BM)*, *Introdução às Equações Diferenciais Ordinárias (IEDO)*, *Fenômenos Eletromagnéticos* e *Física Quântica* costumam ter altíssimos índices de reprovação. Como são disciplinas obrigatórias, caso o aluno seja reprovado, ele será obrigado a cursar a disciplina novamente e, portanto, ocupará uma vaga em uma turma em um outro quadrimestre, e vale lembrar que não haverá uma vaga extra, sobrando, para que esse aluno possa se matricular; ele precisará se digladiar com todos os demais alunos que estiverem querendo essa vaga, correndo agora um risco extra de não a conseguir, pois não estará no quadrimestre ideal.

Eu não estou sugerindo que todos os alunos devam ser automaticamente aprovados, e não defendo que a cobrança seja suficientemente alta para prejudicar os alunos; deve ser algo justo e condizente. Trata-se de uma graduação em um BI; não é um curso de *Bacharelado em Física* ou um curso de *Bacharelado em Matemática*. Francamente, às vezes até chega a ser uma vitória quando conseguem entender que é um Bacharelado, pois há quem aja de modo que leva a crer que, em sua cabeça, parece que

está ali em uma turma de Mestrado ou Doutorado.

Se o BCT é um curso obrigatório para permitir que os alunos tenham a possibilidade de chegar a um curso de formação específica, eu sugeriria fortemente que esse fato fosse sempre levado em consideração. Contudo, não há como defender casos de alunos que realmente não estudam e que depois ficam colocando a culpa em todos que não sejam eles próprios.

Nesses casos, algo que falta na instituição é uma combinação mais eficiente de uma oferta de um serviço eficaz de auxílio aos alunos com dificuldade, para que não haja um abandono completo do aluno, mas que seja aliado a uma real consequência de jubilação em casos que exibirem comportamento incompatível com o de uma IES.

Sei que soa elitista isso, mas, infelizmente, como os recursos são finitos, ou seja, como há um limitado número de docentes, um limitado número de salas de aula e um limitado número de horários disponíveis, não há como garantir cada vez mais vagas em disciplinas, assim como também não há como garantir que as disciplinas que os alunos queiram sejam sempre ofertadas, independentemente do número de vagas.

Com a entrada de expressivas quantias de novos alunos, caso os antigos não se formem, haverá um represamento cada vez mais intenso no processo de matrículas, e isso afeta muito negativamente a todos os envolvidos, a ponto de tornar tudo muito pior. Os professores ficam sobrecarregados, os alunos precisam disputar pela mesma quantia de vagas entre quantias imensamente maiores de concorrentes, e os recursos da Universidade ficam cada vez mais escassos e disputados, fazendo com que muitas das tantas outras atividades que fazem parte da Universidade sejam, de alguma forma e em algum grau, prejudicadas; talvez, a ponto de se tornarem simplesmente inexequíveis.

Apenas para que se tenha uma ideia de alguns dos efeitos desse represamento, mencionarei aqui o caso das salas de estudos, que, no tempo em que eu estava no início do BCT, ficavam quase sempre com alguns lugares vagos, inclusive em épocas de provas, que é quando mais costumavam estar lotadas; já ao final da graduação em engenharia, era muito difícil de encontrar algum lugar vazio, mesmo que estivéssemos fora da época de provas.

Aproveito para mencionar, também, o efeito nos ônibus. No início de minha graduação, podíamos escolher o

assento no ônibus e, embora fosse muito mais civilizado quando conseguíamos nos organizar em fila para o embarque — o que era raro de ocorrer naquela época —, não era realmente necessário, pois todos os que desejassem embarcar conseguiriam; ao final da graduação, enquanto se estivesse próximo aos horários de pico, necessariamente, a maioria não conseguia embarcar logo no primeiro ônibus e, com isso, precisava aguardar por um segundo, ou mesmo um terceiro, o que fazia com que muitos desistissem e preferissem se arriscar à insegurança pública da região, ou tivessem de recorrer a caronas ou, quando possível, a veículos próprios.

Isso tudo afeta muito negativamente toda a comunidade acadêmica; todos se sentem, de alguma forma, afetados por isso, ainda que indiretamente. É mais difícil de fazer uma refeição com calma no *Restaurante Universitário* (**RU**), é mais angustiante na hora de tentar embarcar em um ônibus, é mais traumatizante na hora de se matricular em disciplinas, é mais disputado na hora de tentar qualquer processo seletivo para algum curso de verão (ou inverno), algum curso de idiomas, para conseguir reserva de vaga em curso de formação específica, para conseguir livros na biblioteca, e por aí vai.

Esse enorme acúmulo de alunos na graduação sem que haja uma adaptação por parte da instituição em relação à infraestrutura, à organização e ao número de docentes é demasiado nocivo e deixa tudo mais angustiante, principalmente por causa desse clima de eterna competitividade, que sempre deixa alguns poucos envolvidos felizes e uma legião — cada vez maior — de pessoas decepcionadas de alguma forma. Gente que não conseguiu um local para estudar na sala de estudos, gente que ficou de fora na hora de embarcar no ônibus, gente que foi chutada na matrícula, gente que passou um tempão em fila do RU e que, quando entrou, ainda levou mais um tempão para conseguir chegar à comida e, depois, para encontrar uma vaga em alguma mesa, gente que não conseguiu um computador em um laboratório de informática fora do horário de aula para fazer algum trabalho.

Agora, voltando ao sistema de matrícula, que é o ponto principal deste capítulo, talvez fosse muito mais convidativo se houvesse uma melhor organização por parte dos alunos, dos professores e, também, da própria instituição, para que certas disciplinas fossem ofertadas de formas mais estratégicas, inclusive podendo aderir a algum tipo de modalidade semipresencial, que já é utilizada na ins-

tituição há vários anos para algumas poucas e específicas disciplinas, que, a meu ver, desde que muito bem geridas, são capazes de conferir excelentes resultados.

Não estou indo a favor da mudança do sistema presencial para um sistema semipresencial em sua completude, e menos ainda para um sistema puramente remoto; apenas penso que, para situações específicas, no caso de algumas disciplinas, um modelo semipresencial poderia ajudar a aliviar a demanda por alguns dos já escassos recursos institucionais, assim como poderia ajudar a suprir a demanda por disciplinas que um número tão grande de alunos provoca.

Casos que realmente não tenham como ser ajudados, infelizmente, talvez tenham mesmo que ser administrados à base de um sistema de jubilação. Obviamente, não me refiro a simplesmente defenestrar o aluno, mas, sim, convidá-lo para um acompanhamento mais próximo, mais completo e mais rigoroso, oferecendo múltiplas oportunidades para que ele se recupere, podendo envolver professores de diferentes áreas do conhecimento, colegas próximos ao aluno, algum tutor para acompanhá-lo ainda mais de perto, talvez algum tipo de acompanhamento psicológico,

e tudo mais o que for preciso e que for exequível para tentar ajudar o aluno a se reorganizar, a se recompor e a se reestruturar, para que possa dar continuidade à sua formação.

Gosto muito mais dessa visão empática, tentando ajudar o aluno com dificuldade a melhorar. Acredito que quase todos têm plenas condições de melhorarem substancialmente, desde que recebam a formação básica necessária e que, se for preciso, tenham acesso a eventuais reforços, como possíveis acompanhamentos mais próximos e, de repente, abordagens complementares. Sou contra aquela visão elitista de forçar uma competição equivocadamente entendida como meritocrática, como se todos estivessem em pé de igualdade para que a competição fosse justa, com o intuito de “filtrar” quem supostamente não estiver à altura. Além disso, essa abordagem que prefere já sair filtrando logo de uma vez é até mesmo uma abordagem derrotista, pois nem ao menos tem a coragem de colocar a mão na massa de forma séria, já que, apenas por supor que o aluno não estaria à altura, em vez de preferir fazer o seu trabalho tentando ajudá-lo a melhorar, prefere já descartá-lo, como se fosse um objeto inútil. Um absurdo sem qualquer empatia.

Contudo, mesmo com base nessa visão mais empática e solidária, com todo um conjunto significativo de recursos em prol de ajudar o aluno a se preparar e a se recuperar, após um determinado tempo de duração bastante razoável e compatível com a complexidade do problema, caso o aluno não tenha conseguido mostrar qualquer progresso minimamente considerável aos olhos de um comitê responsável, que tenha sido organizado de forma imparcial e técnica, e que talvez mereça múltiplas etapas de avaliação com direito a recorrer a cada decisão de cada etapa, pode ser tomada a triste decisão de jubilação do tal aluno.

Esse é o tipo de medida que deve ser evitada ao máximo. Não é agradável para o aluno, para os colegas do aluno e nem para a família do aluno, assim como também não é agradável para o curso, para a instituição e nem mesmo para a sociedade. É algo, de alguma forma, um tanto traumatizante; pode-se dizer que é um fracasso, em parte, da instituição, dos docentes, do aluno e da sociedade. Provoca gastos que acabam sendo, até certo ponto, duramente criticáveis, pois muito se investe na formação de um indivíduo que, na verdade, simplesmente não se concluirá, fazendo com que seja um gasto quase inútil, e dá margem a interpretações bastante equivocadas sobre a

importância das instituições públicas, a qualidade de seus alunos, a qualidade de seus docentes, sobretudo aos olhos de indivíduos já pré-dispostos a se mobilizarem contra investimentos em universidades públicas.

Mesmo com tantos pontos contra esse tipo de medida, ela se faz necessária; pois, caso não houvesse um sistema de jubilação, não seria possível administrar adequadamente os recursos da instituição. A graduação em um curso de engenharia foi projetada para ser cursada ao longo de um intervalo de aproximadamente 5 anos. Demorar um pouco mais do que isso é algo perfeitamente comum, e faz parte da vida; temos que saber lidar com adversidades que nos fazem desviar um pouco de nossos objetivos momentaneamente, e eu mesmo discordo do formato que faz com que tal curso seja comportado em 5 anos, mas passar muitos anos a mais, como 12, 15, ou mesmo 20 anos cursando uma mesma graduação não é algo razoável, sobretudo do ponto de vista de investimento público. É por isso que não concordo com a ideia de a jubilação simplesmente inexistir, ou mesmo a de ela existir apenas no papel.

A jubilação poderia, sim, reduzir significativamente

a concorrência na matrícula, mas não acabaria com todos os seus problemas, pois a concorrência alta não é o único problema. Apenas para citar dois exemplos de problemas que vão além do problema da concorrência, há ainda: 1) o problema da raridade com que algumas importantes disciplinas são ofertadas, mas que, dependendo da disciplina, pode até não ser considerado um problema tão grande assim; e 2) um problema que é enorme na Universidade, que é uma discrepância imensa na concorrência das diferentes turmas de uma mesma disciplina, que é algo causado pelas preferências dos alunos quanto às características esperadas dos docentes responsáveis por ministrar as aulas nessas turmas.

Sobre o problema (2), diferente do que alguns colegas podem pensar, não se trata meramente de uma característica qualquer do processo seletivo das matrículas em disciplinas, pois muitos alunos prefeririam cursar a disciplina com um dado professor por um motivo mais justo do que vários dos demais alunos que estão disputando aquela vaga, e eles podem não conseguir a vaga por não terem um CR (ou um CPk) tão alto.

É amplamente sabido que muitos professores dão

maior atenção a determinados tópicos, sobretudo àqueles que são mais relacionados aos cursos aos quais são originalmente vinculados e, também, às suas próprias áreas de pesquisa. Pensando nisso, alguns alunos têm interesse em cursar a disciplina com os professores que utilizarão abordagens mais próximas às áreas de seu interesse, o que é um motivo justo para a escolha; contudo, por não ter um CR (ou um CPk) alto o bastante para vencer a disputa e conquistar a vaga, um outro aluno, que pode ter brigado pela vaga com o intuito de cursar com um professor mais fácil e não ter qualquer interesse real pela abordagem do professor, pode acabar sendo quem conseguirá ficar com a vaga.

Infelizmente, um aluno que pode ter passado toda a vida universitária parasitando entre grupos que trabalhavam por ele e se matriculando apenas em turmas sob a responsabilidade de professores com quem se consegue um A muito mais facilmente, sem qualquer dúvida, tenderia a ter um desempenho melhor em relação ao CR (ou CPk); com isso, teria muito mais chances de conseguir vencer qualquer disputa por vagas em períodos de matrícula, mesmo tendo péssimos motivos para escolher as turmas que escolheria.

Embora seja difícil de acreditar, há quem defenda que isso não deveria ser combatido, e que quem tem o maior CR (ou CPk) é que deveria mesmo poder escolher livremente a turma, e não quem quer levar sua formação a sério e não ficou fugindo de professores mais exigentes e nem procurou fazer grupos apenas com quem trabalharia para si como se fossem seus funcionários.

Um outro recurso que poderia ser mais bem explorado para ajudar a liberar mais vagas nas turmas de diversas disciplinas é a possibilidade de o aluno demonstrar seus conhecimentos nos tópicos das disciplinas e, caso sejam confirmados tais conhecimentos de forma oficial, utilizando-se algum método previamente testado e aprovado, o aluno ficaria dispensado de cursar a disciplina e já teria um conceito atribuído segundo a avaliação feita para confirmar seus conhecimentos. Isso poderia ser feito em um período inicial do quadrimestre, permitindo que as vagas de quem tivesse participado de tal processo fossem liberadas para que outros alunos pudessem se matricular.

Ainda não sei se isso ajudaria a tornar o processo mais justo ou mais injusto, mas talvez o aluno deva ser considerado reprovado na disciplina se não passar nessa

avaliação de conhecimentos sobre os tópicos da disciplina; não sei ao certo. Se o caminho for esse mesmo, a vaga do aluno também será liberada para que outros alunos possam se matricular. Desta forma, de um jeito ou de outro, sempre que alunos quiserem passar por esse tipo de teste para não precisarem cursar alguma disciplina, haverá a abertura de vagas na mesma disciplina.

Esse mecanismo de reprovação talvez ajude os alunos a não quererem sair se arriscando de forma irresponsável só para não terem de cursar as disciplinas; assim, só se arriscarão se sentirem que realmente já não precisam mesmo daquela disciplina para seguir com o curso naqueles assuntos.

Por outro lado, penso que, em vez de tal abordagem, poderia ser realizado algo bem mais amigável, que seria a adoção desse recurso de modo bem mais livre e recorrente na instituição como um todo. Imagine que todo aluno pudesse se submeter a uma avaliação geral sobre qualquer disciplina na qual ainda não tenha se matriculado. Vamos ignorar por enquanto o momento em que essa avaliação seria realizada, e vamos focar apenas na proposta.

Em vez de penalizar quem não conseguisse a apro-

vação na avaliação, fazendo com que fosse removido da turma, o aluno continuaria precisando cursar a disciplina, mas poderia continuar matriculado nela, sem ser realmente já considerado reprovado. Compreendo que, se não houver mecanismos que penalizem a reprovação, haverá quem queira fazer a avaliação apenas com a ideia do “vai que cola”. Porém, será que isso é realmente tão relevante assim?

Imagine que haja 200 vagas de uma mesma disciplina a serem ofertadas no próximo período de matrículas, sendo que há 300 alunos interessados em se matricular em tal disciplina. Se deixássemos tudo como está hoje, seria simplesmente impossível que todos se matriculassem e cursassem tal disciplina. Caso se trate de uma disciplina ofertada apenas uma vez ao ano, já sabemos que haverá 100 alunos atrasados (e frustrados) que terão de disputar pelas mesmas vagas no ano seguinte, quando haverá, possivelmente, novos 300 alunos a se digladiarem pelas vagas.

Porém, imagine que todos possam fazer uma avaliação para demonstrarem conhecimento mínimo suficiente para serem considerados aprovados na disciplina e, assim, não precisem cursar tal disciplina. Caso 100 alunos se sub-

metam a tal exame, ainda que apenas 25 sejam aprovados, já haverá 25 vagas desaloçadas, e que poderão ser ocupadas por 25 outros alunos que teriam ficado de fora. Isso ajuda até mesmo a acelerar a formação de parte significativa dos discentes, o que aliviaria muitas disputas por escassos recursos da instituição. Foi apenas um exemplo hipotético, mas creio que ele ajude a ilustrar a ideia. A partir dessa ideia, talvez quem tenha mais conhecimentos na área possa fazer ajustes que a tornem ainda melhor e, quem sabe, consiga propor oficialmente a sua implementação na instituição como um todo.

Não muito tempo atrás, outro artifício havia sido lançado pela UFABC para auxiliar no processo de matrículas em disciplinas, que é o reajuste. Desta forma, além do período de ajuste, que ocorre sempre antes de o quadrimestre começar, e que já fazia parte do processo de matrículas, passou a existir, também, uma outra etapa quase idêntica ao já pré-existente ajuste, com a diferença de que desta vez haveria apenas as vagas que não tenham sido ocupadas durante o processo de matrículas e as vagas que tenham sido liberadas após os cancelamentos de matrículas dos alunos.

Aliás, sobre essas vagas que os alunos liberam cancelando, hoje em dia há apenas um intervalo de uma semana para isso, mas antigamente o prazo era bem maior. Era longo o suficiente para que algumas das disciplinas já tivessem até mesmo passado pela primeira prova. Como havia muitos cancelamentos por parte de quem se saía mal na primeira prova e não queria prosseguir com os estudos, vindo a cancelar a disciplina e deixando a turma com muitas vagas sobrando sem poderem ser aproveitadas por qualquer aluno que tenha sido excluído no processo de matrículas, esse prazo sofreu uma severa redução. Com isso, alunos que não tenham conseguido se matricular nem mesmo no período de ajuste poderiam agora ter mais uma chance.

Lembro-me também de outros dois artifícios que a instituição introduziu para se proteger dos famigerados casos de alunos que ficam se matriculando em disciplinas que depois acabam cancelando sem motivos verdadeiramente justificáveis e condizentes com a seriedade da situação. Sinto dizer, mas quem pensa que essa é uma prática inócua está bastante equivocado. Não há como concordar com a ideia de um mesmo indivíduo ficar se matriculando na mesma disciplina por várias vezes durante a sua gradu-

ação, ainda mais se o motivo for por alguma irresponsabilidade por parte do aluno, como a falta de uma organização condizente com sua realidade. Problemas todos nós temos, mas se isso ocorre reiteradas vezes, fica difícil de acreditar que o aluno não tenha responsabilidade nisso, ainda que não seja total.

Essa prática, aliás, ficou bastante (negativamente) popular durante os primeiros anos em que estive na graduação. Soube de muitos casos de alunos que, quando não sabiam quem seria o professor de uma dada turma, matriculavam-se nela e ficavam na torcida para ser algum de quem eles gostassem; porém, caso não fosse, simplesmente cancelavam a matrícula sem qualquer peso na consciência, e já se propunham a repetir exatamente esse mesmo algoritmo até que, finalmente, chegassem a algum caso de um professor que lhes agradasse ou até que atingisse um número realmente elevado de iterações sem êxito.

Temos que nos lembrar de que, a cada tentativa, o aluno que se utilizava dessa prática estava, de certa forma, ocupando a vaga de algum colega que poderia ter real interesse em cursar a disciplina e que estivesse mais preocupado em se formar do que em ficar selecionando seus

professores como se fosse uma tranquila compra de supermercado. Os únicos casos que eu não avalio desta forma são os das turmas em que há um grande número de vagas ociosas organicamente, ou seja, disciplinas que tiveram, mesmo após o período de ajustes, um número de alunos matriculados bem menor do que o número de vagas ofertadas, pois realmente seria possível que os alunos interessados se matriculassem.

As medidas utilizadas para tentar limitar esse tipo de prática foram a de limitar o número máximo de disciplinas canceladas por quadrimestre a apenas duas, o que obrigava os alunos a serem mais responsáveis com a escolha das disciplinas em que se matriculariam, pois não poderiam mais sair cancelando suas matrículas tão à vontade assim; e limitar o número de cancelamentos de uma mesma disciplina a uma única ocorrência, fazendo com que todos os alunos tivessem direito a cancelar uma mesma disciplina apenas uma vez durante todo o período de sua graduação.

Se precisasse cancelar uma vez, não haveria problemas; o aluno poderia prosseguir com o cancelamento e não seria impedido de participar de qualquer outro processo de

matrícula em disciplina, ajuste ou reajuste e tentar a vaga na disciplina. Contudo, caso já tivesse cancelado essa disciplina em algum outro quadrimestre, passaria a ser impedido de efetuar cancelamentos nessa mesma disciplina para sempre; caso tentasse, o cancelamento simplesmente não seria efetuado.

Isso não significa que o aluno seria obrigado a cursar a disciplina, mas ele teria de enfrentar as mesmas consequências que qualquer outro aluno matriculado, o que significa que poderia ser reprovado e, portanto, ter o peso negativo de um F ou um O em seu histórico, em seu CR e em seu CA.

Como podemos notar até aqui, muitos mecanismos foram introduzidos aos poucos para tornar a matrícula cada vez mais direcionada e um pouco mais protegida de abordagens criticáveis, principalmente por parte de uma parcela dos alunos que, ainda que talvez não seja grande, é suficientemente nociva para causar impactos dessa natureza e com tais proporções. Refiro-me, por exemplo, ao limite de créditos delimitado de acordo com o desempenho do aluno, ao bloqueio das turmas cujo número de solicitações de matrícula supere 150% do número de va-

gas, à redução do prazo para cancelamento de disciplinas, à limitação do número de cancelamento de disciplinas por quadrimestre, e à limitação do número de cancelamentos de uma mesma disciplina durante toda a graduação.

Não duvido que haja planos para muitos outros métodos de direcionar ainda mais os alunos a terem um comportamento mais controlado na hora de se matricularem. Eu não gosto muito disso. Tenho consciência de que a aparente consequência disso é uma suposta ordem e um considerável incremento na previsibilidade na matrícula dos alunos, o que torna mais fácil a gestão de vários recursos da instituição, mas isso coloca os alunos ainda mais intensamente em uma direção com a qual eu nunca concordei, que é a de serem ainda mais incentivados a só agirem corretamente enquanto vigiados ou controlados por uma força maior.

Isso só aumenta as chances de os alunos não quere-rem fazer isso quando não tiverem alguma força que os obrigue a ter tais comportamentos, e isso cria uma falsa impressão de ordem, que, na verdade, é altamente instável, e pode se perder a qualquer momento, ainda que sem grandes mudanças organizacionais.

Além disso, eu também me preocupo com o fato de que, ao que me parece, muitos dos gestores e dos docentes parecem ter uma ideia do que seria o “modelo ideal” de formação, e quase sempre parece ser algo muito específico, muito rígido, muito direcionado, muito restrito. Não me parece ser algo que respeite uma característica que penso ser gritantemente importante: a liberdade para que o próprio aluno possa dar o sabor que quiser à sua formação sem ser penalizado por isso.

É óbvio que é preciso ter algum direcionamento, mas não é bom que esse direcionamento seja tão inflexível, e boa parte do que o tal quadrimestre ideal faz é justamente acentuar essa inflexibilidade. Não queremos — ou, no mínimo, não deveríamos querer — formar “robôs”; a ideia é formar cientistas, pesquisadores, engenheiros, professores e afins, que são profissões que podem muito se beneficiar de profissionais que tenham se formado com suas próprias sutilezas, com suas próprias identidades, com suas próprias características, e não apenas seguindo uma específica linha restrita.

É verdade que seguir o ideal aumentará muito as chances de concluir o curso mais rapidamente, mas não

necessariamente essa formação terá sido a melhor possível. As pessoas não aprendem tudo no mesmo ritmo e não têm as vidas sendo influenciadas das mesmas maneiras e pelas mesmas variáveis. Muitos alunos poderiam se beneficiar muito de um feliz recurso que a própria UFABC já possui, que é o de permitir que os alunos consigam se matricular em (quase) qualquer disciplina sem dependerem de aprovações em disciplinas compreendidas como pré-requisitos. É um recurso a ser explorado com muita cautela — e já aviso que, para ser mais bem aproveitado, pode ser preciso renunciar às vantagens desfrutadas por quem apenas segue o ideal —, mas é um recurso valioso.

Agora, francamente, eu espero que os docentes e discentes não lutem para transformar a UFABC em uma instituição como outra qualquer, acabando com as suas boas características, que são justamente o que a torna a instituição que nós hoje conhecemos. Infelizmente, ao que me parece, caso tudo dependesse de alguns dos docentes, a UFABC migraria do sistema quadrimestral para o sistema semestral, deixaria de lado os conceitos e passaria a utilizar notas numéricas de 0 a 10 para avaliar alunos, passaria a exigir o cumprimento de pré-requisitos para que fossem aceitas as matrículas em disciplinas e, além disso,

talvez até acabassem com a possibilidade de se matricular em mais de um curso de graduação concomitantemente.

Capítulo 7

A duração das aulas

A duração das aulas é um dos tópicos sobre os quais eu muito conversei com diversos colegas, tanto alunos quanto professores. Apesar de existirem alguns valores padronizados em alguns lugares do mundo, não existe um consenso mundial quanto à duração exata que uma aula deveria ter; ainda assim, penso que a duração atual esteja atrapalhando mais do que ajudando.

Atualmente, as aulas duram de 2 a 4 horas por dia, com uma frequência que vai de 1 a 3 aulas por semana para uma mesma disciplina. É um tanto incomum as aulas da graduação durarem 4 horas, mas considerarei esses

casos aqui também. Existem casos distintos desses, como algumas raras aulas em disciplinas ministradas aos Sábados e que chegam até a durar 8 horas em um mesmo dia, mas esses casos são incomuns o bastante para serem desconsiderados aqui.

Para um modelo tradicional de aula, que eu, particularmente, considero horrível, passar 2 horas com um professor na frente da sala falando de forma monótona e escrevendo algo em uma lousa esfumaçada ou — o que é muito pior — passando slides é simplesmente insuportável e completamente contraproducente. Parece até crime de tortura, porque obriga diversos jovens a se manterem enclausurados em ambientes nem um pouco confortáveis por longos períodos de seu dia, e isso ao longo de vários anos, mesmo sem terem cometido qualquer crime ou contravenção que fosse. E, se 2 horas disso já são um sofrimento para todos os envolvidos, docentes e discentes, imaginem como são as aulas de 4 horas. Os primeiros minutos são aproveitados; os demais, simplesmente desperdiçados de uma forma péssima. E, caso a ideia para amenizar isso seja a de fazer várias pausas longas, será que isso já não é, em si mesmo, um bom sinal de que algo está errado?

A forma como a instituição organiza os horários já introduz alguns problemas, pois muitos dos professores não têm bom senso na hora de utilizar sua carga horária. Para o período diurno, por exemplo, existem dois blocos de horários de aula, que são: 1) a aula das 08h00 às 10h00, e 2) a aula que pode ir das 10h00 às 12h00 ou das 10h00 às 13h00, dependendo do caso. De qualquer forma, percebe-se que a primeira aula acaba às 10h00 e a segunda se inicia imediatamente em seguida, sem qualquer intervalo.

Apesar de ter fornecido o exemplo do período diurno, algo análogo ocorre no período noturno. Mas a situação do noturno consegue ficar ainda pior, porque há ainda o fato de que muitos dos alunos trabalham, então já teriam dificuldades para chegar em um horário que os permitisse jantar com alguma tranquilidade, passar pelo banheiro e, então, ir com calma para a aula que geralmente começa às 19h00; porém, quando o aluno precisa se matricular em uma disciplina de 5 créditos, é comum que haja uma aula por semana que se inicia às 18h00, então o aluno chega sem nem ter tempo para comer ou ir ao banheiro, e ainda chegará atrasado e todo esbaforido.

A perda de qualquer trecho de uma aula pode ser, de

alguma maneira e em algum grau, nociva ao aprendizado do aluno. Há momentos mais críticos que outros quanto a essa questão da interrupção, mas todos os momentos da aula são importantes, senão não precisariam existir.

Nunca fui um grande apreciador de aulas da forma como as conhecemos mais tipicamente, embora sempre tenha tentado acompanhar cada uma delas, ainda que não gostasse; do meu jeito, tentava tirar o melhor proveito possível daquelas experiências. Já faltei a uma ou outra aula sem ter um motivo tipicamente compreendido como justificável, mas foram realmente poucas vezes, e eu não me envergonho e nem me arrependo de ter agido como tal, pois julguei que eu não estava suficientemente bem para comparecer àquelas aulas; caso fosse, estaria apenas o meu corpo parado ali enquanto aguardaria ansiosamente pelo fim daquele angustiante sofrimento.

Estamos falando de um campus universitário; portanto, ainda que o campus da UFABC não seja tão grande quanto o de algumas outras instituições, ele possui tamanho o suficiente para demandar alguns bons minutos para se transitar entre duas salas; ainda mais se uma das salas estiver, por exemplo, no 3º andar da Torre 3 no Bloco

A e a outra sala estiver no 6^o andar do Bloco B. Temos que considerar, também, um intervalo para que o aluno e o professor tenham condições de passar pelo banheiro, tendo tempo suficiente para fazer quaisquer necessidades, lavar suas mãos, beber alguma água do bebedouro ao lado de fora e, sem que haja qualquer necessidade de correr — inclusive por termos de nos lembrar de que nem todos conseguiriam fazer isso —, consiga chegar à sala de aula, encontrar um assento vago e preparar seu material, sem perder qualquer parte da aula.

Assim, dado que não há um tempo de intervalo, para que se possa praticar atividades condizentes com um intervalo propriamente dito, que é algo indiscutivelmente essencial, visto que seres humanos precisam, por exemplo, fazer necessidades fisiológicas, ou o professor da primeira aula precisará ter o bom senso de encerrar a aula ao menos alguns poucos minutos antes que seu horário atinja o limite superior, ou o professor da segunda aula precisará ter o bom senso de começar a aula ao menos alguns poucos minutos após o seu horário de limite inferior. Para que nenhum dos dois saia prejudicado, o melhor seria que houvesse tal bom senso por parte de ambos; assim, ambos precisariam renunciar a uma pequena parcela de sua

carga horária máxima, o que, desde que tudo fosse muito bem-organizado, não afetaria de modo algum o seu planejamento.

Vejo que muitos docentes insistem na ideia de querem controlar seus alunos quanto a questões como horário de entrada e horário de saída da sala de aula. Com o devido respeito, interpreto isso como um enorme desperdício de tempo e energia. Em vez de se preocuparem com isso, deveriam se preocupar com melhorar a didática em sala de aula, aprender a desenvolver empatia pelo próximo, aprender a se organizar melhor, aprender a utilizar comunicação não violenta, aprender a elaborar um material melhor, aprender a elaborar atividades mais eficazes e mais eficientes para o processo de ensino-aprendizagem, aprender a refletir sobre o seu *modus operandi* como professor em cada uma das atividades que vier a desempenhar, aprender a ouvir críticas, aprender a não ser elitista, além de tantas outras possibilidades.

Caso insistam em continuar com esse papel de fiscais de portaria de sala de aula ou — o que é muito pior — de fiscais da garrafa d'água alheia, que ficam olhando torto para alunos que, silenciosamente, puxam uma garrafa de

água para beber durante a aula, o que é perfeitamente razoável, corriqueiro e compreensível, então, que ao menos tenham o bom senso e a decência de permitirem que haja alguma tolerância quanto a um horário de intervalo para que alunos e docentes tenham alguma chance de não precisarem abandonar o final de uma aula em andamento e de não precisarem se atrasar para a próxima atividade

Caso contrário, serei obrigado a apoiar — admito que com certa satisfação — e até mesmo incentivar a política de simplesmente ignorar “cara feia” e tentativas estúpidas e descabidas de comentários tortos, críticas e lições de moral à moda antiga de professor mal-humorado que não gostar das consequências negativas advindas de suas próprias posturas incoerentes e arbitrárias.

Ainda a respeito da duração das aulas, fico embasbacado com a ineficiência que alguns colegas acabam produzindo em suas turmas, muitas vezes sem se darem conta do que estão fazendo. Aos olhos de alguns deles, infelizmente, simplesmente jogar o conteúdo para a turma, ainda que de uma maneira completamente desprovida de qualquer mínima preocupação com alguma didática, desde que a ementa, supostamente, seja cumprida, está ótimo. E isso

quando há alguma preocupação real em ao menos seguir a ementa, porque há grupos de docentes que pensam que, só porque, aos seus olhos, uma determinada maneira de se “dar” o conteúdo de uma certa disciplina seria melhor, havendo uma maioria formada — às vezes, nem mesmo isso seria uma preocupação —, já considerariam (clandestinamente) aprovada a nova (pseudo)ementa, o que, supostamente, conferiria aos docentes o direito de seguir essa (pseudo)ementa.

Com isso, os alunos já chegam desanimados para as aulas dessas pessoas, passam ali dentro um período de 2 horas — que mais parecem ser 2 anos —, e a cada final de aula ocorre um sentimento enorme de comemoração por ter se encerrado um período de sofrimento e por todos (ou quase todos) terem sobrevivido. Nota-se aí o típico comportamento de o professor menos preparado simplesmente tentar repetir o que alguns de seus ex-professores faziam. O indivíduo, por algum tipo de ato de loucura, aprendeu a endeusar a visão puramente conteudista de quase vomitar o conteúdo em cima de seus alunos e ir embora.

Com esse mesmo intervalo de tempo que se passa em sala de aula, o aluno, seguramente, poderia aprender

muito mais e se desenvolveria muito mais — até mesmo se decidir utilizar apenas metade desse mesmo intervalo — lendo os livros que esses professores costumam utilizar como referência; afinal, boa parte dos que tendem a agir dessa maneira tem o hábito de simplesmente repassar para a lousa (ou para a forma de slides) o conteúdo que está pronto nos livros, quase que sem qualquer mudança, e isso quando há realmente alguma mudança. Há até professores que reconhecem abertamente que é exatamente isso que eles fazem: repassar do livro para a lousa (ou slides) sem qualquer alteração, como se isso, por si só, bastasse para chamar aquilo de “aula”, e como se não houvesse motivo para se envergonhar por tal postura diante de algo tão sério.

Sem dúvidas, não posso deixar de dizer que não é o caso de todos os docentes. Tive, sim, e não posso jamais me esquecer de mencionar aqui, diversos excelentes professores. Eu lamento não poder dizer que a maioria foi tão boa quanto esses, mas esses merecem ser reconhecidos, valorizados, respeitados, admirados e para sempre lembrados com amor, pois foram os que fizeram a diferença para melhor. Como, infelizmente, não é o caso da maioria, não há como ficar agora fingindo que todos foram maravilho-

sos, porque não seria verdade, mas os que foram bons — e não foram tão poucos assim — merecem ser muito bem lembrados por suas condutas. Muitíssimo obrigado a cada um desses que tanto contribuiu com minha formação!

Quanto à ideia de entrar em uma sala de aula, começar a espalhar giz na lousa ou ficar brincando de passar slides enquanto apenas os lê em voz alta, eu realmente sinto muito, mas isso não é lecionar, e isso não é ser professor; isso é só um enorme desperdício de toda uma enorme série de recursos financeiros — neste caso, públicos — e, o que é muito pior, de recursos humanos. Nenhum professor é obrigado a começar a sua carreira sabendo atuar como um grande docente; porém, é preciso ter a humildade de se autoavaliar com seriedade e com rigor, assim como é preciso estar disposto a receber críticas, inclusive por parte de alunos que sequer estejam ainda avançados na graduação. Não precisa concordar com todas as críticas, mas é preciso sempre estar disposto a recebê-las e refletir sobre elas.

Para ser um bom professor, antes de qualquer coisa, é preciso amar a vida. Eu não digo isso com aquele clássico olhar religioso, pois não faz meu tipo. Quando vejo

um adulto com algum comportamento não pontual que considero reprovável, eu olho nos olhos desse tal adulto e vejo ali uma criança que “deu errado” de alguma maneira, e fico muito incomodado me perguntando o que pode ter sido a causa daquilo, e fico pensando o que eu poderia fazer para tentar corrigir isso, supondo que haja algo nesse sentido.

Gosto da floreada ideia de que a essência da aprendizagem é a curiosidade, e penso que a vida é o maior parque aberto possível. Tantas formas, texturas, aromas, sons, cores e sabores. Tudo pode encantar, atrair, despertar curiosidade, como uma flor, uma fruta, um animal, o ar, a chuva, ou um som; mas, para que isso seja possível, antes de qualquer coisa, é necessário que haja um lado lúdico, por menor que seja, por mais tímido que seja.

O problema é que qualquer docente que deixou sua alegria de lado, infelizmente, está perdido. Pode até conseguir vomitar conteúdo para dentro dos organismos de alguns de seus pobres alunos, mas não despertará o amor pelo aprendizado, a curiosidade natural e duradoura, ou mesmo a alegria no ato de aprender. Será só mais um indivíduo que ocupa parte do tempo de seus alunos jogando

mais conteúdo para dentro deles; mas, conteúdo em abundância sem se saber o que fazer com ele, e sem realmente entendê-lo, é apenas mais ruído na vida do aluno.

Sempre haverá quem se lembre desses indivíduos de uma forma positiva, mas não é o caso da enorme maioria; em geral, quem valoriza isso é quem já tem uma visão positiva sobre abordagens puramente conteudistas, que costumam lembrar muito os modelos educacionais orientados ao famigerado vestibular, sobretudo os das IES públicas, e esses são modelos que eu, particularmente, abomino, pois não se preocupam com a formação do indivíduo, com a formação do cidadão, com a formação do profissional; preocupam-se apenas em “passar” e “apresentar resultados baseados em métricas objetivas”, como “tirar notas altas” e por aí vai.

O docente é um ser humano e, portanto, como qualquer outro ser humano, pode passar por situações complicadas em sua vida pessoal, e, com isso, pode sofrer com períodos de depressão, maior ansiedade, impaciência etc. Isso é algo a que qualquer ser humano está sujeito a passar, infelizmente, e temos todos que saber lidar com isso e procurar até mesmo ajudar o docente que precisar e que

quiser tal ajuda, tal como deveríamos procurar fazer com qualquer outro ser humano.

Agora, o que não pode ocorrer, de modo algum, é o indivíduo, tratando-se de um professor, passar a ser alguém que simplesmente empurra a vida com a barriga em caráter definitivo, porque professores assim costumam fazer com que a imagem do professor nas cabeças dos alunos fique severamente prejudicada. São esses que fazem com que pessoas passem a sentir raiva das aulas, dos professores, das instituições de ensino, dos estudos, do próprio processo de ensino-aprendizagem, e às vezes até abandonem os estudos por causa disso. Nunca vi um caso de um professor que verdadeiramente amasse a vida — cuidado para não confundir isto com a ideia de alguém que é feliz o tempo todo, pois isto não existe — e que causasse efeitos tão nocivos em seus alunos; geralmente, são os menos felizes que mais impactam negativamente seus alunos. A postura de alguns desses em sala de aula chega a ser quase criminosa.

Isso tudo tem relação com a duração das aulas, pois uma coisa é trancafiar alunos em uma sala de aula por 2 horas para serem torturados, mantendo a postura ereta em

desconfortáveis carteiras, enquanto, sob total e absoluto silêncio, permanecem apenas ouvindo a angustiante fala (ou escrita na lousa, ou passada de slides) do professor repetindo o que decorou (ou o que estiver lendo) a partir de um dado livro escrito com base em pensamentos de séculos atrás.

Outra coisa, por outro lado, é o docente explorar o período de praticamente — e digo “praticamente” porque estou contando com o bom senso dos docentes para que deixem alguns poucos minutos antes e depois como uma espécie de tolerância e de intervalo, para si mesmos e para os alunos — 2 horas fazendo discussões e interações entre os alunos, estimulando-os a pensar e encorajando-os convidativamente a expor seus pensamentos, a procurarem sanar suas dúvidas e tentando relacionar o que encontram em seu dia a dia durante suas vidas com o que aprendem, procurando, à medida do possível, compartilhar suas experiências com seus colegas.

Tenho certeza de que a maior parte dos que lerem o parágrafo anterior pensará que, embora talvez isso soe interessante para determinadas áreas, em exatas isso seria impraticável ou, aos olhos de alguns, talvez até contra-

producente, certo? Não condeno quem pense assim, mas quase sempre são pessoas que estão avaliando o aprendizado de forma puramente conteudista, e que, embora evitem expor desta maneira, costumam associar grandes quantidades de conteúdo decorado a indivíduos bem formados.

Cada segundo passado dentro de sala de aula é precioso, pois é um momento destinado a reunir os alunos junto ao professor, e o professor seria apenas um dos participantes desse importante momento do aprendizado de todos os presentes, e isso inclui o próprio professor como alguém que está ali também para aprender. O professor, a meu ver, é um indivíduo que está ali para estimular, para auxiliar na condução da aula, para mostrar certas direções. Percebam que isso, em parte, é o papel de um orientador, e é exatamente isso que eu sinto que deveria ser uma parcela do papel do professor junto a seus alunos.

A ideia deveria ser a de motivar, orientar e estimular. Percebem agora a importância de o docente ser uma pessoa que ama a vida? Percebem como esse tipo de função é fatalmente prejudicada quando um indivíduo que não ama a vida assume tal cargo e tem sob sua responsabilidade

um conjunto de jovens que estão ali dependendo dele para sentirem amor pelo aprendizado, sentirem alegria pela interação com os colegas (e com o professor), sentirem satisfação ao terem contato com novos conteúdos, e sentirem motivação e alegria para continuarem sendo curiosos?

Dado o fato de que algo assim não deve acontecer tão cedo, o mínimo que poderia ocorrer para ao menos amenizar um pouco os efeitos desse cenário horroroso de ambiente de sala de aula com alunos desmotivados, desinteressados e cansados, que se sentem presos por 2 horas às suas carteiras em uma sala de aula com um professor que, embora diga o contrário vez ou outra, não ama realmente o que faz e que permanece ali na frente espalhando giz na lousa, passando slides sem graça e falando de forma monótona, a meu ver, é reduzir agressivamente o tempo de duração dessas aulas; talvez, para algo em torno de 30 minutos — de repente, se tivermos sorte, até bem menos do que isso.

Eu preferiria que, em vez de precisarmos mudar o tempo de duração das aulas, o próprio modelo das aulas fosse reformulado para algo mais próximo ao que eu havia comentado há pouco, mas tendo a não acreditar que isso

ocorrerá, então a redução substancial do tempo de duração das aulas serviria, ao menos parcialmente, para amenizar os efeitos nocivos provocados pelo mau uso do tempo gasto em sala de aula.

Durante esses 30 minutos, o professor poderia focar em ser mais direto e aproveitar para tirar dúvidas dos alunos, sendo que a maior parte dos estudos poderia ficar destinada aos próprios alunos entre si, tanto na forma individual quanto na forma de atividades em grupo, que ocorreriam fora do ambiente de sala de aula. Considero muito importante essa ideia de “derrubar as paredes” da sala de aula e permitir — e incentivar — que o aluno entenda sua própria vida, com tudo o que ela tem a oferecer, como a sua “sala de aula”.

Assim, esse tempo em sala de aula, junto ao professor, seria algo mais bem aproveitado, com uma abordagem mais sucinta. Seria menos desgastante, menos maçante e menos oneroso para todos. Os alunos se reuniriam com seus professores apenas para sanar dúvidas que eles próprios não tenham conseguido sanar com suas pesquisas individuais e com suas interações com colegas.

O ambiente de sala de aula poderia passar a ser di-

ferente a cada vez, aproveitando espaços públicos e privados, e possivelmente, até mesmo ambientes que a natureza proporcione ou que as pessoas tenham construído com outros propósitos. Por exemplo, poderiam ser praias, cavernas, montanhas, praças públicas, museus, fazendas, navios, aquários, zoológicos, usinas, fábricas, aeroportos, florestas, parques, represas, cachoeiras etc. Não é apenas uma questão de diversificar para não ficar chato; trata-se de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem inclusive com um aprimoramento do próprio conceito de sala de aula, que passaria a ser algo bem mais amplo.

Além disso, a utilização do tempo em sala deveria ser revista até mesmo de outra forma, pois penso que os alunos deveriam já chegar às aulas tendo se preparado sobre os tópicos a serem abordados ali. Não estou me referindo apenas à ideia de saberem do que se trata o tema a ser trabalhado em sala, mas sim à ideia de já chegarem tendo lido o material, feito anotações, preparado perguntas etc. Já temos docentes que mencionam a seus alunos que gostariam que eles fizessem isso, mas nunca notei uma postura que fosse mais enfática e explícita quanto a isso; fora o fato de terem sido poucos os docentes que notei abordando isso em suas falas aos alunos.

Na sala de aula em si precisa haver bem mais ação, bem mais movimento, bem mais interação, bem mais fluxo de ideias. Os alunos e os docentes devem participar de forma mais colaborativa, e não seguir apenas aquela ideia de um falar e escrever enquanto todos os demais ouvem e copiam. Penso que devemos encerrar esse comportamento típico de monges copistas na sala de aula; não há sentido nisso. E, francamente, para fazer em sala de aula o que se poderia fazer tranquilamente em qualquer outro lugar, parece-me muito mais prazeroso poder fazer em tantos outros lugares. O tempo em sala precisa ser mais bem aproveitado, sem dúvida.

Capítulo 8

O conhecimento compartimentado

Jamais me esquecerei do que certa vez um professor meu, ainda durante o início da graduação, havia dito sobre a ciência. Ele havia dito que a ciência é algo único, que é sobre as manifestações da natureza, e que ela não fica avaliando se algo que está prestes a ocorrer é algo referente à mecânica, à termodinâmica, à ondulatória, ao eletromagnetismo, à óptica etc.

Não importa se nós, seres humanos, dividimos a ciência entre física, química, biologia e outras áreas. Não

importa que façamos ainda outras subdivisões. Isso pode até ser feito por nós para que tudo se encaixe na forma como decidiram que devem ser as aulas e os livros; mas, no fim das contas, a ciência sempre vai muito além do que qualquer uma dessas divisões ou subdivisões seria capaz de ir. Como a ciência não é verdadeiramente dividida, nós utilizarmos essas abordagens baseadas em módulos, como se a ciência pudesse ser modularizada, só faz com que sempre falte fazer as conexões entre os conteúdos, aumentando ainda mais a complexidade de se conseguir compreender como a natureza se comporta.

Em relação a isso, sinto-me confortável ao dizer que faria muito mais sentido uma abordagem de ensino baseada em projetos, experimentos, leituras, discussões e pesquisa do que uma abordagem baseada em quilométricas listas de exercícios maçantes após várias e várias horas de aulas que podem ser resumidas à triste ideia de que uma aula seria um professor espalhando giz em uma lousa e simplesmente falando o que já está escrito em um livro velho enquanto os alunos permanecem relutantemente quietos olhando para frente e dividindo em seus cérebros as tarefas de copiar o que está sendo escrito na lousa, escrever partes mais importantes do que está sendo dito pelo

professor, e raciocinar sobre o que está sendo passado ali, na esperança de talvez aprender algo.

Esse é um dos porquês de eu acreditar que o programa *Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD)*, a IC e diversos dos projetos de extensão sejam tão importantes. Durante os anos em que estive na UFABC, observei continuamente o quão melhor costumava ser o desempenho dos colegas que participavam do PDPD, de uma IC ou de ao menos um dos bons projetos de extensão.

Vale salientar o fato de que, diferentemente de como são as disciplinas na graduação, tais projetos não utilizam uma abordagem de compartimentação. Na verdade, talvez por serem interpretados como formas distintas do que se entende por síntese do conhecimento, uma compartimentação fosse, possivelmente, até mesmo impraticável, o que, ao menos a meu ver, é algo muito benéfico à formação do aluno. E, ao contrário das disciplinas, que praticamente apenas ajudam a desenvolver *Hard Skills*, projetos ajudam a desenvolver *Hard Skills* e *Soft Skills*.

De fato, ao observarmos algum fenômeno na natureza, não faz sentido nos perguntarmos se aquilo ali é a *Termodinâmica Aplicada em prática*, ou se é a *Mecânica*

dos Fluidos em prática, ou se é *Fenômenos Eletromagnéticos* em prática, ou algo do tipo. Pode até parecer que faz sentido, sim, mas não vejo isso. O que nos leva a acreditar que faz sentido é o fato de termos passado por todo um modelo educacional que, de alguma maneira, nos conduz a enxergar a vida como se cada ocorrência fosse a manifestação de uma específica disciplina que havíamos aprendido na escola (ou em qualquer outro lugar), mas a vida não é assim.

Quando fiz o meu PDPD, não era possível quebrar o que estava sendo feito ali em uma parte de eletromagnetismo, uma parte de física quântica, uma parte de termodinâmica, e talvez até em várias outras partes. Mesmo para implementar as simulações envolvidas, o que alguns poderiam, erroneamente, acreditar que bastaria conhecer sobre programação para colocar em prática, era necessário conhecer certos detalhes a respeito do que estava ocorrendo fisicamente no sistema, senão poderiam ser implementados absurdos, o que culminaria em resultados errados. É algo muito similar também ocorreria na hora de escrever o relatório, e até mesmo na hora de elaborar figuras que ilustravam os fenômenos e os passos realizados.

Simplesmente não é possível escolher um único bloco de conhecimentos para focar e acreditar que todos os demais poderiam ficar abandonados até serem escolhidos de acordo com a vontade do aluno ou do professor. Talvez haja quem enxergue isso de uma forma negativa, mas eu penso que isso é muito bom. Nunca fui fã dessa compartimentação, porque ela faz tudo soar de uma forma negativamente artificial. É como se muitos pontos educacionais muito positivos fossem deliberadamente ignorados para que se pudesse (falsamente) compreender uma dada realidade com um nível de facilidade muito mais agressivo.

O problema disso é que o nível de detalhamento sobre o problema é tão irresponsavelmente negligenciado, que, ainda que os alunos tenham a sensação de estarem aprendendo sobre o assunto, é altamente improvável que estejam compreendendo de fato, porque aquilo que pensam estar estudando está ridiculamente distante do mínimo aceitável para ser considerado uma representação da realidade.

Podemos dizer que isso lembra bastante aqueles casos típicos de problemas de física básica que vemos desde que somos crianças. Aqueles problemas diziam para des-

prezar a resistência do ar, desprezar o atrito, desprezar imperfeições geométricas no corpo do objeto, desprezar a temperatura, desprezar a magnetização, desprezar... desprezar... desprezar... era sempre sair desprezando tudo, até chegar ao ponto que consistia em só considerar uma única coisa, e ela era justamente o que aquela disciplina focava em ensinar. E, num outro período, outra disciplina faria o mesmo, mas focaria em outra parte. Nunca havia uma disciplina que o deixava considerar ao menos um bom conjunto de condições.

A tristeza dessa abordagem aumentava ainda mais ao saber que os processos seletivos de vestibular também se utilizavam dela. A única diferença é o fato de as provas de vestibulares geralmente não explicitarem de qual área se trata especificamente, e isso até passa a falsa impressão de que não são feitas as compartimentações do conhecimento nesses casos, mas é só isso mesmo a diferença, porque insistem em compartimentar tudo.

Os próprios alunos acabam se sentindo um tanto injustiçados quando um professor tenta envolver algum conteúdo que é considerado “de outras disciplinas”. Isso, costuma ser extremamente mal-recebido pelos alunos. Mas

a própria coordenação interpretaria isso como um erro do professor, e ela assim o faz, em geral, não por ser maldosa, mas por ser obrigada a agir como tal.

Isso, aliás, é um tanto ridículo, porque, por um lado, combinar conteúdos de diferentes disciplinas para ensinar melhor o que é, sim, da ementa oficial da disciplina, infelizmente, é visto por muitos como um erro do professor, e tantas vezes é criticado e perseguido como tal; agora, por outro lado, alguns casos de professores que tantas vezes quase que simplesmente ignoram a ementa oficial e fazem suas próprias ementas de acordo com suas próprias vontades não chegam a ser um problema tão grande nas mentes de alguns.

Oficialmente, o professor não pode cobrar dos alunos um conteúdo que não corresponda ao que é listado formalmente na ementa. Sabemos que muitos professores cobram alguns pontos que não estão no escopo da disciplina, mas, desde que feito com muita responsabilidade, e que o foco da cobrança não esteja propriamente nesses elementos complementares, isso não deveria ser visto como algo necessariamente ruim.

Por exemplo, francamente, eu considero que um pro-

fessor deveria, sim, ter o direito de levar em consideração a qualidade da minha comunicação quando fosse me avaliar, fosse de forma oral, fosse de forma escrita, ainda que a disciplina fosse de biologia. Porém, sei que muitos dos alunos interpretariam isso como um enorme absurdo, e até tentariam enquadrar isto como uma suposta hipocrisia por eu defender que professores respeitem a ementa da disciplina. Acho isso algo de uma tristeza enorme.

Já cheguei ouvir coisas como “Isto aqui não é curso de letras para quererem ficar corrigindo minha escrita”, e aí não há como deixar de lado a forte sensação de que o aluno que se utiliza desse tipo de fala parece ser do tipo que simplesmente quer terminar logo aquele enorme sofrimento que para ele é a graduação, e que há pouquíssima preocupação verdadeira com a qualidade do profissional que ele se tornará em um futuro tão breve, sendo que, ao contrário do que a maioria parece pensar, a qualidade de sua comunicação afeta, sim, a sua qualidade como profissional, mesmo que sua carreira transite mais acentuadamente em áreas popularmente tidas como “de exatas”.

Não me recordo agora de quem havia me apresentado, mas fico muito feliz por ter conhecido as aulas do

professor *Patrick Winston*, do respeitado *Massachusetts Institute of Technology* (**MIT**). Além de seu vasto conhecimento em áreas de aprendizado de máquina, o professor *Winston* foi muito feliz em uma de suas aulas que, em vez de ter sido voltada a conhecimentos mais tipicamente compreendidos como técnicos e especialistas da área de ciência da computação, voltou-se à comunicação interpessoal. Felizmente, tal conteúdo pode ser acessado gratuitamente a partir do vídeo intitulado *How to Speak* no canal do próprio *MIT OpenCourseWare*.

Logo no início, o professor *Winston* expõe sua opinião sobre a importância da habilidade de se comunicar bem, dizendo que muito do sucesso que uma pessoa terá em sua vida será determinado pelo nível de sua habilidade de falar, pelo nível de sua habilidade de escrever e pela qualidade de suas ideias, seguindo esta mesma ordem.

Ainda antes de ter assistido a essa aula do professor *Winston*, eu já havia formado uma opinião sobre a importância dessas habilidades de comunicação interpessoal. Havia notado o quão influentes elas pareciam ser em várias das mais diversas ocasiões, e não me refiro apenas a cenários envolvendo ambientes acadêmicos ou profissionais; de

fato, em quase qualquer cenário, quem se comunica mais eficazmente e mais eficientemente tem alguma vantagem sobre aqueles que são menos habilidosos em tal quesito.

Pelo que percebo, a compartimentação do conhecimento também tende a produzir indivíduos focados em ultra especialização. Houve um tempo em que isso seria muito bem-visto; atualmente, considero isso um problema gravíssimo. Profissionais ultra especialistas tendem a não saber trabalhar muito bem em equipes que demandem conhecimentos interdisciplinares; ou seja, tendem a não saber trabalhar muito bem em quase qualquer cenário de mundo real atual, a não ser que eles próprios sejam colocados para atuar em situações muito específicas como consultores individuais e pontuais. E essa ultra especialização muitas vezes reforça certos preconceitos que os indivíduos acabam desenvolvendo e aprimorando ao longo dos anos, tendendo a acreditar que suas áreas são muito mais importantes e relevantes do que as demais.

Até aproveito este espaço para dizer o quanto sempre me incomodou, durante todos os anos de experiências na UFABC, ouvir a todo momento alguém falando sobre interdisciplinaridade, ainda mais com o repetido discurso

que envolve a comparação com a multidisciplinaridade, já tentando insinuar que se sabia a diferença entre ambas as questões e—mais que isso—que ali, sim, se encontraria a interdisciplinaridade.

Francamente, eu não sei até hoje onde aquelas pessoas enxergavam a presença real da interdisciplinaridade; procuro-a até hoje na instituição e, lamentavelmente, noto que parece estar presente apenas no mundo das ideias de alguns. Aliás, dependendo de com quem você for falar sobre isso, notará até um certo tom de deboche, porque vários ali parecem olhar com maus olhos a própria ideia da interdisciplinaridade em si; apenas evitam externar isso abertamente porque “pegaria mal”. Existem exceções? Sim, elas existem; contudo, são muito raros os casos. É triste perceber que, nessas horas, todo mundo que recebe uma crítica como esta quer se defender e alegar que isso é algo de errado apenas nos outros.

Desde pequenos, principalmente por termos tido professores com quem não nos identificávamos, fazemos associações entre os professores de quem gostávamos e as disciplinas cujas aulas por eles eram ministradas, o que fazia com que pensássemos que nós adorávamos certas áreas do

conhecimento, enquanto nos mantínhamos neutros sobre algumas e detestávamos as demais. Ao nos queixarmos sobre isso com alguns adultos, uma das táticas utilizadas para nos acalmarem, embora houvesse tantas outras muito mais recomendáveis, era a de dizer que aquilo era temporário, e que só precisaríamos “aguentar” aquelas disciplinas enquanto crianças, porque, segundo eles, seria diferente na faculdade. Isso, por si só, carrega vários problemas.

Um dos problemas é a alimentação de uma falsa ideia de que aquelas áreas do conhecimento de que a criança supostamente desgosta são mesmo ruins, e que, portanto, a criança tem toda a razão de não querer ter qualquer mínimo contato com aqueles conhecimentos tão logo seja possível. Em vez disso, poderia ter sido muito mais cauteloso tentar conversar com a criança e tentar identificar o que faz com que ela tenha aquela opinião tão negativa sobre toda uma área de estudo, sendo que, provavelmente, esse sentimento ruim não se deve realmente à área de estudo em si, mas, sim, ao indivíduo que provocou tal sentimento por parte da criança em relação a essa área em questão; então, tendo identificado a fonte do problema, caso haja disposição para isso, calmamente, tentar mostrar certas curiosidades daquela área à criança, tentando

sutilmente mostrar que a área é carregada de informações curiosas e interessantes, e que pode ser muito divertido investigá-las e descobri-las.

Outro problema advindo disso é a falsa informação de alegar que, supostamente, na faculdade será diferente. Tendo cursado diversos cursos de graduação em instituições diferentes, e por ter visitado incontáveis projetos pedagógicos de uma enorme lista de cursos de graduação de dentro e de fora do Brasil, posso afirmar categoricamente que é muito improvável que o indivíduo consiga encontrar um bacharelado completo que seja inteiramente composto apenas de disciplinas que lhe satisfaçam em sua completude. Parece algo demasiado fantasioso.

Ainda que a instituição possua uma enormidade de disciplinas optativas que sejam muito divertidas aos seus olhos, ainda haverá disciplinas obrigatórias se fazendo presentes; inclusive aquelas que quase todo mundo odeia, mas que precisam estar lá para garantir que certas exigências legais sejam cumpridas. Então, prometer essa mentira à criança só a deixará mais aborrecida com seus estudos quando chegar o momento de ela descobrir que havia sido iludida.

Caso essa criança, por algum motivo, desenvolva certa repulsa por, digamos, matemática, caso ninguém a ajude a enxergar matemática de uma maneira diferente, ao longo de toda a sua formação, ela tentará evitar matemática, e pode até acabar enfrentando sérias dificuldades em outras disciplinas que poderiam ser mais facilmente compreendidas se ela tivesse ao menos um pouco de gosto pela matéria.

É altamente provável que essa pessoa fuja de matemática ainda durante o ensino básico, e que fuja de matemática durante o vestibular, fuja de matemática durante a sua graduação, e depois fuja de matemática para o resto de sua vida profissional. E algo similar poderia ocorrer com qualquer outra disciplina; apenas mencionei matemática por ter vindo à minha mente neste momento. É um problema seríssimo. Por isso, um dos maiores “crimes” (educacionais) que um professor pode cometer é o de provocar desgosto do aluno pelos estudos, ainda que seja por uma parte dos estudos, ou mesmo de uma única área do conhecimento. Todo ser humano, sobretudo no caso de crianças e adolescentes, deveria ser motivado e incentivado a ter curiosidade e a amar a busca por respostas.

Eu não me atreverei a dizer que esse problema simplesmente inexistiria se o conhecimento não fosse compartimentado para que nos ensinassem na escola e na universidade; contudo, eu afirmarei, sim, sem qualquer medo de errar, que esse fenômeno sofreria uma severa atenuação, o que, ao menos a meu ver, por si só, já deveria ser interpretado como um importante avanço.

Com as crianças, desde muito cedo, tendo contato com a natureza e com a vida em sociedade, e, a partir disso, com suas experiências e vivências naturais ao longo dos anos, caso fossem convidadas a enxergar o que ali houvesse, a perceber as características e os problemas ali existentes, a pensar em possíveis caminhos a serem seguidos para atacar tais problemas, e a propor, desenvolver, aprimorar e reajustar possíveis soluções para tais problemas, deixando de lado o estúpido foco totalmente direcionado a vestibulares, acredito piamente que os frutos que todos nós colheríamos, tanto como indivíduos quanto como sociedade, passariam a ser muito mais agradáveis.

E isso tudo passaria por uma visão que não força o jovem a enxergar o conhecimento como algo compartimentado, de modo a fazê-lo pensar que educação é um grande

balcão de um restaurante self-service, onde ele seleciona o que passará a saber e o que simplesmente ignorará para o resto de sua vida por ter tido experiências traumatizantes com aquilo em algum momento de sua infância ou adolescência.

Capítulo 9

A ascensão por meio do estágio

O estágio é uma das componentes obrigatórias para se formar na maior parte dos cursos de graduação em nosso país. Existem diferentes modelos de estágio, mas procurarei falar aqui a respeito daqueles relacionados aos bacharelados e às engenharias que entram como cursos pós-BCT na UFABC, além de seus similares em outras instituições. São cursos majoritariamente de exatas, mas que podem, também, passear aqui e ali por campos de biológicas em alguns casos; ainda assim, apenas para lembrar, o BCT

em si engloba disciplinas de exatas, humanas e biológicas.

De um modo geral, o que se entende pela atividade de estágio é o período durante o qual o aluno terá a oportunidade de, já munido de certo repertório construído em suas aulas teóricas e experimentais, além de diversas outras atividades acadêmicas que se espera que tenham sido desenvolvidas por ele durante os primeiros anos de sua formação, iniciar uma transição entre a academia e a indústria (ou, se preferir, o mercado).

Perceba que eu disse que se trata de um aluno; portanto, é alguém que ainda está aprendendo. Perceba, também, que eu disse que é esperado que já se tenha alguma experiência em sua formação, e não seja, portanto, alguém demasiado incipiente, despreparado e livre de qualquer noção teórica. E, mais que isso, perceba ainda que eu mencionei se tratar de uma transição, o que quer dizer que o estágio não está ali para ser já um emprego pleno, mas, sim, uma etapa que combina experiências profissionais de início de carreira e experiências práticas relacionadas às teorias aprendidas na universidade. Não pode ser algo abrupto.

Para que nós consigamos abordar essa questão com

alguma tranquilidade, será preciso que, antes disso, eu gaste alguns parágrafos explicando diversos pontos relacionados a isso, sendo que alguns deles já foram trazidos superficialmente em capítulos anteriores deste mesmo livro. De qualquer forma, vale a pena trazer tais questões novamente, e agora com um pouco mais de profundidade.

O primeiro ponto é sobre os papéis de uma universidade. Se fôssemos abordar isso de forma verdadeiramente completa, seria preciso bem mais do que um livro inteiro, e não é esse o propósito deste livro — eu não me atreveria a ter tamanha pretensão. Por isso, vou me limitar a dizer que os papéis de uma universidade são: pesquisa, ensino e extensão.

A pesquisa se trata da busca por informações que o mundo ainda não possui sobre as mais diversas questões científicas, independentemente de se tratar de exatas, humanas ou biológicas. A parte referente ao ensino refere-se a produzir intelectuais, pesquisadores, cientistas, professores e demais pensadores que estejam aptos a realizar, principalmente, trabalhos de cunho intelectual, seja na academia, seja na indústria. E a extensão, por sua vez, trata-se do papel de aproximação entre as universidades,

com tudo o que nelas é feito de pesquisa e de ensino, e a sociedade, sendo que tal aproximação é feita por meio de atividades desenvolvidas dentro e fora do campus.

Todos os três pilares da universidade são importantes. Não existe isso de que pesquisa é o suprasumo do nirvana do néctar do miolo do mais alto nível de valor, ensino é a parte tolerável e extensão é o “patinho feio” da história toda. Isso é um pensamento retrógrado que muitos intelectuais elitistas — que são, sim, um enorme subconjunto dos docentes de grandes universidades — têm em suas mentes ultrapassadas, mas que, felizmente, não é a realidade, e que gosto de pensar que se trata de uma ideia que tem ficado cada vez mais para trás.

Contudo, agora vem uma ideia que parecerá polêmica. Muitos dizem que universidade não é para todo mundo. Se você leu este livro com calma até aqui, você provavelmente pensará que eu discordarei dessa ideia, mas, francamente, eu concordo com ela; eu só não concordo com os motivos que levam muitos a pensar que universidade não é para todo mundo, e este ponto faz toda a diferença.

No caso da maioria, sinto que se trata de puro elitismo mesmo, porque querem que só aqueles que forem

considerados “ideais” aos seus olhos enviesados deverão ter o direito de passar pelos portões de ouro dos céus que as universidades criam. No meu caso, e no de uma pequena parcela de outros indivíduos, é porque não gosto da ideia questionável que se formou na sociedade contemporânea de que, supostamente, para se ter alguma chance não remota de “sucesso” (dos pontos de vista profissional e financeiro), o indivíduo quase que necessariamente precisa ter pelo menos uma graduação, e logo mais passará a ser o mestrado a ser exigido para que essa posição passe a ser alcançada; talvez, depois de não muitos anos, até mesmo o doutorado.

Ainda que a pessoa saiba que ela não tem o mais vago interesse possível por trabalhar com algo que tenha relação com atividades intelectuais de qualquer natureza, ela se sente pressionada a cursar uma graduação, seja essa pressão oriunda de suas impressões sobre o mercado de trabalho, seja essa pressão oriunda de conversas com amigos e familiares. E pode até ser que sejam pressões de várias outras fontes. Criou-se a ideia de que, se você não for graduado em algum bacharelado — e, muito em breve, pelo menos em um mestrado —, você provavelmente sofrerá demais para conseguir um emprego e, ainda que consiga,

sofrerá muito com as condições de trabalho que precisará aceitar para isso.

Esse pensamento, que até tem os porquês de se fazer presente nas mentes dos jovens, acaba fazendo com que a grande maioria se sinta quase que obrigada a se jogar para dentro das universidades com o intuito de conseguir um diploma universitário, sabendo, desde o primeiro segundo ali dentro, que seu objetivo não é o de realmente aprender, mas, sim, o de conseguir um emprego que pague bem; se tiver sorte, que seja em uma empresa renomada, que tenha um ambiente de trabalho agradável e que seja em uma área que lhe pareça respeitável e interessante, mas já sabendo que isso seria um bônus.

Espero que agora, finalmente, esteja claro que, a meu ver, não há problema algum em pessoas quererem ingressar em uma universidade e cursar um curso de graduação, ou mesmo de pós-graduação. Na verdade, eu até gosto quando converso com algum jovem que manifesta interesse nisso e que age de modo a realmente seguir com esse seu interesse.

O problema, na verdade, está na situação de as pessoas se sentirem obrigadas a fazer isso, até mesmo quando

não têm essa legítima vontade e esse legítimo interesse, apenas porque, aos seus olhos, parece que elas não terão qualquer chance de sobreviver (financeiramente) se optarem por seguir outro caminho. Essa sensação de falta de liberdade em suas escolhas de seu caminho profissional é o que me faz ser contra esse cenário; jamais seria o de as pessoas quererem, por vontade própria, seguir por tal caminho. Por mim, caso as pessoas quisessem seguir por esse caminho, deveriam mesmo seguir por ele, mas por quererem, e não por se sentirem obrigadas a isso.

Eu me lembro de um ex-professor particular de alemão que havia conversado comigo e com alguns colegas explicando como era a situação em seu país de origem, a *Áustria*. Segundo ele, na *Áustria*, caso você queira seguir uma carreira profissional que não exija um curso de ensino superior, isso não deixará seus pais preocupados com o seu futuro socioeconômico, porque não ser portador de um diploma de algum bacharelado por lá não o coloca em uma posição inferior em qualquer aspecto, e isso tampouco reduz as suas chances de ter acesso à moradia, à alimentação saudável, à educação, aos serviços de saúde, à segurança, ao transporte, ou a qualquer outro aspecto socioeconômico que afete significativamente a sua vida ou

a vida de qualquer membro de sua família.

É claro que algumas carreiras demandam determinados diplomas, e é claro que existem diferenças salariais entre cargos diferentes, mas tudo aquilo ao qual as pessoas têm acesso por causa dos serviços públicos já garante uma vida digna e de muito boa qualidade em relação a quase tudo; assim, caso você queira algo a mais, você até pode querer comprar, mas não será por uma questão de real necessidade provocada por algum tipo de abandono por parte do Estado, ou pelo fato de os serviços públicos oferecidos terem uma qualidade muito aquém do mínimo aceitável; será por que você simplesmente quer algo ainda melhor, ou mesmo diferente, sendo apenas uma questão de escolha sua. Optar por ser um profissional que faz, por exemplo, trabalhos manuais não faz com que sua saúde financeira esteja em risco por lá; porém, por aqui, no Brasil, o cenário seria outro.

Em meio aos jovens das camadas socioeconômicas mais desprivilegiadas, a ideia de se conseguir cursar uma graduação parece algo ainda bem mais difícil de se alcançar, e há ali uma ideia ainda mais forte de que quem tem o diploma universitário tem, mesmo, chances mais conside-

ráveis de ter uma vida socioeconomicamente melhor, o que quase chega a ser automaticamente traduzível como, basicamente, uma vida melhor. E, francamente, de um modo geral, isso é uma realidade, porque as vagas de emprego que exigem cursos de ensino superior, em média, oferecem salários mais altos do que as que não exigem; a diferença, na verdade, chega a ser realmente muito grande em diversas áreas, além de haver, também, maiores chances de efetivação e de promoções mais significativas, principalmente em áreas de tecnologia.

Na cidade de São Paulo, quase todas as principais corporações estão em locais caríssimos para se viver. *Avenida Paulista, Berrini, Faria Lima, Jardim Europa, Itaim Bibi*, e por aí vai. Só por curiosidade, experimente pesquisar pelos preços dos aluguéis nesses bairros para entender um pouco sobre os valores de que estamos falando aqui. Quase ninguém que trabalha nos escritórios das empresas que ali estão mora perto de seu local de trabalho, a não ser os grandes chefões, ou funcionários que já venham de famílias ricas que já tenham imóveis por perto, ou ainda os que se sujeitam a (sobre)viver em moradias de qualidade significativamente inferior à média da região, apenas para conseguir ficar perto do local de trabalho, e já acei-

tando os elevadíssimos custos para se manter por ali. Há, também, os pouquíssimos funcionários das raríssimas específicas áreas supervalorizadas do momento que acabam tendo salários mais altos do que os da imensa maioria.

Apenas para se ter uma ideia, fazendo uma rápida pesquisa por uma famosa plataforma de locação de imóveis, observei valores que quase nunca ficavam abaixo dos R\$2.000,00 por mês, e isso para condomínios que estão bem distantes do que se poderia considerar “luxuosos”; na verdade, diria que até é muito pelo contrário, porque são condomínios que seriam os “patinhos feios” de suas regiões. Os apartamentos vistos abaixo desse valor sempre ficavam mais afastados das ruas onde realmente costumam ficar os prédios das empresas onde o indivíduo provavelmente trabalhará. São prédios com fachadas bem simples, sem qualquer recurso atraente no condomínio, sempre com apenas 1 quarto, sem mobília, com uma vista nada convidativa, e com uma área útil nada atraente. Quando a área não é tão pequena, o prédio é bem velho e cheio de defeitos de infraestrutura.

Pense em quanto o indivíduo precisa receber como salário a cada mês para ter condições seguras e estáveis de

morar em um local assim. Agora, munido da informação de quanto deveria ser esse salário, pense em quais cargos o indivíduo precisaria ter para que pudesse, desde o início de sua carreira, receber tal salário. Então, ciente de quais seriam alguns dos cargos, pesquise por quais seriam os pré-requisitos para que o indivíduo tivesse chances reais de ser contratado na área sem precisar passar anos procurando por alguma raríssima vaga; falo de algo comum na área, ou seja, o que o indivíduo precisaria apresentar em seu currículo para que uma empresa interessada em contratar alguém para algum dos cargos que pagam tal salário aceitassem contratá-lo sem relutâncias e sem cerimônias. Até existem casos que não dependeriam de algum curso de ensino superior, mas são poucos, e quase sempre dependem de algum tipo de empreendedorismo ou de muito tempo de experiência; quase nunca a pessoa já começaria ganhando o suficiente para morar em algum dos locais que mencionei há pouco.

Se você passar a ter salários mais altos, poderá morar mais perto do trabalho, em bairros mais seguros, mais confortáveis, que não sofrem com enchentes e alagamentos, onde o policiamento é mais seguro, onde há os melhores hospitais, onde há escolas de alto nível, onde ficam os

melhores restaurantes, onde ficam os museus, os teatros, as casas de espetáculos musicais, e aonde o motorista de aplicativo não têm medo de ir quando anoitece, e onde o policial trata os moradores com algum respeito e, em alguns casos, até mesmo medo, porque pode estar lidando com alguém que pode complicar muito sua vida se entender que o policial está agindo de modo desagradável, por mais que venha a ser o caso de estar apenas fazendo seu trabalho.

Com salários mais altos, você pode almoçar e jantar em locais mais agradáveis, pode pedir pratos que quase nunca comia, pode mandar entregar comida em sua casa quando não quiser cozinhar, não precisa mais perder tempo fazendo marmita, e nem correndo o risco de derrubar a comida na mochila, ou mesmo o risco de ter de comer comida fria, caso não possa esquentar no local.

E, caso você goste de preparar seus próprios pratos, poderá fazer isso com uma belíssima cozinha, toda equipada com os mais avançados equipamentos e acessórios, mesmo sem precisar gastar tanto assim, porque, você não precisa ser realmente um arquimilionário para ter uma cozinha suficientemente bem equipada, mas custa caro para

quem ganha muito pouco, o que é o caso da imensa maioria dos brasileiros.

Ganhando mais, você poderá se vestir com as roupas que realmente gostaria de poder vestir, preocupando-se mais com o conforto, e não apenas com o limite do cartão ou com os valores das parcelas para poder comprar a camisa de algodão em vez daquele poliéster de baixa qualidade, que agride sua pele, que sofre de alergia, e que te deixa o dia todo suado e com a pele toda irritada.

Tendo um salário mais alto, você também pode se dar ao luxo de viajar com uma frequência um pouco mais alta e com mais conforto. E, ainda que fique em sua cidade, você poderá desfrutar de atividades de cultura e lazer que ajudarão muito em sua qualidade de vida. Você poderá frequentar museus, teatros, cinemas, poderá consumir bons livros, filmes, séries e músicas, poderá assinar bons jornais e revistas, além de serviços de *Streaming*, poderá ter contato com todo um amplo universo de cultura e informação.

Com mais dinheiro entrando, você não se sentirá mais tão dependente dos péssimos serviços públicos que são prestados à sociedade. Poderá ter um seguro de vida,

um plano de saúde para toda a família — daqueles que permitem que você seja atendido em hospitais como o *Albert Einstein* e o *Sírio Libanês*, que são os mesmos em que são atendidos os grandes empresários e políticos —, poderá arcar com os custos de boas escolas para seus filhos, poderá se locomover de carro — próprio ou de serviço por aplicativo — com ar-condicionado e banco de couro.

Hoje em dia, utilizando o próprio aplicativo, você tem até o poder de escolher se o motorista terá o direito de lhe dirigir a palavra durante a viagem e, independentemente de quaisquer necessidades, interesses ou vontades do motorista em seu próprio veículo, também poderá escolher toda a configuração de ar-condicionado, vidros e rádio (ou música).

Havendo uma renda mais alta, você também poderá cuidar melhor de sua saúde, podendo pagar por academias de ginástica e musculação, *Personal Trainer*, nutricionista, endocrinologista, psicólogo, medicamentos de marca, alimentos orgânicos, refeições mais completas e diversificadas que respeitem as necessidades do seu organismo para o seu dia a dia. E você poderá até mesmo ir muito além do que o seu plano de saúde oferecerá; afinal, dificilmente os pla-

nos oferecem algo que seja ilimitado ou irrestrito, então, é comum que sejam necessários gastos extras por parte do cliente/paciente, mas, como você tem uma renda que lhe permite isso, não será problema.

Rendimentos mais altos facilitam até mesmo para estudar, porque fica muito melhor poder ter ao seu alcance todo um leque de recursos tecnológicos, como Internet via fibra óptica, computadores de última geração, *Tablet*, *eBook Reader*, uma pequena biblioteca residencial, calculadora gráfica, materiais de papelaria de melhor qualidade, um cômodo munido de móveis de escritório mais confortáveis, como uma mesa maior, uma cadeira mais confortável, ar-condicionado, quarto com isolamento acústico, toda uma série de serviços de reforço estudantil, e uma agenda enorme com os melhores professores particulares que seu dinheiro puder pagar em caso de necessidade.

Embora talvez aparente ser um exagero na opinião de alguns, até mesmo a qualidade do seu sono pode melhorar quando você tem mais dinheiro, porque se preocupa menos com endividamentos, não tem insegurança alimentar, pode controlar a temperatura e a umidade do seu quarto, pode ter uma cama e uma cadeira mais confortá-

veis e ergonômicas, pode ter um isolamento acústico no quarto, pode utilizar roupas de cama mais agradáveis, e pode oferecer toda a alimentação, as atividades físicas, os tratamentos médicos e os medicamentos que seu organismo necessitar para estar sempre da melhor forma possível.

Aliás, você pode terceirizar praticamente toda e qualquer atividade desagradável do seu dia a dia. Quer comprar algum móvel? Não se preocupe com ele vir montado ou não, porque você pode providenciar algum serviço de montagem. Não quer arrumar sua cama? Não quer limpar sua casa? Não quer lavar, pendurar, recolher, passar e dobrar suas roupas? Não quer passear com o cachorro? Não quer cuidar de suas plantas? Não quer preparar suas refeições? Não quer lavar seu carro? Não quer fazer compras de supermercado? Não quer ir comprar seu pão? Não quer fazer qualquer atividade? Caso você tenha um salário mais alto, pode ficar tranquilo, porque você provavelmente terá plenas condições de arcar com os custos dos profissionais que se incumbirão de realizar tais tarefas para você. Você terá muito mais tempo para dormir, comer, tomar banho, passar mais tempo com familiares e amigos, estudar, trabalhar e até se divertir.

Realmente, depois de refletir sobre isso que acabei de trazer nestes últimos parágrafos, não há como negar que o dinheiro ajudará a tornar a sua vida muito menos sofrida e arriscada. O problema é que não adianta conseguir apenas um pouco mais; é preciso que seja bem mais para que se possa ter acesso ao que eu fui mencionando. Para se conseguir rendas salariais compatíveis com os gastos que mencionei, dificilmente será possível se você não trabalhar com algo que acabe demandando um curso de ensino superior. Pelo menos é isso que muitos elementos fazem com que você pense.

Ao buscar por oportunidades de trabalho que paguem salários compatíveis com esses padrões de vida, você perceberá que dificilmente há algo que não exija uma graduação. Os poucos cargos que não exigem e que pagam bem costumam ser de concursos públicos para áreas do setor judiciário ou militares; porém, como sabemos, essas vagas dependem de concursos públicos que nem sempre abrem e, quando abrem, possuem uma concorrência agressiva, envolvendo concorrentes que chegam a passar vários anos estudando com o auxílio de cursos preparatórios, o que torna a dificuldade de se conseguir a vaga ainda maior; fora o fato de essas áreas talvez não serem atraentes aos

olhos de várias pessoas. E, ainda assim, talvez não ganhe o bastante para ter uma boa parte do que eu mencionei; ao menos, não no começo da carreira.

Também existem alguns poucos cargos de áreas mais técnicas que pagam tão bem quanto os anteriormente mencionados — em alguns casos, até melhor — e que não exigem ensino superior, mas, no caso desses, pode ser preciso comprovar uma imensa gama de experiências e conhecimentos que pouquíssimas pessoas conseguem apresentar, e pode ser entendido como um caminho mais incerto, mais perigoso, mais arriscado, e até mesmo muito mais desgastante.

Existe, ainda, o fato de muitas empresas incluírem em seus filtros a exigência de alguma graduação, por mais que nem ao menos chegue a fazer algum sentido. Vagas que poderiam facilmente ser preenchidas por alguém que possui simplesmente o ensino médio, ainda que incompleto, e habilidades que são tipicamente conhecidas como Soft Skills, infelizmente, acabam tendo incrementos malucos, como a exigência de inglês avançado ou fluente, programação em múltiplas linguagens (que muitas vezes nem têm relação umas com as outras), experiência inter-

nacional e, é claro, um curso de graduação.

As pessoas sofrem pressões terríveis desde o inícios de suas experiências nas escolas, que já até sugerem que o único caminho para uma vida próspera é passando pela universidade, dado o fato de as próprias escolas já indicarem que são voltadas para o vestibular, preparam alunos para passarem em medicina, engenharia e direito, possuem as melhores notas do ENEM, possuem a maior taxa de alunos aprovados nos vestibulares de instituições renomadas, e até fazem os pais pensarem que aquele é o único caminho correto para seus filhos, sendo que, caso os filhos prefiram algo um pouco diferente para suas vidas, passam a ser vistos como alguém que precisa urgentemente ser convencido a mudar sua visão.

Com isso tudo pesando sobre os ombros, é claro que será uma minoria que não querará ingressar em uma universidade pública para sair de lá com um diploma nas mãos e correr para procurar o melhor emprego possível. Fora os diversos casos de jovens que, por estarem já sem esperança quanto a uma melhora na situação do país, almejam se mudar para um país desenvolvido, e isso é extremamente difícil de se fazer em muitos dos cenários em que

esses jovens se encontram, ainda mais sem qualquer graduação e sem experiência comprovada em áreas específicas de tecnologia.

Diversas universidades públicas, por meio das ações de políticas públicas com abordagens que almejem reparações históricas, ou ao menos medidas de equidade de acesso, disponibilizam significativas parcelas de suas vagas em cursos de graduação a programas de cotas dos mais variados tipos. No caso da UFABC, mais da metade das vagas é destinada ao sistema de cotas. Com base no edital de ingresso Nº 013/2021, só para o Campus Santo André, o número total de vagas era de 1173, sendo que apenas 498 dessas vagas se destinavam à ampla concorrência; todas as 675 se destinavam às diferentes modalidades de concorrência. No caso do Campus São Bernardo do Campo, das 835 vagas totais, 339 vagas eram de ampla concorrência; 496, de cotas. Desta forma, considerando-se os valores totais, foram 2008 vagas ao todo, sendo 1171 vagas destinadas às cotas, o que significa que mais de 58% das vagas de ingresso aos cursos de graduação da UFABC no ano de 2021 se destinaram às modalidades de concorrência baseadas em cotas.

Dado o fato de que a maior parcela das vagas é destinada ao sistema de cotas, sendo que muitas das modalidades de cotas levam em consideração as questões econômicas de forma explícita na avaliação e, também, considerando que, mesmo entre os candidatos que disputam as vagas pela modalidade de ampla concorrência, há um significativo percentual de jovens que pertencem a famílias de renda relativamente baixa, mas que, como tiveram acesso a algum tipo de bolsa de estudos durante o ensino básico, ou como tiveram a ajuda de familiares ou amigos quanto ao custeio de seus estudos em alguma simples instituição particular de ensino, não puderam participar do sistema de cotas, podemos, então, afirmar que a maior parcela dos jovens ingressantes dos cursos de graduação da UFABC é composta de pessoas com uma condição socioeconômica desprivilegiada; ou seja, são alunos que se encaixam no grupo a respeito do qual eu havia tanto falado há pouco, mencionando o quanto devem almejar “lutar” para conseguirem, com o auxílio do ensino superior, melhorar suas vidas.

Não há qualquer coisa de errado em querer melhorar sua vida, mas é preciso entender que, neste caso, ao menos neste momento, essa melhora está totalmente voltada

à questão econômica. Isso significa que, independentemente do que ocorra, se a situação econômica do indivíduo permanecer exatamente como já estava, dificilmente ele aceitará que houve realmente alguma melhora em sua vida. Continua vivendo onde já vivia? Come o que já comia? Veste o que já vestia? Viaja tanto quanto antes e para os mesmos lugares? As cifras na conta continuam as mesmas? Então, aos seus olhos, infelizmente, ficará muito difícil de aceitar que houve melhora na vida.

Sendo, aos seus olhos, essa a realidade, assim que o aluno ingressa na UFABC, não adianta ele fechar as disciplinas com A, ganhar elogios dos professores ao entregar provas e relatórios, receber ovações dos colegas e dos professores ao apresentar trabalhos, ser convidado para fazer uma IC, aprender um idioma novo, entrar para uma entidade estudantil. Nada disso fará com que a qualidade de vida daquele aluno passe a ser vista como melhor por ele próprio naquele momento específico. Quase tudo girará em torno do dinheiro, e dá para entender o porquê de ser assim, conforme eu havia explicado.

Se não houver bolsa, a IC não será tão atraente assim. Caso não haja bolsa, a monitoria será apenas mais

uma atividade para encher o seu saco e perder o seu tempo. A não ser que tenham disponibilizado uma bolsa, a extensão não fará sentido para o aluno. Tudo isso será só um conjunto de atividades que o fazem gastar mais do seu já limitado tempo, sendo que não trará qualquer melhora em sua vida naquele exato instante. Não é à toa que a imensa maioria das perguntas feitas por alunos que pensam em fazer uma IC tenham relação com a bolsa, e isso também vale para os alunos interessados em monitoria, e os interessados em projetos de extensão. É raríssimo que alguma pergunta não tenha relação com bolsa.

Várias foram as vezes que eu participei de grupos de estudantes em redes sociais, e disponibilizei meus contatos para tirar dúvidas de alunos a respeito de diversas atividades da Universidade, como o envolvimento em projetos de PDPD, IC, extensão e afins. Tão logo os alunos descobram que não haverá bolsa, ou que o valor é muito menor do que o que haviam imaginado, uma parcela considerável passa a mudar o nível de interesse pela atividade, muitas vezes chegando ao ponto de desistir dela imediatamente. E na grande maioria das vezes que os alunos entram em contato depois, quando já estão com a atividade em curso, a ideia é sanar alguma dúvida que, de alguma forma, tem

alguma relação com a bolsa; poucas são as perguntas sobre a atividade em si.

A única atividade que o aluno perceberá que pode trazer algum ganho financeiro é um estágio, e sua própria família e diversos de seus amigos o incentivarão fortemente a já buscar isso o quanto antes. Na verdade, ainda antes de ingressar na universidade, muitos familiares já incentivam que o aluno já esteja preparado para começar a buscar um estágio desde o seu primeiro milésimo de segundo após se matricular.

A respeito disso, especificamente, foram várias as vezes que ministrei palestras para conversar com quem bem quisesse conhecer um pouco mais sobre o curso de graduação em engenharia de informação — também chamada apenas de Info —, que é o que eu havia cursado, sobre vida universitária, sobre a UFABC, sobre PDPD, sobre IC, sobre disciplinas específicas da Info, e por aí vai. Ao final, eu sempre dedicava bastante tempo para perguntas e para conversar com os alunos. Quase sempre, quase todas dúvidas tinham relação com estágios e empregos. Poucas eram as pessoas que queriam realmente conversar a respeito de outros pontos.

Assim que realiza a matrícula, o aluno já pensa em preparar um *Currículo Vitae* (**CV**) informando que é aluno de uma *Universidade Federal* (**UF**), e já coloca lá que cursa engenharia, mesmo ainda estando no BCT; então, sai disparando o CV para tudo quanto é vaga de estágio que encontra, na esperança de ser chamado para alguma entrevista.

Por conta da enorme quantidade de vagas às quais se aplica, cedo ou tarde, o aluno acaba sendo chamado, mesmo sendo um calouro de um curso que ele nem ao menos tem alguma ideia se concluirá, e a respeito do qual ele nada sabe, pois nem ao menos chegou a cursar uma parcela razoável das disciplinas. Tendo ainda 300 créditos a serem cumpridos, e agora estagiando, esse aluno, que já é alguém que passava dificuldades na vida, agora enfrentará um inferno para se formar.

Para prejudicá-lo ainda mais, vamos nos lembrar de que estamos falando de uma UF, então não haverá qualquer mínima tentativa de facilitação por parte de vários dos professores apenas pelo fato de o aluno estar estagiando; a cobrança será exatamente a mesma que será feita em cima de todos os demais alunos, o que exigirá do aluno

um nível elevadíssimo de esforço, organização e disciplina, que deverá ser muito maior do que os demais alunos já teriam que ter.

E, é claro, como o estágio não pode durar mais do que dois anos e, dada a enorme necessidade financeira do aluno, é natural que ele, como estagiário, esteja disposto a “dar o sangue” para conseguir se destacar positivamente ali dentro para ser, então, efetivado. O problema de ser efetivado é que a carga horária semanal de trabalho aumentará significativamente, e o nível de cobrança que a empresa passará a exercer sobre o funcionário é enorme.

Fora isso, como funcionário já efetivado, pelo fato de haver mais benefícios e um salário maior, além de bem mais responsabilidades, é natural que o aluno queira investir uma parcela significativa de seu salário em algo que realmente entregue a ele e à sua família uma condição de vida melhor, o que implica gastar bem mais; ou seja, ele passará a ser alguém que dependerá mesmo daquele dinheiro para não sentir seu nível de vida cair, e isso fará com que ele enxergue que sua prioridade terá deixado de ser a sua formação; em vez disso, passará a ser seu trabalho, mesmo com ele ainda tendo tantos anos de estudos

pesados pela frente.

Sabemos que, apesar de existirem leis e regras — e bom senso, respeito ao próximo, decência etc. — para isso, as empresas dificilmente respeitam todas as regras referentes a questões como a carga horária semanal, trabalho apenas em dias úteis, impossibilidade de se levar trabalho para casa, impossibilidade de fazer horas extras, permissão para sair mais cedo (ou faltar) em dias de provas, necessidade de as atividades desempenhadas deverem respeitar as atribuições e responsabilidades acordadas entre as partes ainda antes da contratação e que estejam de acordo com o que a universidade e o orientador de estágio tenham aprovado.

Em vários momentos, será comum que o aluno chegue atrasado, saia antecipadamente, ou até mesmo falte. Será muito comum o aluno sentir que não está dando conta de fazer tantas disciplinas quanto o curso foi projetado para que fossem cursadas concomitantemente, então ele tentará fazer menos, o que atrasará sua formação (aos seus próprios olhos). Será comum que, por sentir um nível terrível de cansaço, tenda a dormir em várias das aulas ou, no mínimo, quase não consiga prestar a mínima atenção.

Em alguns casos, alunos chegam a pedir que colegas assinem seu nome em listas de presença para que eles possam faltar para continuar no trabalho ou para que possam ir para casa descansar. Assim como, também, em alguns casos, alunos chegam a deixar de ajudar seus colegas em trabalhos em grupo, podendo até pedir que coloquem seu nome na atividade, para que não aumente ainda mais as chances de serem reprovados nas disciplinas. E, por fim, como não terá tempo para estudar adequadamente, e devido ao medo de ficar muito para trás em sua formação, depois de tanto tempo sendo tão massacrado pelo cansaço do estágio (ou do trabalho) e da graduação, além dos deslocamentos entre sua casa, o trabalho e a Universidade, em um ato de desespero, o aluno poderá até chegar ao ponto tentar colar nas avaliações.

Esgotado, e sem perspectivas de melhoras em sua situação em um curto prazo, o aluno começa a sentir que pode ser válido mudar de curso, ainda mais se tiver sido reprovado em muitas disciplinas e se sentir que o que tem feito no trabalho não tem muita relação com que tem visto nas disciplinas. Em casos mais extremos, o aluno chega a abandonar o curso, principalmente se já tiver sido efetivado na empresa e se já tiver concluído o BCT.

Perceba que, com isso, o aluno não mudou sua formação por ter percebido que seria mais feliz em outra área, mas, sim, porque notou que toda a sua perspectiva de vida profissional agora parece só ter o caminho trilhado na direção do estágio (ou emprego) em que já se encontra, e que parece muito improvável que vá conseguir algo que lhe pague bem em sua verdadeira área de interesse, que é a de seu curso; então, o curso que ele tanto almejava começa a ser visto como fantasioso, e mudar de curso parece até um ato de “colocar os pés no chão”, por mais triste que seja em alguns dos casos.

Não chega a ser realmente uma decisão totalmente voluntária e racional; é muito mais por ter atingido o limite do esgotamento físico e mental. Todos têm um limite, que não é igual para todos. Desrespeitar esse limite pode ser terrivelmente perigoso. Pode levar pessoas a fazerem coisas realmente tenebrosas.

A pessoa não aguenta mais passar tantos anos em um ciclo de acordar tão cedo, já muito cansada, ir tão longe para trabalhar por tantas horas, alimentar-se tão mal, passar por tantos estresses, fazendo tantas reuniões sem sentido algum e, depois, ter de ir até o campus uni-

versitário, que fica tão longe do local de trabalho, ter de enfrentar de 2 a 6 horas de aulas entre o fim da tarde e o fim da noite, com professores falando baixo em uma sala escura passando Slides com equações complicadas ou textos longos, e ainda precisando enfrentar um transporte horroroso de volta para casa, morrendo de medo de ser roubada ou furtada, torcendo para que as aulas acabem mais cedo para conseguir descansar um pouco mais e, com isso, acordar só um pouco menos destruída no dia seguinte.

É inevitável que alguém nessa situação reflita sobre a vida que tem vivido e, com isso, passe a ter pelo menos um pouco de raiva do que tem enfrentado. E, também, devido a vários dos pontos que havia mencionado ao longo deste texto todo, é compreensível que a pessoa se recuse a enxergar que a maior parte do problema não está na universidade, mas em vários outros elementos; sabemos que ela acabará jogando toda a culpa em cima da universidade, em cima do curso, em cima dos professores, em cima dos colegas.

É compreensível; ela está terrivelmente cansada e desanimada, e todo mundo que ela conhece passa a ela a equivocada visão de que todo o sofrimento de fora da

universidade é normal, faz parte da vida, mas que o que ocorre na universidade é por conta de erros e abusos provocados pela instituição, ou pelos docentes, ou pelos seus colegas. Sem dúvida, a instituição, os docentes e seus colegas discentes são, sim, responsáveis por algumas parcelas de alguns dos problemas que ela enfrenta, mas é preciso ter cuidado para não avaliar equivocadamente esses cenários e acabar atribuindo pesos incompatíveis a determinados agentes.

Alguns alunos da graduação podem ser considerados bastante “fora da curva” em termos de desempenho acadêmico. No caso desses alunos, mesmo que haja o estágio em suas vidas, é possível que eles consigam administrar os estudos e o estágio sem sofrer mudanças tão significativas no desempenho. Infelizmente, muitas vezes os perfis de tais indivíduos não são adequadamente ponderados quando os demais alunos os pegam como exemplos a serem seguidos, e isso acaba reforçando a falsa ideia, que é bastante endossada pelos pensamentos de quem acredita na fantasia da meritocracia, de que é só uma questão de se organizar e aprender a se adaptar, que aí tudo ficará bem, independentemente de quem seja o aluno que tentará seguir os mesmos passos. Realmente, uma tristeza.

Por isso, não posso deixar de dizer: pense com muito cuidado se a sua situação realmente exige que você corra atrás de um estágio antes do momento do curso no qual o estágio foi projetado para estar, que é ao final. Quem deve dizer se a situação demanda ou não demanda que você corra para um estágio é você mesmo, mas pense com cuidado.

Avalie se seus critérios estão mesmo corretos para isso, porque é muito comum que os mais jovens tendam a permitir que seus desejos consumistas e imediatistas influenciem nessas horas. Se for esse o seu caso, recomendo que evite tomar a decisão de embarcar desnecessariamente em um estágio antecipado. Agora, caso você esteja indo por esse caminho por realmente, mesmo após muitas avaliações e reflexões sobre sua situação, ter concluído que é essencial buscar o estágio, procure se planejar da forma mais adequada possível, e faça isso desde o início. Para sofrer menos, recomendo que, caso você vá atrás do estágio muito antes do momento em que ele foi projetado para estar, você procure aceitar que serão necessários mais alguns anos para que você conclua sua formação, e digo isso em prol de seu desempenho acadêmico e, mais do que isso, em prol de sua própria sanidade.

Capítulo 10

A consagração socioidentitária multi-ocupacional

Palavras podem ter muita importância. Passei toda a minha vida ouvindo as pessoas dizerem que o que os outros pensam não importa, mas também passei toda a minha vida vendo que isso não parece ser assim tão verdadeiro, e isso até mesmo por parte dos próprios indivíduos que proferiam a ideia da irrelevância da opinião alheia. Aparentemente, as pessoas que faziam muita questão de

dizer isso o tempo todo queriam que tal ideia passasse a ser uma realidade; contudo, elas só ficavam repetindo isso como se fosse um mantra justamente por perceberem que, ao contrário do que tal ideia sugeria, no mundo real, o que os outros pensam pode, sim, importar em diversos aspectos.

Em uma entrevista de emprego, será que não importa o que o outro pensa a seu respeito, caso esse tal “outro” seja o entrevistador? Em uma avaliação de pedido de empréstimo em uma agência bancária, será que não importa o que o outro pensa, caso esse “outro” seja o responsável por aprovar ou recusar o empréstimo a você? Em um julgamento diante de um juiz e de um júri, será que realmente o que o outro vai pensar não importa? Ao anunciar que seu carro está à venda, a opinião dos outros não vai importar, caso esses “outros” sejam pessoas com plenas condições financeiras e interessadas em comprar um carro? Ao oferecer seus serviços em algum veículo de mídia, você realmente pensa que não importa a opinião dos outros?

Hoje em dia, existem até empresas inteiras que foram criadas em cima da opinião dos outros. Existem muitas

plataformas e aplicativos que trabalham quase exclusivamente com base na opinião dos outros. Existem livros, revistas, Podcasts, canais de Live Stream, canais de plataformas de vídeos, websites, Blogs, fóruns, além de páginas, perfis e grupos de redes sociais; tudo funcionando quase que exclusivamente com base na ideia de explorar as opiniões dos outros.

Atualmente, quase todos os serviços que se utilizam de alguma plataforma, seja de operação, seja apenas de divulgação, têm algum recurso que permite ao cliente expor a opinião dele de alguma maneira; mesmo quando não há como escrever um texto, há ao menos como atribuir uma nota para avaliar o produto ou o serviço. Em muitos casos, há até mais de uma avaliação, pois pode-se avaliar o atendimento, o produto, a entrega, e até outros aspectos. Muitos entregadores pedem ao cliente que o avalie com as famosas “5 estrelas” na plataforma pela qual você fez o seu pedido, e o mesmo ocorre por parte de motoristas que oferecem seu serviço de transporte por aplicativos, da mesma maneira que também ocorre com quem vende alimentos ou oferece praticamente qualquer outro produto ou serviço por algum meio digital. Esses dias, até o rapaz que veio fazer uma manutenção na fibra óptica de minha

casa, ao se despedir, pediu que eu atribuisse a ele a nota 5.

Mas não pense que isso se restringe apenas a situações comerciais. Como eu havia sugerido em exemplos anteriormente expostos, pode haver diversos cenários da vida pessoal em que você certamente preferirá que os outros tenham uma boa imagem sua, seja em termos pessoais, seja em termos profissionais. Ninguém quer ter uma má fama, uma má imagem, uma moral baixa diante do grupo com o qual convive ou interage, ainda que apenas eventualmente.

Ao dizer que as palavras têm importância, eu também estou incluindo a ideia de que os próprios comentários que os outros fazem a respeito de tópicos que o envolvam podem influenciar em sua vida de diversas maneiras. Elogios, críticas, sugestões, insinuações, afirmações; tudo tem o seu peso, e esse peso é muito afetado, não só pelo que se diz, mas também por como se diz. O conteúdo e a forma são elementos intimamente relacionados; um interfere no outro.

Uns bons anos atrás, uma famosa rede social chamada Orkut, já não mais existente, oferecia um recurso

que permitia que as pessoas adicionadas em sua lista de amigos pudessem escrever depoimentos sobre você, e era relativamente comum que os usuários exibissem tais depoimentos como se fossem troféus em seus perfis. Depois de alguns anos, outras redes sociais foram surgindo e ganhando mais espaço, como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, o *YouTube* e o *LinkedIn*. Nessas redes, em relação a essa questão, o comportamento das pessoas não mudou; pelo menos a essência se manteve exatamente igual. O instrumento de manifestação de opinião passou a ser um conjunto de recursos de reações, como os “Likes” e “Dislikes”, além dos comentários, que jamais deixaram de existir, e dos compartilhamentos.

A rede *LinkedIn*, em especial, possui um conjunto extra de recursos relacionados às opiniões, à imagem pública e à moral. Essa plataforma permite, por exemplo, que um indivíduo escreva um depoimento sobre outro, de maneira análoga àquela do finado *Orkut*, mas com foco mais corporativo, pois a ideia é tecer palavras sobre colegas com quem se tenha trabalhado, de modo a reforçar publicamente uma espécie de endosso à sua imagem pública profissional.

Um outro recurso da plataforma é perguntar aos usuários que abrem um perfil de algum de seus contatos qual seria o conhecimento específico que considera que aquele usuário tem mais, considerando um pequeno conjunto de diferentes conhecimentos específicos. E outro recurso similar é mostrar um pequeno conjunto de contatos seus e perguntar a você a qual daquelas pessoas você preferiria recorrer para tirar dúvidas sobre um determinado assunto específico que é exposto ali na hora.

Notem que, claramente, esses recursos são todos construídos à base das opiniões dos contatos dessas pessoas. Caso as pessoas tenham opiniões muito positivas a seu respeito e façam questão de manifestá-las por meio desses recursos da plataforma, é provável que você seja mais bem avaliado nessa plataforma, o que pode produzir vantagens a seu respeito, como ganhar mais visibilidade em buscas que possíveis contratantes venham a realizar por meio de tal plataforma, ou mesmo passe a ser uma pessoa com um perfil mais bem avaliado aos olhos de pessoas que o abram para conhecê-lo um pouco melhor com base no que puder encontrar por ali.

No caso da plataforma *YouTube*, virou moda pedir

aos usuários para se inscreverem no canal, clicarem no botão de “Like”, compartilharem o vídeo com amigos e clicarem no “sininho”, que representa um recurso de alerta ao usuário quando o canal lançar novos vídeos ou fizer alguma transmissão ao vivo. Isto até se tornou motivo de críticas e deboche por parte de uma parcela do público, que sente que existe nisto algum grau de depreciação da qualidade do trabalho como um todo, visto que, dependendo de como for feito este pedido por parte do produtor de conteúdo, que normalmente é o dono do canal, este ato pode produzir uma forte sensação de que se trata de algo puramente comercial e com único interesse em trazer uma receita maior para o canal. Porém, há maneiras mais profissionais e sutis de se fazer isto.

De qualquer forma, também é possível observar alguns poucos casos de produtores de conteúdo que têm alguma preocupação real com a qualidade de seu trabalho, e não se limitam apenas às métricas que mostram valores referentes à receita ou ao alcance do canal. Existem até aqueles que chegam a perguntar honestamente aos espectadores quais são suas opiniões sobre aquele conteúdo ou sobre aquele formato, pedindo que tentem expor suas opiniões por meio dos comentários. Mesmo sendo algo muito

raro, existem até mesmo aqueles que chegam a explicitar que, caso o espectador não tenha gostado, que não deixe de emitir a sua opinião, não só por meio dos comentários, mas também por meio do próprio botão de “Dislike”; afinal, por mais que seja uma métrica com várias falhas, não deixa de ser uma métrica de avaliação. Então, aparentemente, há aí uma forte preocupação com as opiniões daqueles que assistem aos vídeos do canal.

Hoje em dia, nossa opinião conta até mesmo para experiências com programas de computador e serviços de comunicação. É muito comum recebermos um pedido de Feedback sobre a qualidade da experiência da comunicação depois de utilizarmos algum serviço de comunicação audiovisual. Já passei por algo assim utilizando o *Google Meet*, o *Discord*, o *TeamSpeak*, o *Zoom*, o *Skype*, e tantos outros serviços.

Com isso, creio que eu já possa dar por encerrada qualquer dúvida sobre o fato de que as opiniões das pessoas podem, sim, ter grande importância. Eu apenas faço questão de tomar o cuidado de reconhecer que existem, sim, os casos em que as opiniões de terceiros podem ter um valor menor, assim como também devo reconhecer que

as opiniões de algumas pessoas podem importar mais do que as de outras. Ainda assim, é preciso tomar o cuidado de não se permitir deixar levar por ditos populares aparentemente reconfortantes sem refletir a respeito de sua compatibilidade e de sua coerência com o cenário em que você se encontra. Palavras podem importar muito.

Essa importância, no entanto, é influenciada pelo autor que profere a opinião. A moral do autor tem uma influência imensa nisso, pois a opinião de quem é amplamente respeitado na sociedade tem um valor muito maior do que a opinião de quem é notoriamente desmoralizado. Mais do que isso, essa opinião só tem valor elevado se aparentar ser sincera. As pessoas não valorizam opiniões que aparentam ter sido ditas apenas por dizer, sem aparentarem acreditar verdadeiramente no que foi dito. Caso aparente ser uma opinião falsa, não terá qualquer valor positivo, e pode até ter forte valor negativo, porque pode prejudicar a imagem do elogiado, visto que serão levantadas dúvidas a seu respeito, inclusive quanto à veracidade de eventuais virtudes que tenham sido reconhecidas publicamente.

Desta forma, podemos dizer que o impacto da opi-

nião sofre uma forte influência por parte da moral do autor da opinião diante da sociedade em que tal opinião circulará e do quão honesta tiver aparentado ser a opinião externada. Com o que foi dito até aqui, é possível afirmar que a forma como as pessoas que compõem a sociedade na qual você vive formam e expõem suas opiniões pode ser importante. Em alguns casos, essa importância pode ser maior; em outros, menor. Ainda assim, a importância se faz presente. Guardemos, então, essas informações.

Não é de hoje que vemos que as ocupações das pessoas ajudam a compor a imagem que a sociedade tem sobre si, assim como também ajudam a compor a imagem que a própria pessoa tem sobre si. Pode até ser que seja uma questão que envolve algum grau de insegurança, sendo que haveria aí uma carência psicológica que espere por algum tipo de reconhecimento por parte de terceiros, mas não creio que isso seja relevante para o ponto que estou tentando focar aqui, que é a simples ideia de que existe alguma importância no reconhecimento que pelo menos uma parcela da sociedade pode vir a expor a respeito de como cada um é visto por parte dos demais quanto ao que tange seus afazeres.

Parte disso tem alguma relação com mérito, mas também não vejo nisto a maior parcela da relevância desta questão. Algo que provavelmente é bem mais forte do que isto é o senso de justiça. Ser reconhecido como artista, como atleta, como cientista, como professor, como pensador, ou como qualquer outra posição referente a alguma ocupação, por mais que aparente ser algo pequeno, simples e de menor importância, é algo que para muitas pessoas pode ser extremamente importante. Aliás, mais do que apenas ser reconhecido como um praticante de tais atividades, é importante reconhecer que essas atividades também fazem parte de quem esses indivíduos são, tanto como parte da sociedade em que vivem quanto como os próprios indivíduos que são em si mesmos.

O indivíduo não se resume apenas à sua atividade ocupacional, à sua profissão, ao seu ganha-pão. Penso que seria uma limitação muito descuidada acreditar que nós poderíamos resumir toda a vida de uma pessoa apenas àquilo que ela escolheu fazer profissionalmente. Ainda assim, é verdade que se trata de uma informação a respeito dessa pessoa e, portanto, trata-se de uma informação que merece ser respeitada, pois faz parte de quem ela é. Na verdade, creio que possa dizer que se trata de uma infor-

mação com um peso considerável. Desprezar essa informação implicaria desprezar uma parcela da vida de alguém, e não seria uma parcela pequena. Ao lado das informações sobre a importância das palavras e das opiniões que parte da sociedade tem sobre nós, essa informação sobre a relação entre identidade e trabalho também tem uma importância significativa. Guardemos, pois, mais essa informação, e vamos passar agora a abordar mais a questão da identidade envolvida aqui.

A questão da identidade à qual eu me refiro neste capítulo envolve tanto a maneira como o próprio indivíduo se vê quanto a maneira como a sociedade vê esse indivíduo em questão. Neste contexto, a moral é algo de enorme importância. Ser reconhecido como alguém que exerce uma determinada atividade é algo positivo, mas não basta; é preciso ser alguém reconhecido por algum fator que reforce a relevância daquela determinada atividade na vida do indivíduo. Este fator poderia ser, por exemplo, a assiduidade do indivíduo diante de um determinado afazer, pois sugere se tratar de uma atividade à qual o próprio indivíduo atribui uma grande importância, e isso lhe confere algum respeito por parte de uma parcela da sociedade. O fator também poderia ser, digamos, o tempo diário dedi-

cado à atividade, ou o tempo total acumulado de experiência com aquela atividade a contar desde seus primeiros contatos com ela.

Mas o tempo não é o único fator que pode reforçar a relevância de tal atividade em relação à identidade do indivíduo; o dispêndio de recursos também pode dizer muito sobre tal questão, pois não deixa de ser uma forma de renunciar a parte de si em prol de algo que se considera maior, como alguém que abre mão de parte de sua disposição — também vulgarmente chamada de “energia”, embora com uma conotação claramente não científica — para executar alguma atividade, seja por uma questão de necessidade, seja por uma questão de desejo, seja por uma questão de mero prazer, e até mesmo por uma mera ludicidade. O ponto é que o fato de alguém optar por dedicar parte significativa de seu tempo, de seus esforços ou de algum outro recurso próprio em proporção não desprezível já diz algo sobre o quão relevante é essa atividade para esse alguém.

Quando o dispêndio se dá quase que exclusivamente por parte de aspectos materiais, é provável que o caminho talvez passe a ser outro; no entanto, quando se trata de

um investimento do próprio tempo e dos próprios esforços na direção de executar uma determinada tarefa, ou realizar um determinado trabalho, ou praticar uma realizar atividade, esse dispêndio passa a ser algo sentido na própria pele, passa a depender do próprio corpo e da própria mente do indivíduo, o que faz com que mereça um olhar mais cuidadoso, no sentido de haver nisso uma ligação bem mais forte do que aquela que o dispêndio de recursos externos (ainda que próprios), mesmo que volumosos, poderia significar, e isso tem um valor todo diferenciado.

Assim, podemos dizer que a dedicação do próprio tempo e do próprio esforço exprime maior grau de compromisso do que o mero dispêndio de recursos materiais. Alguém que, por livre e espontânea vontade, opta por executar uma determinada tarefa está assumindo um compromisso de maneira muito mais profunda do que alguém que simplesmente terceiriza a execução dessa mesma tarefa, por mais que haja algum custo a ser coberto por esse mesmo alguém.

A realização deste trabalho, quando feita rotineiramente, ou quando feita por alguém que se preparou com certa profundidade para estar apto à sua execução, ou

quando feita por alguém que dedicou um longo intervalo de tempo de sua vida a isso, ou quando feita de modo a trazer sustento para si e, se for o caso, para a sua família, pode ser entendido como algo que vai muito além de um simples afazer, pois tal exercício influencia a própria identidade do indivíduo, que, como ser partícipe de uma sociedade, é influenciado pela forma com que essa sociedade o vê. Mais do que isso, tanto a maneira como o indivíduo é visto pela sociedade interfere na forma como ele próprio se vê quanto a maneira como ele próprio se vê interfere na forma como ele é visto pela sociedade em que vive. Estas são mais algumas informações a serem lembradas.

Então, se a forma como o indivíduo se vê interfere na maneira como a sociedade o vê, e se a maneira como a sociedade vê o indivíduo interfere na maneira como o próprio indivíduo se vê, dado o fato de que o indivíduo não pode mudar diretamente a forma como a sociedade o vê, caso queira provocar alguma mudança em como é visto pela sociedade, a forma de se alcançar isso é primeiro provocando mudanças no único objeto que tal indivíduo pode interferir diretamente, que é o próprio indivíduo; por isso, é importante que o indivíduo procure se ver da maneira

mais fidedigna possível e procure ter um bom senso de autocrítica, o que pode provocar olhares que tragam conclusões que tanto possam desagradar a ele mesmo quanto possam desagradar àqueles que já formaram uma opinião a seu respeito de maneira equivocada, por mais confiança que tenham em suas ponderações.

Em relação ao último pensamento aqui trazido, pode ser interessante pensar na ideia de que, infelizmente, uma parte muito significativa do mundo funciona à base das aparências; aliás, muito mais das aparências do que das próprias concretudes efetivamente. Isso contribui para que as pessoas tendam a se preocupar muito mais com aparentar ser algo do que com, de fato, ser algo; afinal, se você for algo, mas não aparentar ser esse mesmo algo, provavelmente, não será reconhecido como tal por parte da sociedade; por outro lado, ainda que você não seja realmente esse algo, caso aparente ser esse algo aos olhos da sociedade, é bastante provável que seja visto como tal. Trata-se de uma questão de aparências e de opiniões baseadas em tais aparências, e não uma questão de se alcançar a plenitude do fato.

Isto me faz ter um olhar compreensivo com quem

não se contenta com a busca pelo ser, que seria algo mais nobre, e parte para uma segunda busca, que eu gostaria de poder chamar de suplementar, embora seja, na verdade, complementar a esta primeira, que é a busca pela aparência. A busca pela aparência não chega a ser propriamente um problema, desde que a busca pelo ser não seja colocada de lado, tampouco minimizada. Negligenciar a importância da aparência pode ser extremamente danoso, pois é muito frágil a crença de que um bom produto se vende sozinho, principalmente se for feita a generalização desta ideia, pois, ainda que ela se aplique a determinados cenários, este, certamente, não é um deles. Isto significa que, por mais que o indivíduo seja, caso ninguém saiba que ele é, todo e qualquer fruto social proveniente da consagração socioidentitária que há de sofrer influência sobre o indivíduo se perderá.

Escolha aleatoriamente um pedestre caminhando por uma grande rua bastante movimentada em horário de pico. Não importa quem seja esta pessoa; se você a vestisse com um traje social e, por cima, um jaleco branco com um excelente caimento para seu porte físico, colocasse nela óculos de grau com uma armação dourada e deixasse uma bonita caneta no bolso do jaleco, é muito provável que uma

parcela bastante significativa do público pensasse que se trata de um médico.

É possível até ir além, e pensar que, justamente por pensarem que se trata de um médico, haverá um expressivo grupo de pessoas que chegarão até mesmo a tratar de forma diferenciada esse indivíduo, pura e simplesmente por pensarem que se trata de um médico, sendo que médicos têm um histórico de serem pessoas com uma posição socioeconômica avantajada e com certo grau de prestígio social, o que já lhes confere moral diante de boa parte da sociedade sem sequer precisarem abrir a boca para emitir qualquer opinião sobre o que quer que seja e sem sequer precisarem executar qualquer tipo de ação naquele momento.

O mais curioso é que estamos falando de alguém que nem ao menos é realmente um médico, pois é apenas uma pessoa aleatória vestida de um jeito que, segundo certos estereótipos, que sempre envolvem preconceitos, lembra como um médico costumeiramente é visto aos olhos de uma ampla parcela da população. É apenas uma aparência, mas que já produz todo um efeito enorme na vida dessa pessoa.

Não espanta que haja tantas pessoas que façam tanta questão de exibir fotos trajando jaleco em redes sociais, assim como não espanta que haja tantas pessoas que desfilam de jaleco pelos campi e, mais do que isso, não espanta que haja tantas pessoas que, mesmo na condição real de médicos (ou aspirantes já iniciados do curso de medicina), fazem um uso inapropriado desse acessório, que não foi feito para ser utilizado como distintivo socioeconômico, tampouco como um troféu de honra ao mérito, ou mesmo algo similar. Há até mesmo os que, quando não são chamados pelo (equivocado) título de “doutor”, logo demonstram um nítido sentimento de desgosto e irritação.

Engana-se quem pensa que apenas a área de medicina atrai tais comportamentos; eles estão por toda a sociedade. Outro equívoco é pensar que estes comportamentos se devem exclusivamente aos casos relacionados a algum tipo de distinção econômica, pois nem sempre o que se exibe é algo que remete à ideia de que o indivíduo é detentor de alguma posição de riqueza diante dos demais; há diversos casos em que o ponto mais chamativo é o poder, ou o prestígio social relacionado à fé, sobretudo em sociedades mais intensamente envolvidas com suas crenças religiosas, e há até quem faça a exposição desses distin-

tivos com o intuito de exibir favoritismos e predileções, como uma forma de se posicionar bem em algum tipo de ranqueamento que quase sempre é apenas imaginário.

Apesar de todo esse lado bem menos nobre e bem menos agradável se fazer presente quando abordamos determinadas partes das questões socioidentitárias, há, também, um lado, que é o do puro reconhecimento da ligação existente entre a prática da atividade e a identidade do ser, tanto aos olhos da sociedade quanto aos olhos do próprio indivíduo. Esta é uma questão mais pura, pois não se trata de uma tentativa de se impor como alguém melhor do que os demais, mas, sim, apenas ser considerado como alguém pertencente ao subconjunto de indivíduos da sociedade que atuam em um determinado ramo. Com isso, nasce a pergunta: *“O que é preciso para classificar alguém de acordo com uma determinada atividade?”*

É muito importante tomar cuidado para não cair na armadilha de acreditar que esta é uma questão pequena e simples de ser resolvida. Chega a ser uma grande imprudência e uma grande negligência pensar que a classificação deve ser puramente comercial, pois, caso o indivíduo desempenhasse um determinado papel, mas não atuasse

comercialmente por meio deste papel, ele faria parte do grupo dos falsos negativos dessa consagração socioidentitária ocupacional. Seria um critério demasiado frágil e, portanto, com inúmeros casos de falsos negativos, além de muitos falsos positivos.

Um exemplo disso seria o de um indivíduo que respira música em seu dia a dia há décadas, reservando boas horas de seu dia a dia para ouvir música, criar letras musicais, compor arranjos musicais, tocar instrumentos musicais, gravar músicas, mixar músicas, masterizar álbuns completos, e até distribuir gratuitamente suas obras pela Internet por meio de um Website pessoal, fora a sua enorme coleção de instrumentos musicais, equipamentos de estúdio, e até o fato de ter construído o próprio estúdio de gravação musical. Esse indivíduo, aos olhos de alguém que efetua a classificação socioidentitária ocupacional com base apenas em questões comerciais, não seria considerado músico, tampouco produtor musical; afinal, não houve qualquer contratação comercial envolvida em qualquer etapa destes processos, ou seja, ninguém pagou para que este indivíduo executasse todas estas tarefas, o que o exclui de qualquer categoria profissional específica.

Em um exemplo mais próximo à tecnologia e à engenharia, poderíamos olhar para o caso de um indivíduo que comprou vários livros de cálculo, álgebra linear, probabilidade, estatística, lógica, algoritmos, estruturas de dados, bancos de dados, compiladores, programação orientada a objetos, programação estruturada, linguagem C, linguagem C++, linguagem *Fortran*, linguagem *Python*, otimização, engenharia de Software, e afins; uma pessoa que dedicou várias horas por dia, durante longos anos, ao aprendizado de diversas áreas da computação, criou um perfil público no *Github* e, ao longo destes tantos anos, criou dezenas de repositórios públicos com soluções muito bem elaboradas utilizando diferentes linguagens de programação. A partir de um olhar que se utiliza tão somente do critério comercial para a classificação socioidentitária ocupacional, não estamos aqui falando de um programador, ou mesmo de um desenvolvedor, ou um engenheiro de Software, tampouco de um analista qualquer, visto que o indivíduo não recebeu dinheiro algum pelo trabalho que executou, e não houve qualquer contrato envolvido.

Se estivéssemos falando de uma pessoa que tenha passado toda a vida estudando história, filosofia, sociologia, geografia, economia, antropologia e educação por meio

de milhares de livros, palestras e debates de enorme seriedade, produzidos por grandes cientistas, pesquisadores e pensadores dessas áreas e, então, essa pessoa se dedicasse a publicar artigos e a escrever livros sobre tópicos inerentes a estas áreas mencionadas e que viriam a ser trazidos apenas em um Website pessoal, será que esta pessoa seria reconhecida como uma escritora, ou como uma pensadora, ou como uma filósofa, ou mesmo como uma pesquisadora? Caso essa classificação seja feita com base no olhar comercial, certamente, não seria uma profissional reconhecida por qualquer uma destas frentes, pois os artigos e os livros não teriam sido publicados por meio de algum tipo de relação comercial; a pessoa teria apenas escrito e compartilhado com o mundo em um Website pessoal.

O olhar puramente comercial também é perigoso por outro lado, pois ele sugere notória valorização a respeito da competência do indivíduo apenas com base na própria relação comercial em si, sendo que o ato de assinar um contrato e o fato de ser contratado para a execução de uma tarefa não são elementos fortes o bastante para garantir qualquer comprometimento real com a ocupação, qualquer comprometimento real com a atividade em si; nem ao menos chega a haver alguma mínima relação com verdadeiras

questões vocacionais. O indivíduo que comprova empiricamente o conhecimento em uma determinada área, ou que comprova ter notável experiência com determinada área, ou mesmo que comprova ter sólida formação em determinada área, a meu ver, deve ser socioidentitariamente consagrado por sua ocupação, e isto deve ser feito de forma cumulativa, e não substitutiva ou excludente, pois as competências e os empenhos podem ser complementares e suplementares entre si, não cabendo aqui a remoção de uma identidade para que se possa fazer uso de outra.

Vale a pena abordar um pouco mais este último ponto, pois é bastante nítido que hoje em dia chega a ser observado um certo desconforto por parte de uma parcela da sociedade quando é feita alguma exposição de uma consagração socioidentitária ocupacional de múltiplas frentes, o que podemos chamar também de consagração socioidentitária multi-ocupacional.

O fator complicador aos olhos de parte da sociedade se encontra mais na questão multi-ocupacional, pois é comum que se utilize de uma visão que prega a ideia de que quem foca em muitas coisas, na verdade, não foca em qualquer coisa que seja. Até existe algum sentido nisso,

é claro, mas não se pode fazer uma interpretação descuidada desta visão. É muito comum que esta visão, quando seguida de maneira irresponsável, passe a equivocada ideia de que é prejudicial — para não dizer “errado”, é claro — expandir o conhecimento por muitas frentes diferentes, tal como faria um polímata. Esta interpretação costuma reforçar uma visão que penso ser muito perigosa, que é a de que o caminho correto — se é que podemos chamar de “correto” isto aqui —, supostamente, seria o da ultra especialização.

Sem dúvida, não há propriamente um erro na busca por maior aprofundamento no conhecimento de uma determinada área; o problema, que não chega a ser “erro”, é o fato de que, caso a busca por este aprofundamento seja feita de modo a rejeitar conhecimentos de outras áreas, este caminho fará com que haja uma severa limitação de conhecimentos, inclusive de vários conhecimentos adjacentes, que são muito importantes em tantos cenários de mundo real, e que podem se encontrar irresponsavelmente negligenciados, apenas por causa de uma descuidada e impetuosa busca por mais profundidade.

A meu ver, esta é uma forma até mesmo um tanto

triste de enxergar como deveria ser a busca pelo conhecimento, pois parece ser algo artificialmente limitado de uma forma totalmente desnecessária, apenas para focar de modo extremista em uma única questão e, mais cedo ou mais tarde, conseguir obter algum resultado chamativo em uma investida contínua e permanente, fazendo algo que muito lembra o que alguns chamam de “força bruta”. Existem, sim, os casos em que esse tipo de abordagem seria compreensível e até mesmo desejável, mas tal abordagem não deveria ser endeusada como se fosse a única correta, ou mesmo como se necessariamente fosse a melhor.

Em alguns segmentos da sociedade, ser um polímata quase chega a ser motivo de deboche — um deboche tímido e enrustido, mas, ainda assim, um deboche —, justamente por causa dessa atrasada ideia de que o único caminho correto (ou mesmo o melhor dos caminhos) seria o da ultra especialização. Lembro-me agora, por exemplo, de um professor que passava a seus alunos a ideia de que os bons resultados só seriam alcançados se houvesse foco. Em um primeiro olhar ingênuo, é compreensível enxergar esta ideia como perfeitamente aceitável e provavelmente correta; o problema é que, conhecendo melhor o docente, o que notei é que, ao utilizar o termo “foco”, a ideia era

a de sugerir que, caso se desejasse ser bom em algo, você deveria fazer única e exclusivamente aquela atividade referente a este “algo”.

Demorei para entender que era isso que o docente estava tentando dizer com a ideia do “foco”, mas, ao descobrir que era isso, confesso que fiquei assombrado com aquilo, pois a mensagem que se fazia fortemente presente por ali era a de que o docente estava quase que sugerindo a seus alunos que só se pode colher bons frutos de seus afazeres se você excluir todas as demais experiências de sua vida; contudo, a história da humanidade possui uma lista jocosamente gigante de figuras importantes que alcançaram grandes feitos sem precisar desse “foco” todo, até porque os outros afazeres da vida do indivíduo não necessariamente o atrapalham, como parece sugerir o professor.

Até poderíamos pensar, quem sabe, que o docente só estava tentando falar, de forma não tão literal assim, que, caso você queira ser o melhor naquilo que faz, precisará se dedicar muito. Esta até poderia ser uma visão um pouco menos extremista, e até mais coerente. O problema é que, por ter tido a oportunidade de dialogar com a pes-

soa múltiplas vezes e por ter testemunhado diálogos deste indivíduo com diversos alunos bastante jovens, não é mais possível forçar este olhar, pois já passei a confirmar que se trata de mais um típico caso de docente que acha que o melhor para o aluno é apenas estudar o conteúdo referente à parcela mais específica possível de seu curso escolhido.

Esta é uma visão bastante disseminada; é muito comum encontrar pessoas que compartilham deste mesmo olhar sobre o mundo, e é por visões como esta que existe um olhar tão negativo sobre quem prefere seguir um caminho não tão “fechado” e “engessado”, mas, sim, um caminho bem mais amplo e aberto, com múltiplas experiências por diversas frentes.

Este ponto tem até mesmo algumas relações com problemas que percebo desde a época de meu ensino médio, quando estava prestes a prestar as provas de vestibulares. Eu me lembro de alguns cursos que geravam comentários bastante preconceituosos relacionados a esta visão de que o indivíduo precisa sempre focar mais e mais a cada etapa de sua formação. Diziam isto, por exemplo, sobre cursos de *Administração*, *Engenharia Física*, *Engenharia de Produção*, e ambos os cursos do tipo que conhecemos

como BI, como são os casos do BCT e do *Bacharelado em Ciências e Humanidades* (BCH).

Não sei se o pessoal dos cursos pós-BCH chega a se deparar com este tipo de questão com a mesma frequência e com a mesma intensidade, mas uma boa parte dos professores dos cursos pós-BCT parece compartilhar de ideias como esta sobre o “foco”. Apenas para exemplificar, eu já testemunhei múltiplos comentários de docentes de diferentes cursos alegando que não aceitavam na pós-graduação os alunos que tivessem apenas cursado o BCT porque, segundo eles, “o cara chega formado em um pouco de tudo e, ao mesmo tempo, em muito de nada”. Esta visão possui um número tão grande de erros tão variados, que chega a dar preguiça de começar qualquer tipo de exercício de discussão sobre isto, e muito lembra o que eu ouvia sobre alguns dos cursos que havia mencionado como exemplos, como *Engenharia Física*; o pessoal às vezes até dizia que “*engenheiro que faz tudo é engenheiro não faz nada*” (sic).

Similarmente, também já ouvi comentários bastante equivocados e preconceituosos sobre a possibilidade de se cursar mais de um curso de graduação a partir de um mesmo curso de ingresso. Infelizmente, a ideia que estas

visões preconceituosas trazem é a de que cursar mais de um curso de graduação, supostamente, faria com que o indivíduo passasse a não focar — perceba aí, novamente, a ideia do foco — em qualquer coisa e, com isso, não pudesse se desenvolver adequadamente. É uma visão bastante preconceituosa e descuidada, pois não se trata de um cenário em que se possa afirmar que haveria aí uma inequívoca causalidade. Ainda assim, essa é uma forma muito comum de interpretar a vida.

Partindo para algo mais simples, mais corriqueiro e mais mundano, vejo, por exemplo, que ocorre algo similar quanto à consagração socioidentitária ocupacional, pois a conjuntura demandada quase sempre parece ser fragilmente flexível, e de uma maneira até um tanto perversa para ambos os lados. Devido a uma espécie de elitismo socioidentitário, há sempre um grupo de pessoas que se incomodam quando determinados indivíduos caminham na direção de serem contemplados pela efetiva consagração socioidentitária, e isso os faz pelo menos desejar que não se concretize tal consagração, pois não se deseja quaisquer mínimas notoriedade e legitimação; por outro lado, aqueles que almejam a consagração por vezes são vistos tentando flexibilizar exageradamente os limiares da con-

sagração, de modo a serem classificados como dignos de tal, o que chega a provocar uma banalização.

Tais realidades não devem, no entanto, ser utilizadas como eventuais justificativas para uma postura extremista para qualquer um dos lados. De qualquer forma, tendo a observar que o conservadorismo exacerbado sobre esta questão tem vencido esta batalha já desde muito tempo atrás, e parece que assim se manterá ainda por um longo período. Hoje ainda continua sendo muito difícil ser aceito como pertencente a determinados grupos socioidentitários. Parece que, a cada passo que se dá na direção de se conseguir ser legitimamente reconhecido como alguém que participa de um grupo socioidentitário, as exigências mudam. Em alguns casos, quase chega a aparentar haver algum tipo de perseguição, pois parece até que as regras aplicadas chegam a sofrer adaptações de acordo com quem será avaliado.

Algumas pessoas são chamadas de compositoras logo na primeira canção escrita; outras, mesmo no terceiro álbum composto exclusivamente de canções de própria autoria, continuam sendo excluídas do grupo dos compositores. Alguns compram uma guitarra, entram para um grupo de

amigos com instrumentos musicais, começam a fazer um som quase que só como uma brincadeira umas duas vezes por mês e, logo no primeiro encontro dos membros, sem nem ao menos terem tocado juntos pela primeira vez, já são vistos como uma banda; outros, mesmo depois de fazerem várias apresentações ao vivo após muitos ensaios com muito estudo e com músicas próprias, continuam tendo sua socioidentidade ocupacional colocada em dúvida.

Trazendo para algo mais próximo à academia, eu vejo, por exemplo, que existe uma resistência muito grande a respeito do que vem a ser o pré-requisito — se é que podemos chamar assim — para ser aceito como cientista diante da sociedade. Estar cursando uma graduação basta? Creio que não, mas isto também seria pouco demais, certo? E se a pessoa fizer uma iniciação científica completa? Parece que, mesmo sendo algo significativo, ainda parece insuficiente. E se for concluída a graduação, tendo sido um curso de Bacharelado em alguma área científica? Aqui já começamos a perceber algumas discordâncias, pois já começam a aparecer aqueles que pensam que, sim, o indivíduo já poderia ser considerado cientista, mesmo com a maioria ainda não vendo desta forma.

Dando alguns passos mais largos, e se o indivíduo tiver feito participações em conferências científicas, e até tiver publicado alguns artigos em uma revista científica? Aqui pode haver uma significativa concordância quanto à aceitação do indivíduo como cientista, mas é garantido que haverá várias pessoas insistindo em discordar. Que tal se o indivíduo tiver ingressado em um mestrado (*Stricto sensu*)? Mesmo conquistando agora uma boa parte da sociedade, ainda haverá quem não cederá por isso. E se esse mestrado já tiver sido concluído com êxito e se tiver sido cursado em uma respeitada instituição? Novamente, haverá quem ceda e passe a aceitá-lo como cientista, mas não serão todos. Parece ser preciso apelar ainda mais.

Digamos que o indivíduo comece um doutorado (*Stricto sensu*), já tendo feito diversas publicações; será que, finalmente, o tal indivíduo será aceito como cientista? Bem, eu creio que haverá um bom percentual de novos adeptos à ideia de que, sim, o indivíduo será aceito como cientista agora, mas ainda não terão sido todos. Haverá pessoas insistindo que “a vida científica de verdade só começa depois do doutorado”, o que chega a ser até uma falácia lógica, mas tudo bem, porque bastará concluir o doutorado para ser aceito como cientista, certo? Errado!

Mesmo depois de ter cursado e concluído com êxito o doutorado, haverá quem insista que isso não é o bastante, e essas pessoas dirão que é preciso que tal doutorado tenha rendido um número mínimo de publicações em revistas com fator de impacto igual ou superior a um determinado limiar que ninguém sabe de onde saiu. Certo; porém, e se essa exigência tiver sido satisfeita, tendo sido produzidos muitos artigos publicados em várias revistas de elevadíssimo fator de impacto? Mesmo assim, haverá gente dizendo que só é cientista quem tem bolsa de pós-doutorado, e depois os que sobraem dirão que só é cientista quem for docente de universidade pública federal ou estadual, e depois os que sobraem dirão que é preciso ter bolsa produtividade para ser considerado cientista, e depois dirão que é preciso chefiar um laboratório em uma universidade para ser cientista, e depois dirão que é preciso ser professor titular para ser cientista... e assim vai.

Como esses últimos casos mencionados são escancaradamente debochados, ocorre uma sutil adaptação, pois a ideia em si não é alterada de modo algum. O que muda, na verdade, é somente a roupagem, pois continua existindo a visão de que aquele indivíduo, supostamente, não seria digno de ser colocado no mesmo grupo. A estraté-

gia, então, passa a ser a de tolerar que aquele território tenha sido perdido nessa pequena batalha, mas o importante mesmo é não perder a guerra, então o recuo ocorre efetivamente deixando de lado a questão de reconhecer o outro indivíduo como cientista e passando para a ideia de diminuir o patamar ao qual ele pertence dentro desse grupo socioidentitário ocupacional.

Em outras palavras, o indivíduo será, sim, reconhecido como cientista, mas será rotulado como um cientista de um nível inferior. Nunca deixa de haver algum tipo de discriminação elitista, que sempre é muito camuflada para não “pegar mal” a quem a adota, e quase sempre é uma visão elitista com fortes odores de uma crença em um inexistente sistema meritocrático.

Até mesmo o veículo de informação em si é utilizado como critério de qualificação em relação à questão da socioidentidade ocupacional. É muito comum que profissionais que atuem por meios digitais sejam inferiorizados diante daqueles que atuem presencialmente. O indivíduo que efetua o trabalho à distância é quase que automaticamente qualificado como alguém de valor inferior àquele que atua presencialmente.

Não estou entrando no mérito da efetividade do trabalho. Compreendo, por exemplo, que uma consulta médica pode ser mais bem elaborada se for feita presencialmente, e penso até mesmo que haja razões um tanto óbvias para compreender essa questão. O ponto não é esse. O ponto é que não se trata de uma questão do quão eficaz ou eficiente o trabalho será, pois isso dependeria de um grande leque de quesitos que não necessariamente estariam relacionados ao profissional que atuaria ali; em vez disso, o ponto é o nível de preparo, competência e profissionalismo do próprio profissional em si.

Um profissional incrivelmente bem-preparado e extremamente competente poderia fazer um serviço com um nível de qualidade um tanto abaixo da média em diversos cenários, e a culpa disso poderia ser de toda uma série de fatores envolvidos, não necessariamente havendo algo que o profissional pudesse fazer para melhorar de maneira relevante. Ainda assim, o tal profissional em questão não deixaria de ser “incrivelmente bem-preparado e extremamente competente”. Não podemos pensar que este pontual trabalho definiria quem este profissional seria.

O profissional, sendo tão bom quanto estas palavras

dão a entender que é, provavelmente teria feito o melhor que estivesse ao seu alcance. Pode não ter sido um resultado tão bom quanto os que poderiam ter sido obtidos em cenários mais favoráveis, mas o que teria sido diferente em cenários mais favoráveis seriam justamente os cenários em si, e não o profissional. Não faria sentido tentar diminuir a moral do profissional diante da sociedade, como se tivesse necessariamente sido culpa dele que tal trabalho tivesse resultado em algo inferior ao ideal. O profissional em si continuaria sendo tão bom quanto já era.

Vejo, por exemplo, que é relativamente comum tentarem diminuir o trabalho de professores que atuem por meios digitais, como se a sua atuação utilizando algum recurso computacional para levar o conteúdo de suas aulas a pessoas de diversos locais, que muitas vezes sequer teriam condição de ter algum acesso àquele conteúdo em um cenário de exclusiva atuação presencial, o diminuísse, o prejudicasse, o penalizasse de alguma maneira. E é muito nítido que é a questão do meio e da forma que está atuando em casos assim, pois, caso o mesmo indivíduo estivesse fazendo aquele mesmo conteúdo em uma sala de aula presencial, a sua imagem não seria diminuída em qualquer ponto quanto ao que tivesse relação com o meio ou com a

forma da informação.

Não estou com isto tentando entrar em uma discussão sobre qualquer questão relacionada à educação à distância. Esta seria uma questão muito maior do que a que eu estou tentando abordar aqui, e não me sinto preparado para falar sobre isto ainda. O ponto que estou tentando abordar aqui é apenas o do tema-chave deste capítulo, que é a consagração socioidentitária ocupacional (ou multi-ocupacional).

Em relação a esta questão, infelizmente, há vários pontos negativos nesta forma de elitismo socioidentitário ocupacional, pois há pessoas que acreditam que alguém que “dá aula” à distância não mereceria ser reconhecido como professor; caso aceitem que esse alguém seja reconhecido como professor, estas pessoas querem que seja um professor com algum tipo de distinção no sentido de discriminar desfavoravelmente aqueles que forem classificados como tal e, é claro, diminuir sua importância de alguma maneira. Seria algo como querer insinuar que aquele indivíduo pode até ser reconhecido como professor, mas não do mesmo nível que aqueles que atuam presencialmente.

Um dos problemas que acaba sendo um grande “tiro

no pé” de quem adota uma postura discriminatória como esta é que, eventualmente, pode ser que seja necessário atuar de alguma maneira similar em algum momento da vida. Neste terrível cenário pandêmico enfrentado por um longo período de nossas vidas, vi vários docentes que mal sabiam usar um computador precisando se virar com vários recursos computacionais para que seus alunos pudessem ter acesso às aulas e às atividades. Será que em situações assim essas pessoas passariam a pensar que, como profissionais, elas agora valem menos do que valiam antes? Será que agora elas acreditam que não estão mais no mesmo grupo do qual faziam parte até o momento anterior ao da realização da atividade com novo formato? Será que agora essas pessoas consideram justo que aqueles que jamais chegaram a atuar dessa outra maneira se vejam como superiores a elas?

Além disto, nota-se claramente que estas pessoas com visão fortemente discriminatória quanto à socioidentidade ocupacional fazem vistas grossas em diversas ocasiões. Em momento algum eu cheguei a ver qualquer professor tentar diminuir o professor *Alan Victor Oppenheim*, mesmo havendo várias videoaulas dele em plataformas de vídeos pela Internet. O professor *William Gilbert Strang*

também não é diminuído em qualquer momento por outros professores, mesmo tendo muitas de suas aulas disponibilizadas na forma de videoaulas em plataformas pela Internet. Posso dizer o mesmo a respeito do professor *Behzad Razavi*, que também possui diversas séries de videoaulas pela Internet.

Caso alguém pense em alegar que estes professores não eram atacados da mesma forma por eles não sabermos que suas aulas estavam sendo filmadas, saibam que isto não é verdade. Estes professores sabiam, sim, que estavam sendo filmados, inclusive porque vários dos vídeos eram de aulas de uma época em que sequer existiam câmeras pequenas que pudessem ser escondidas; elas eram imensas. Além disso, em muitos dos vídeos, é possível ver o professor olhando atentamente para a lente da câmera por vários segundos seguidos em várias ocasiões, o que indica que ele sabia que estava sendo filmado. Mais do que isso, há casos em que o professor chega a gravar o vídeo em uma sala especial, que não é uma sala de aula de fato, mas claramente um estúdio preparado para ser feita a gravação.

Em uma famosa plataforma de vídeos, há uma lista

inteira em que o professor *Strang* começa as aulas sempre com uma lousa claramente preparada para uma videoaula, e há até mesmo uso do termo “Vídeo” acompanhado de um número para designar qual é o número daquela videoaula que será gravada. Definitivamente, aquilo ali é a gravação de um material para futuro uso remoto.

Estes professores não merecem ser diminuídos por terem feito este trabalho. Na verdade, merecem ser até mesmo enaltecidos, elogiados, ovacionados. É por causa de trabalhos assim que muitos alunos por todo o mundo passaram a ter acesso a um material de muito boa qualidade, com um conteúdo que é tipicamente restrito a um limitadíssimo número de alunos que quase sempre são oriundos de uma parcela já elitizada da população. Agora, por causa destes trabalhos, qualquer indivíduo com acesso à Internet e que saiba o básico de língua inglesa poderá desfrutar do conteúdo.

Após terem feito estes trabalhos, estes professores não foram discriminados e colocados em uma categoria inferior diante dos demais professores. Sendo assim, por que quando se trata de professores que não são previamente famosos e amplamente respeitados, lamentavelmente, o

comportamento precisa ser tão pior? Lembro de ter ouvido, em diferentes épocas de minha vida, e partindo de diferentes pessoas, frases como *“Ele não é professor; ele só é YouTuber”*, *“Esse aí é Digital Influencer”*, *“Professor de verdade não perde tempo com isso”*, *“Isso é coisa de gente desocupada”*, e por aí vai. Depois de algo assim, e ainda mais por ter sido dito por tantas vezes, não adianta querer dizer que aquilo era só brincadeira. Na verdade, a pessoa só revelou como ela pensa, mas ficou receosa por saber que ela pode ser malvista depois de exibir um comportamento tão elitista e discriminatório.

A maior parte do aprendizado que os alunos desenvolvem não vem das clássicas e monótonas aulas propriamente ditas, mas dos esforços que eles próprios fazem em seus estudos, individuais ou em grupos, ao lerem os livros, fazerem os exercícios, discutirem sobre textos lidos, assistirem a filmes, séries, vídeos e *Podcasts* relacionados, e realizarem experimentos e projetos próprios. Os alunos precisam ser motivados a correrem atrás de toda e qualquer atividade conveniente para potencializar a aprendizagem, e uma das mais convenientes abordagens é justamente a de os alunos atuarem em projetos que vão muito além das salas de aula.

O problema, no entanto, é que, por mais que não sejam maioria, há professores que, com suas visões preconceituosas, elitistas e discriminatórias, em vez de motivarem seus alunos de maneira a fazer com que eles tenham a vontade de se envolver em atividades extras, condenam que tais atividades passem a fazer parte de suas vidas; porém, isso nunca é feito de modo explícito e evidente, pois “pega mal” para o docente, já que é sempre uma evidência de uma visão atrasada e incompatível com a postura de um indivíduo autoproclamado progressista e defensor da ciência, da tecnologia e da sociedade.

Em projetos maiores, muitas vezes sem sequer se darem conta disso, diversas entidades fazem um benéfico uso desta questão da consagração socioidentitária, ainda que nem sempre favorável à visão multi-ocupacional, e isto costuma ser feito com a atribuição de posições, também chamadas de “cargos”, de modo a produzir todo um leque de benefícios provenientes do positivo reconhecimento de atribuições e responsabilidades de cada um. Isto gera positivos sentimentos de pertencimento, empoderamento e reconhecimento diante daquele determinado grupo, o que não deixa de ser uma espécie de clã, família ou, se preferir, sociedade.

As pessoas podem ter diferentes maneiras de se envolver com a informação e aproveitá-la da melhor forma possível. Algumas pessoas preferem absorver a informação por meio da leitura de livros; outras, talvez por meio de vídeos; outras, por meio de *Podcasts*. Na verdade, há uma enormidade de possíveis formatos diferentes que podem ser explorados para levar a informação às pessoas, e não há um só que seja bom enquanto os demais seriam ruins; a vida não é assim. Existem, sim, os formatos que talvez sejam mais convenientes para se abordar determinados assuntos e realizar determinadas abordagens, além de formatos que talvez sejam mais convenientes por respeitarem de forma mais ampla as necessidades do público que vier a consumi-la.

A tentativa arbitrária de classificar determinados formatos como “bons” ou “ruins”, sem qualquer tipo de ponderação ou ressalva, é uma demonstração de falta de conhecimento sobre o assunto, e muitas vezes é, também, uma evidência da presença de preconceitos e de um elitismo socioidentitário. Não podemos tentar simplesmente impor, de forma arbitrária, que uma informação merece menos crédito apenas por ter sido transmitida ou armazenada de uma maneira diferente do que seria nossa preferência. Po-

demos, sim, acreditar que determinados cenários, de um modo geral, são mais propensos a entregar um conteúdo de veracidade tipicamente mais confiável, mas ainda sem garantias; outros cenários, por sua vez, são menos propensos a isso, visto que haveria chances mais expressivas de que ocorrências indesejáveis se fizessem presentes. Este é um posicionamento bem menos afoito e bem menos irresponsável; muito diferente de simplesmente querer impor o que é certo e o que é errado sem qualquer tipo de avaliação mais equilibrada e mais cuidadosa.

Em muitas das aulas que eu assisti ao longo da vida, não senti que eu havia realmente aproveitado muito bem o tempo dentro da sala de aula. Um dos motivos disso, a meu ver, era o fato de que a abordagem do professor não me era convidativa de modo algum, e eu não me sentia bem com aquilo, pois passava várias longas horas ali dentro sem sentir que estava realmente aprendendo algo, mesmo com o professor aparentando metralhar conteúdo lá na lousa. Quando isto ocorria, eu procurava abrir os livros, fosse na forma impressa, fosse na forma digital, e procurava pelas partes em que eram abordados tais assuntos; porém, nem sempre isto resolvia, porque alguns tópicos eram mais “cabeludos” que outros.

Muitas vezes, passavam-se vários dias sem conseguir entender determinados assuntos, e isto às vezes era angustiante, porque, mesmo com pedidos de explicação ao professor, aquelas partes do conteúdo simplesmente não faziam sentido. Então, ao utilizar determinados recursos que encontrava pela Internet, como postagens no Medium, grupos específicos da área em fóruns ou redes sociais, sites de dúvidas, como os sites do *Stack Exchange* e do Quora, ou mesmo algumas videoaulas ou meros vídeos de resoluções de exercícios comentados no *YouTube*, em poucos minutos, a sensação era a de que situação estava mudando para melhor, pois, aos poucos, o que antes não fazia o menor sentido passava a fazer algum sentido, e os próximos passos conseguiam ser dados nos estudos; era como sair de um atoleiro.

Já nem sei quantas vezes eu saí de situações terríveis em meus processos de aprendizagem depois de ter acompanhado discussões pelo *Github*, ou pelo *Stack Overflow*, ou mesmo pelo *Research Gate*. Pelo *YouTube*, então, nem se fala! Em diversas ocasiões, o que eu não conseguia entender ao longo de 2 horas de uma aula presencial com um professor doutor justamente na área do assunto, felizmente, eu conseguia entender em um vídeo de 5 minutos

que um garoto que ainda cursava sua primeira graduação postava às pressas em seu canal pelo *YouTube*.

Eu não estou apenas me referindo à ideia de conseguir resolver alguns exercícios de uma lista que o professor tenha disponibilizado; muito mais do que isso, eu estou falando inclusive sobre ter até mais curiosidade e mais interesse pelo assunto em questão. Com o que eu via em alguns dos vídeos, posso afirmar que muitas das vezes eu sentia muito mais entusiasmo e vontade de aprender mais sobre o assunto do que como eu me sentia ao assistir longas horas de aula de um professor espalhando giz lá na frente e falando um monte de coisas que eram quase que apenas uma reprodução do que ele leu em um livro de referência ou uma reprodução das notas de aulas que ele teve enquanto era aluno em outra instituição e em outra época, sem qualquer preocupação com necessárias atualizações ou adaptações.

Isto não era apenas algo que eu mesmo observava e sentia; foram muitos os amigos e colegas com quem conversei e que, de alguma maneira, relatavam algo similar. Por sinal, basta acompanhar alguns dos bons canais no YouTube sobre os assuntos que vemos na graduação para

observar uma imensidão de alunos dizendo que aquele vídeo de poucos minutos foi muito mais eficiente e muito mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem do que as cansativas aulas dadas pelo seu professor na universidade. Existe algum exagero nisso? Em parte dos casos, creio que sim, e muita, mas em muitos dos casos isto é verdadeiro, sim, e eu mesmo testemunhei isto. Às vezes até a rápida explicação de um colega, que nem é alguém preparado para isto, em uma troca de mensagens em um grupo de uma rede social já ajuda a entender muito mais do que aquelas 2 horas de aula sobre o assunto.

É claro que há professores fenomenais, com uma didática realmente admirável, e isto chega a ser algo lindo de ver; causa uma vontade muito forte de seguir estes maravilhosos professores por todas as disciplinas que quiserem lecionar na universidade, até mesmo quando fogem dos assuntos que mais nos interessam. O problema é que, infelizmente, não costuma ser assim.

Mesmo entre os melhores professores, pode haver aulas em que o professor não consiga preparar um material tão bacana, ou não consiga abordar o assunto de um jeito tão conveniente. Isto pode acontecer; não é algo tão inco-

mum, mas não chega a ser algo terrível. Nestes casos, é muito bom poder recorrer a outros recursos, que eu interpreto como complementares, para que seja possível cobrir o que ficou sem ter sido adequadamente aprendido. Muitas vezes, um único material que demanda alguns poucos minutos para ser consumido consegue cobrir o que ficou perdido para trás em mais de uma aula.

Por que, em casos como estes mencionados, ainda há tantas pessoas insistindo tão perseverantemente na ideia de que quem trabalha através dos meios digitais e tecnológicos produzindo conteúdo acadêmico-científico, sobretudo de STEM, ou mesmo de educação em STEM, “vale menos” do que quem trabalha *in loco*? De onde vem essa ideia tão vociferante de que o indivíduo que pesquisa, prepara aula, prepara roteiro, grava, prepara material audiovisual, edita já deixando tudo muito bem-organizado, e publica este trabalho digitalmente, sabe-se lá por qual suposto motivo, seria alguém que “vale menos” do que aquele que faz praticamente as mesmas atividades atuando presencialmente?

Nunca vou me esquecer de quando alguns alunos me procuravam pedindo materiais que os ajudassem a

compreender melhor alguns dos assuntos que eles não haviam entendido após terem assistido a determinadas aulas, mesmo depois de já terem lido sobre aquilo nos livros de referência, depois de terem pedido mais explicações ao professor e depois de terem recorrido à monitoria, e eu procurava recomendar a eles o que eu sabia que era mais comum que os alunos interpretassem como mais didático, que eram alguns dos casos de artigos muito bons que eu encontrava pelo *Medium*, pois eram cheios de boas ilustrações e animações, e utilizavam-se de um linguajar bem menos denso e academicista, sem aquele matematiquês exagerado e totalmente desnecessário em diversos cenários, sobretudo em momentos introdutórios da graduação; quando não eram os artigos do *Medium*, eu passava alguns bons vídeos (no *YouTube*) aos quais eu já havia assistido e percebido que diversos alunos pareciam ver como boas referências para conseguirem entender o básico sobre certos tópicos pontuais.

O curioso é que, mesmo com estas recomendações quase sempre ajudando muito os alunos, e mesmo com estes alunos agradecendo depois de terem colhido bons frutos após terem consumido as recomendações de referências, diversos professores insistem em discordar disto e

tentar impor a ideia de superioridade do livro técnico (ou do artigo científico), denso, enorme, entupido de equacionamentos totalmente sem qualquer mínimo compromisso com a didática, e utilizando-se de um vocabulário que nem quem é da área se sente confortável em consumir. Para quê isto tudo? Até quando esta visão retrógrada permanecerá?

Vi alguns docentes criando canais (ou, se preferir, perfis) no *YouTube*, no *Facebook*, no *Instagram*, no *TikTok*, no *Medium*, no *LinkedIn*, e até em outras redes sociais, com o intuito de utilizar tais canais para divulgar conteúdo de STEM ou de educação em STEM. Aliás, isto é um modo de fazer extensão universitária. Isto deveria ser visto da melhor forma possível! Quem faz isto está ajudando enormemente muitas pessoas, de dentro e de fora da instituição, a terem maior proximidade com estes assuntos, além de tornarem estas áreas mais amigáveis. Por que alguém em sã consciência tentaria depreciar a moral de quem faz um trabalho destes? Não consigo compreender algo dessa natureza.

Que sentido há em tentar mostrar que quem faz um trabalho tão maravilhoso é alguém que “só faz isso porque quer ser estrelinha”, ou que “isso aí é coisa de quem

não tem mais o que fazer”, ou que *“quem não consegue produzir pesquisa de verdade perde tempo com essas bobagens*”, ou que *“é para quem não tem nível para estudar de verdade”*? Todos esses comentários são típicos de quem compartilha de uma visão severamente elitista quanto à questão socioidentitária ocupacional, e isso só fica ainda pior quando quem faz é professor universitário, porque aí chegam até a colocar em dúvida a competência e o compromisso que essa pessoa tem quanto às atividades que desempenha dentro da universidade.

É como se tentassem insinuar que, apenas por fazer este trabalho por fora da universidade, o professor fosse digno de um olhar mais crítico e mais questionador. É uma visão realmente muito nojenta e descolada da realidade, mas que uma significativa parcela da comunidade carrega consigo, apesar de fazer um esforço enorme para fingir que não faz parte de tal grupo horrendo.

Há até pessoas que tratam isto de uma forma bem menos pesada e agressiva, o que ajuda no disfarce, mas a essência continua a mesma, como nos casos em que estas pessoas chamam o trabalho de outros indivíduos utilizando outros nomes que não sejam aqueles mesmos que

estas pessoas atribuiriam às ocupações que elas mesmas desempenham, pois, aos seus olhos, o que os outros fazem não está em um mesmo patamar de importância que aquilo que elas próprias fazem. Às vezes isto é feito colocando no diminutivo, como quem diz “trabalhinho”; às vezes, utilizando algum termo que associe a algo menos profissional, como chamar de “passatempo” ou de “Hobby”.

Por isso, pessoal, não vamos desrespeitar a socioidentidade ocupacional de quem quer que seja apenas por essa pessoa desenvolver seu trabalho por um meio diferente do que consideramos os nossos preferidos, e não vamos desrespeitar a socioidentidade ocupacional de quem quer que seja apenas porque a pessoa desempenha papéis em múltiplas frentes ocupacionais, sendo elas profissionais ou não.

A mesma pessoa que é professora pode muito bem ser cientista, pesquisadora, mestre cervejeira, escritora, artesã, baterista, professora de xadrez, divulgadora científica, e muito mais, sem merecer qualquer tipo de olhar crítico de quem tenta diminuí-la em qualquer aspecto, pois, caso ela se identificasse apenas com base em uma única ocupação, ela não seria melhor em qualquer aspecto apenas por isso. Chega desses elitismos socioidentitários!

Listas de Abreviações

Aero	Engenharia Aeroespacial
BCC	Bacharelado em Ciência da Computação
BCH	Bacharelado em Ciências e Humanidades
BCT	Bacharelado em Ciência e Tecnologia
BI	Bacharelado Interdisciplinar
BM	Bases Matemáticas
CR	Coeficiente de Rendimento
CV	Currículo Vitae
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GPA	<i>Grade Point Average</i>

GPDA	Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Aeroespacial
IAR	Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica
IC	Iniciação Científica
IEDO	Introdução às Equações Diferenciais Ordinárias
IEEE	<i>Institute of Electrical and Electronics Engineers</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
Info	Engenharia de Informação
LI	Licenciatura Interdisciplinar
MEC	Ministério da Educação
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
P1	Prova 1
P2	Prova 2
PcD	Pessoa com Deficiência

PDPD	Pesquisando Desde o Primeiro Dia
ProGrad	Pró-Reitoria de Graduação
RU	Restaurante Universitário
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
TA	Técnico Administrativo
TG	Trabalho de Graduação
UF	Universidade Federal
UFABC	Universidade Federal do ABC